



**Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas**

**31 de dezembro de 2023**

**Com relatório do auditor independente**

## Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2023

<b>ÍNDICE</b>	
<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</b>	<b>21</b>
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>25</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>	<b>27</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>28</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>29</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>	<b>30</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>31</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS:</b>	
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>	<b>32</b>
<b>2. BASE DE PREPARAÇÃO</b>	<b>35</b>
<b>3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b>	<b>38</b>
<b>4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>48</b>
<b>5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>48</b>
<b>6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS</b>	<b>48</b>
<b>7. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO</b>	<b>51</b>
<b>8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES</b>	<b>54</b>
<b>9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS</b>	<b>54</b>
<b>10. TRIBUTOS DIFERIDOS</b>	<b>56</b>
<b>11. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)</b>	<b>56</b>
<b>12. PARTES RELACIONADAS</b>	<b>61</b>
<b>13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES</b>	<b>67</b>
<b>14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS</b>	<b>71</b>
<b>15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>74</b>
<b>16. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>77</b>
<b>17. COBERTURAS DE SEGUROS</b>	<b>78</b>
<b>18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>79</b>
<b>19. LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>87</b>
<b>20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>87</b>
<b>21. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>88</b>
<b>22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>	<b>88</b>
<b>23. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA</b>	<b>89</b>
<b>24. OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	<b>89</b>
<b>25. EVENTOS SUBSEQUENTES</b>	<b>91</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>93</b>
<b>DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES</b>	<b>94</b>
<b>DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>95</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

*(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)*

A Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA ("Taesa" ou "Companhia") – B3: TAEE11, um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, submete à apreciação de V.Sas., o seu Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

#### **2023: UM ANO DE IMPORTANTES CONQUISTAS E MARCAS HISTÓRICAS**

O ano de 2023 foi um ano de grandes desafios e realizações para a Taesa, que demonstrou a qualidade, prudência e experiência na sua gestão para entregar projetos complexos durante todo o ano.

A Segurança é um valor inegociável e um pilar essencial que merece atenção e cuidado constante. Em 2023, a Companhia reforçou seu comprometimento com este valor, executando diversas ações. Além da certificação da ISSO 45001 de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, a Taesa ampliou o número de representantes da CIPA+A (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio) proporcionando maior capilaridade e representatividade da Segurança do Trabalho na empresa. Diversas iniciativas de conscientização foram realizadas, entre elas, o Diálogo Semanal de Segurança. A Companhia obteve o compromisso firme dos seus parceiros com segurança, incluindo critérios rígidos de Segurança do Trabalho com cláusulas de bonificações e penalizações contratuais. Como consequência, 2023 foi o melhor ano da Segurança para a Companhia, que reportou zero acidentes com lesão grave.

A Taesa segue dedicada à execução e entrega dos seus novos empreendimentos em construção Ananaí, Pitiguari, Saíra e Tangará, além dos novos reforços da Novatrans, TSN, São Pedro e ATE, que juntos adicionarão quase R\$420 milhões de RAP quando entrarem em operação. Tangará e Pitiguari obtiveram licenças ambientais, permitindo inclusive o começo antecipado das obras nestes empreendimentos, o que não assegura, entretanto, a antecipação de conclusão em função da complexidade de cada projeto. Finalizamos um ciclo de investimentos em 2022 e em 2023 iniciamos um novo ciclo, com um volume de cerca de R\$3 bilhões a serem investidos nos próximos 2 anos para estes projetos. Vale destacar o volume de investimentos realizados de mais de R\$2 bilhões no ano que passou – um ano histórico em termos de Capex.

Celebramos também o início da operação do lote 5 arrematado no Leilão de Transmissão ANEEL 02/2022 (Saíra) em apenas 3 meses após a realização do certame. A Taesa assumiu a operação de Saíra já na assinatura do contrato de concessão, em 30 de março de 2023, mesmo o edital prevendo 12 meses de operação pelo antigo concessionário, após esta assinatura. A integração antecipada possibilitou menos desembolsos da ordem de R\$ 50 milhões. Houve um esforço coordenado envolvendo todas as áreas da empresa, assegurando o recebimento total de 72% da RAP do empreendimento (cerca de R\$126 milhões) – RAP remanescente está sujeita a conclusão da obra de revitalização.

Outra importante entrega foi o processo de certificação das normas ISO 9001 (Gestão da Qualidade), 14001 (Gestão Ambiental), 45001 (Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) e 55001 (Gestão de Ativos), de forma concomitante, por meio do Sistema de Gestão Integrado Taesa ("SGIT"), conferidas à Taesa pela ABS-QE, certificadora com acreditação internacional, e pelo ANAB, mutuamente reconhecido pelo CGCRE/INMETRO. A certificação ISO é um reconhecimento internacional, atestado por organismo externo, acreditado e independente, no

qual os processos da Companhia estão alinhados com os requisitos prescritos nas normas. O objetivo é avançar cada vez mais na melhoria contínua dos processos, buscar a excelência nas atividades, respeitando as pessoas, o meio ambiente e agregando valor às partes interessadas. O SGIT trabalha na padronização e melhoria contínua dos processos da empresa visando a produtividade, eficiência e competitividade, além da redução e mitigação de riscos e manutenção das respectivas certificações.

Do ponto de vista operacional, a Companhia manteve seu patamar de excelência operacional apresentando em 2023 um índice de disponibilidade das linhas de transmissão em 99,9% e Parcela Variável de R\$3,6 MM, o equivalente a 0,1% da RAP consolidada, destacando sua consistência na excelência operacional e gestão de seus ativos de transmissão. O desempenho excepcional da PV em 2023 foi afetado por reversões de eventos externos e alheios ao controle da Companhia ocorridos em anos anteriores. É importante mencionar que, dada a extensão e complexidade da nossa rede, não é possível assegurar que esse desempenho se repita em anos futuros.

Em agosto de 2023, a Taesa inaugurou o seu novo Centro de Operação do Sistema ("COS"), investindo em modernização, segurança e qualidade operacional e visando o crescimento sustentável do negócio. O COS está preparado para aumentar a capacidade de atuação e sustentar o crescimento da Taesa no setor de transmissão além de proporcionar maior confiabilidade e segurança operacional para o desenvolvimento do setor energético no país. O COS possui tecnologia e infraestrutura de última geração, com capacidade de comandar e monitorar, em tempo real, todos os ativos da Taesa e é uma edificação com autossuficiência energética, equipada com sistemas que garantem redução no consumo anual de água e energia, dentro das melhores práticas de ESG.

A alta administração apresentou uma revisão do planejamento estratégico de longo prazo da Taesa, mantendo o objetivo estratégico de manutenção da sua relevância no setor de transmissão e do seu posicionamento de consolidador neste segmento, tendo como premissa básica a geração de valor com retornos atrativos aos acionistas.

Como parte do nosso contínuo foco em eficiência financeira, concluímos duas emissões de debêntures este ano: (i) a 13ª emissão de debêntures no montante de R\$1 bilhão a CDI em momento de mercado extremamente desafiador (início de 2023); e (ii) a 14ª emissão de debêntures no montante de R\$800 milhões para o público em geral em 3 séries de 10, 12 e 15 anos, com prêmios sobre o IPCA muito eficientes, em condições favoráveis comparadas a outras emissões no mercado até aquele momento. Esta última emissão se enquadrou na lei 12.431 de debêntures de infraestrutura e contou com a certificação de selo verde, um diferencial cada vez mais importante para captações.

A Taesa encerrou o ano com uma posição de caixa de R\$1,6 bilhões e dívida líquida de R\$10,6 bilhões – considerando a participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto e coligadas –, registrando um índice de 3,7x na relação dívida líquida sobre EBITDA, em linha com o nível reportado no trimestre anterior e doze meses atrás. Esse nível é compatível a uma empresa de transmissão em crescimento e a estabilidade da alavancagem demonstra a robustez da nossa geração de caixa, em um ano de investimentos elevados e manutenção no payout de dividendos.

A agenda de Sustentabilidade continuou avançando em 2023 e o nosso relatório de sustentabilidade irá refletir a evolução das diversas frentes de atuação na Companhia. Na frente de Gente, aderimos ao Movimento Raça é Prioridade, uma iniciativa do Pacto Global da ONU, em parceria com o CEERT e ONU Mulheres, e busca promover a equidade étnico-racial nas empresas brasileiras. Com a adesão, passamos a ter como meta 30% de pessoas negras em cargos de liderança até 2025 e 50% até 2030. Além disso, a Taesa foi certificada pelo selo Great Place to Work em seu 5º ano consecutivo, estando entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de

Janeiro, e em 1º lugar no Destaque GPTW Energia pelo 3º ano consecutivo dentre 69 empresas do setor de energia. Mais uma importante conquista que celebramos!

E o resultado de todas essas conquistas e realizações fica evidente nas demonstrações financeiras em mais um ano de crescimento sustentável nas receitas, margens operacionais e lucros regulatórios da Taesa.

A receita operacional líquida e o EBITDA regulatórios alcançaram a marca histórica de R\$3,3 bilhões e R\$2,8 bilhões, respectivamente, na visão de consolidação proporcional, um aumento do 15,1% e 14,4%, contra os valores registrados em 2022. E margem EBITDA ficou em 85,3% no ano. Este sólido desempenho é consequência do sucesso na execução do planejamento estratégico da Companhia baseado nos pilares de crescimento sustentável, competitividade, gestão regulatória, sustentabilidade e governança. Com isso o lucro líquido regulatório atingiu a marca de R\$1,1 bilhão em 2023, registrando crescimento pelo quarto ano consecutivo mesmo diante da redução de 50% da RAP de algumas concessões e de um IGP-M de -4,5% que afetou negativamente todas as RAPs no ciclo 2023-2024 dos nossos contratos de concessão de categoria 2, equivalente a cerca de 65% da RAP operacional da Companhia.

No resultado em IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$1,4 bilhão em 2023, uma redução de 5,6% na comparação com o ano anterior, explicada basicamente pelos menores índices de inflação registrados entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M, que afetou de forma significativa a receita de correção monetária, e pelo aumento da despesa financeira líquida. Estes efeitos foram compensados em parte pelos novos projetos e pela menor Parcela Variável registrada no ano.

Mesmo mantendo uma geração operacional de caixa bastante robusta, a Companhia tem intensificado suas ações de eficiência e controle de custos a fim de minimizar o impacto do IGP-M neste ciclo da RAP (2023-2024). Em dezembro de 2023, por exemplo, visando a simplificação de estrutura societária e otimização de custos, incorporamos na Taesa 3 concessões – Sant’Ana, Saíra e ATE III. Essas incorporações potencializarão sinergias, permitindo redução de despesas operacionais e administrativas, otimizando a operação e trazendo benefícios para o desempenho de suas obrigações no âmbito dos contratos de concessão.

Por fim, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de destinação do lucro do exercício de 2023, que será então submetida para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, da seguinte forma: (i) -R\$1,4 milhão para reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$232,9 milhões para reserva de lucros a realizar; (iii) R\$746,0 milhões em proventos pagos ao longo de 2023 e início de 2024, sendo R\$329,3 milhões em dividendos intercalares e R\$416,7 milhões em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$390,3 milhões em dividendos adicionais a serem pagos no dia 16 de maio de 2024. Sendo aprovado em Assembleia, o total de proventos distribuídos sobre o exercício social de 2023 será de R\$1,1 bilhão, equivalente a R\$3,30 / Unit e payout de 83% do lucro líquido IFRS e 104% do lucro líquido regulatório do exercício social do ano que passou.

Como parte da estratégia de comunicação com o mercado e relações com investidores, a Taesa realizou, ao fim do ano, o Investor Day no formato híbrido e com público presencial em São Paulo. O evento reuniu investidores e analistas para discutir temas relevantes do setor elétrico, como a transição energética e os seus desafios para o setor, além dos diferenciais estratégicos da Companhia nesse ambiente, promovendo importantes discussões e debates com a Companhia. O evento contou com a presença de todos os diretores em contato direto com o mercado. Foi mais uma importante realização da Taesa para fechar um ano de muitas entregas.

Continuamos trabalhando com empenho e dedicação, alinhados a nossa missão de conectar o Brasil com energia segura e confiável, e reforçamos nosso foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, geração de valor, disciplina financeira e eficiência operacional,

ratificando seu compromisso com a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

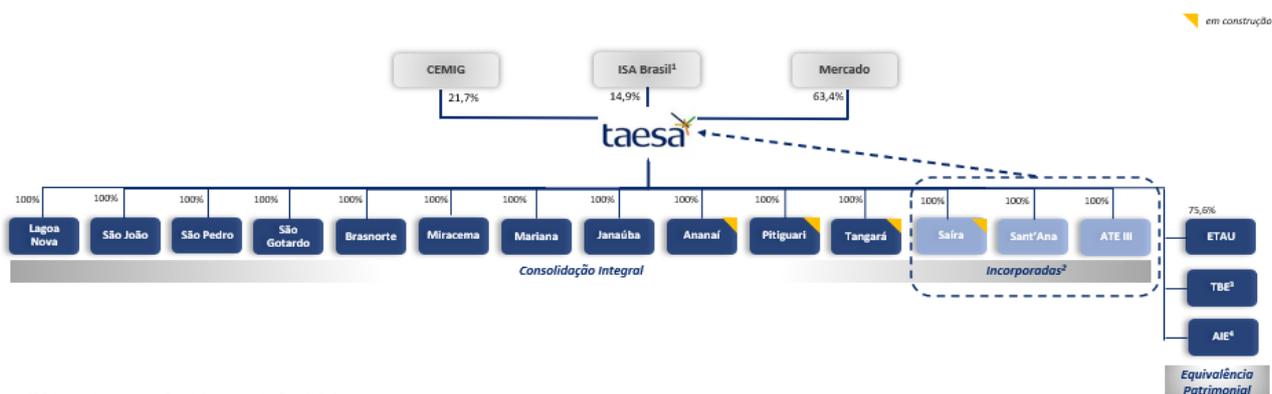
## A COMPANHIA

A Taesa é uma concessionária de transmissão de energia, cujo objetivo é implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão de energia elétrica no Brasil e outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica. É um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de Receita Anual Permitida (RAP), com 14.420 km de linhas de transmissão em operação e 735 km em construção, totalizando 15.155 Km de extensão. Possui ativos em 110 subestações com nível de tensão entre 69 e 525kV e um Centro de Operação do Sistema (COS) localizado no Rio de Janeiro.

A Taesa detém participação em quarenta e três concessões de transmissão: treze concessões na holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana e Saíra), onze controladas (São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Brasnorte, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari e Tangará), quatro controladas em conjunto (ETAU, Paraguaçu, Aimorés e Ivaí) e quinze coligadas, sendo, quatro diretas (EATE, ENTE, ETEP e ECTE), cinco indiretas (STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE) e seis com participações direta e indireta (EBTE, EDTE, ERTE, Transudeste, Transleste e Transirapé).

Em 29 de dezembro de 2023, a Taesa incorporou as controladas ATE III, Sant'Ana e Saíra com objetivo de otimização de seus processos, dos procedimentos administrativos e operacionais, bem como a simplificação de estrutura societária que acarretará na redução de despesas operacionais e administrativas.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E LOCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES

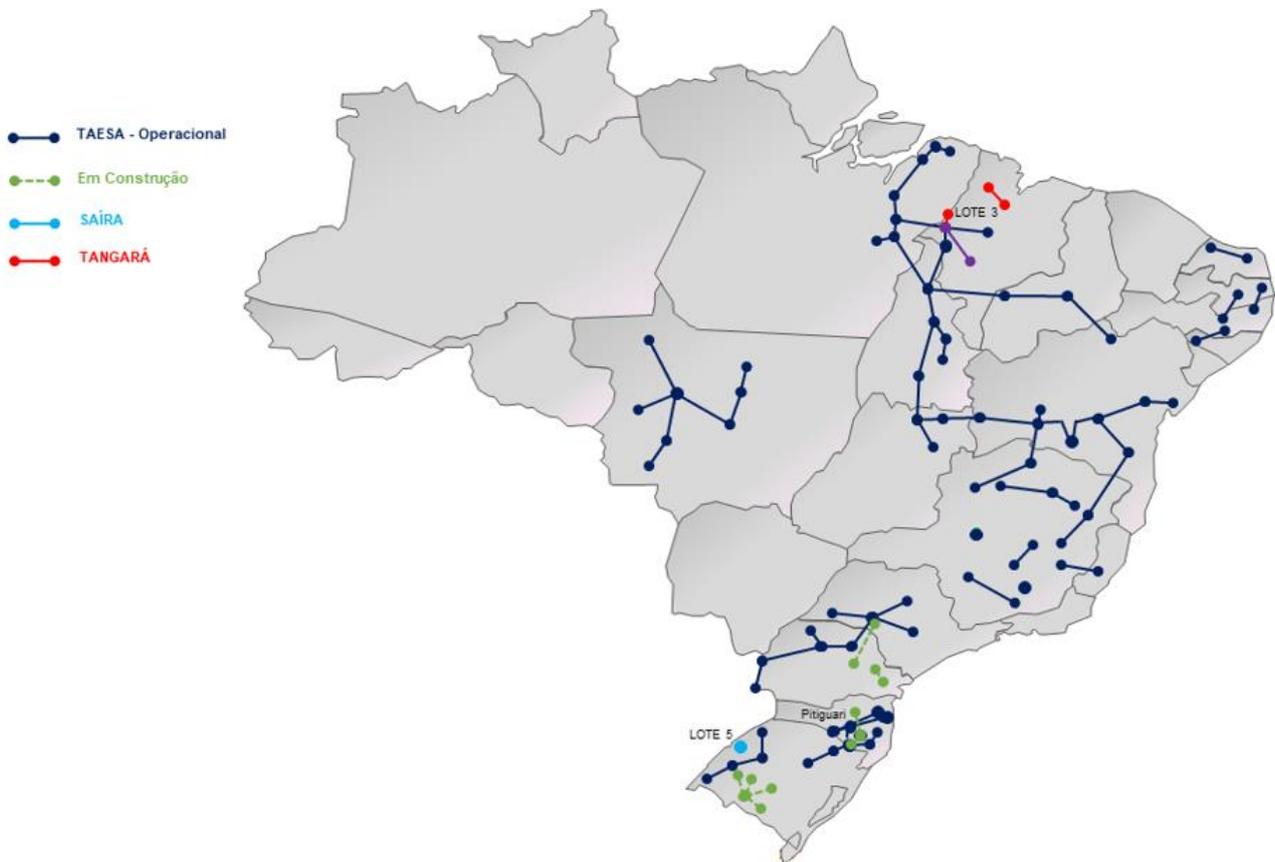


<sup>1</sup> ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

<sup>2</sup> As concessões de Saíra, Sant'Ana e ATE III foram incorporadas na Taesa em 29 de dezembro de 2023.

<sup>3</sup> TBE – Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. A gestão operacional das concessões Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE.

<sup>4</sup> AIE – Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico com participação de 50% TAESA e 50% ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar e operar 3 empreendimentos: Aimorés, Paraguaçu e Ivaí



## MISSÃO, VISÃO E VALORES

**Missão:** Conectar o Brasil com energia segura e confiável.

**Visão:** Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.

**Valores:** Cuidar genuinamente das pessoas; agir com integridade construindo relações de confiança; buscar a excelência em tudo o que fazemos.

## CÓDIGOS E POLÍTICAS

Os códigos e políticas corporativas adotados pela Taesa expressam seus valores e sua cultura organizacional, balizando a condução dos negócios, bem como a relação com os diferentes públicos com os quais a Companhia interage. Esses documentos são desenvolvidos, revisados e atualizados periodicamente, a fim de assegurar sua compatibilidade com os cenários externo e interno.

A Taesa dispõe de um canal de denúncias externo, operado por uma empresa independente, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, com a opção de anonimato e a garantia da confidencialidade das informações e da não retaliação ao denunciante de boa-fé, possibilitando a todos os empregados e público externo a realização de denúncias relacionadas aos temas tratados no Código de Conduta Ética e Compliance e demais políticas do Programa de

Integridade. O canal está divulgado na intranet, no site institucional e no de relação com investidores e as denúncias realizadas são apuradas e respondidas pela Comissão de Ética da Taesa em até 30 dias.

## **SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO**

As empresas do Grupo Taesa, respaldadas pela Alta Direção e por seus colaboradores, manifestam seu compromisso com o Sistema de Gestão Integrado, que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Declarando como diretrizes globais da organização o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e das partes interessadas, assim como o comprometimento com a excelência e a melhoria contínua dos processos, direcionados à execução dos serviços de implantação, operação e manutenção dos seus ativos.

A Taesa por meio do seu Sistema de Gestão Integrado, conquistou de uma só vez, a certificação de seus processos em quatro normas *ISO*. São elas: *ABNT NBR ISO 9001: 2015* – Gestão da Qualidade, *ABNT NBR ISSO 14001: 2015* – Gestão Ambiental, *ISO 45001:2018* – Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional e *ABNT NBR ISO 55001:2014* – Gestão de Ativos. As certificações foram conferidas à Companhia pela *ABS-QE*, certificadora com acreditação internacional, pelo *National Accreditation Board (ANAB)*, mutuamente reconhecido pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE)/INMETRO.

A Companhia fez um grande esforço ao longo dos últimos meses, com o objetivo de avançar cada vez mais na melhoria contínua de seus processos e garantir a excelência em suas atividades. As certificações trazem novos desafios e cada norma traz em sua essência um foco distinto: foco nos clientes, para melhorar a confiança e a credibilidade nos serviços prestados; no meio ambiente e na comunidade, com a gestão de práticas sustentáveis que visam a mitigação de impactos ambientais causados pelas nossas atividades; nos trabalhadores, com a gestão de segurança e saúde ocupacional por meio da identificação dos perigos e estabelecimento de controles para mitigar ou eliminar os riscos das atividades; e nos ativos da empresa, com objetivo de gerar valor por meio da gestão sustentável dos ativos na busca pelo equilíbrio entre custo, risco e desempenho.

## **SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA**

A sustentabilidade é considerada um valor para a TAESA sendo um dos pilares estratégicos e que está integrada na estratégia e decisões de negócios. Desta forma, a TAESA garante rentabilidade através do crescimento sustentável, com disciplina financeira e eficiência operacional e reforça o valor partilhado com a sociedade, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, atento às necessidades das gerações futuras.

Em linha com o nosso objetivo de ser uma empresa referência em sustentabilidade no setor de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil, temos trabalhado desde 2019 com temas de Sustentabilidade (ASG), com o objetivo de criar iniciativas de melhoria contínua e inovação, além de aprimorar os balanços socioambientais. Tornamo-nos signatários do Pacto Global, contribuindo para a agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2021 realizamos o processo de consulta a todas as partes interessadas para a elaboração da matriz de materialidade, conforme a metodologia da *Global Reporting Initiative (GRI)*, em que identificamos os 6 temas de sustentabilidade prioritários para focar na melhoria contínua de nossa gestão, desempenho e comunicação de progresso.

### Destaques e compromissos ASG:

- Elaboração do Inventário Anual de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) conforme metodologia *GHG Protocol*.
- Superação das metas de redução no consumo de combustíveis fósseis na frota e readequação das mesmas.
- Aprimoramento de cláusulas/premissas ambientais e sociais em contratos com fornecedores.
- Realização do Processo de Materialidade e definição dos Tópicos Materiais a partir das premissas da GRI
- Elaboração deste relatório socioambiental com base nas diretrizes do GRI e dos ODS do Pacto Global ONU.
- Consolidação do Programa de Diversidade por meio da criação do Comitê e da Política de Diversidade e Inclusão.
- Certificação *Great Place to Work*.
- Adesão aos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres.
- Associação ao Movimento +Mulher 360.
- Adesão ao Movimento Raça é Prioridade.
- Adesão ao Movimento Transparência 100%.
- Disponibilização de painel de indicadores ASG no site de Relações com Investidores.

Desde 2019, a Companhia realizou operações de emissão de debêntures verdes, que são títulos de dívidas, emitidos pela Companhia para captar investimentos em projetos ligados aos temas de sustentabilidade, realizando ao todo 7 (sete) emissões até o fim de 2023.

Vale reforçar que os *Green Bond Principles (GBP)* reconhecem que a transmissão de energia é uma categoria elegível à emissão de títulos verdes, pois observam que o segmento no país contribui para o escoamento e a transmissão de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN). Seguem algumas conclusões sobre as emissões de debêntures verdes:

- Os ativos TAESA avaliados em implantação trazem benefícios ambientais, pois sua construção contribui para aumentar a disponibilidade do SIN para energia renovável.
- Os projetos estão alinhados com a estratégia da Companhia e oferecem benefícios ambientais tangíveis.
- Os procedimentos para gestão dos recursos captados por meio da debênture foram claramente definidos pela emissora, por meio de um processo documentado e transparente.
- A Companhia possui uma performance de desempenho confortável nas três dimensões analisadas: Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ASG).
- A Companhia possui práticas ASG confortáveis e know-how técnico de suas atividades.
- A Companhia sem histórico de controvérsias ASG relevantes;
- A Companhia tem plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar eventuais impactos negativos de seus projetos e sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de Título Verde à debênture.

Criação do Programa de Diversidade: Idealizado ao longo de 2020, o Programa de Diversidade e Inclusão teve início em 2021, pautado nos princípios éticos da empresa. O objetivo maior da iniciativa é estabelecer diretrizes para o respeito e valorização das diferenças, sejam elas culturais, sociais, religiosas, étnicas etc. A combinação de diferentes perspectivas colabora para a resolução de problemas, promove a inovação, aumenta o engajamento e contribui para a sustentabilidade e para a sociedade como um todo. Em 2021, foi aprovada a Política de Diversidade, a qual aplica-se a todos os empregados da TAESA e demais controladas. Em 2022 passaram a acontecer os encontros bimestrais dos grupos de afinidades, para a discussão de temas, ampliação e disseminação de cultura de respeito e valorização das diferenças.

Certificação *Great Place to Work*: A Companhia tem a convicção de que as pessoas são o seu maior patrimônio. A Companhia foi reconhecida em 2023, pelo 3º ano consecutivo, com a premiação em 1º Lugar no Destaque *GPTW* Energia referente a pesquisa realizada em 2022 e divulgada em 2023 – Corte: Geração, Distribuição e Transmissão de energia elétrica. Anualmente, a Companhia aplica a pesquisa de clima organizacional em parceria com a *GPTW* para medir o nível de engajamento e satisfação das equipes. Em 2023, conquistamos a certificação de “Melhor Empresa para Trabalhar” pelo 5º ano consecutivo, reafirmando a sua posição como uma referência no setor.

Igualdade de Gênero: um compromisso de todos nós: Desde 2021, a TAESA aderiu o “*Women’s Empowerment Principles (WEP’s)*”, conhecidos como os 7 princípios do empoderamento feminino, uma iniciativa do pacto ONU mulheres. Tornar-se signatária do movimento reforça a importância e o compromisso da TAESA em apoiar e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no local de trabalho, mercado e comunidade. Os 7 princípios são: Liderança corporativa de alto nível; tratar todas as mulheres e homens no trabalho com justiça e sem discriminação; Saúde e bem-estar e segurança do funcionário; Educação e treinamento para progressão na carreira; Desenvolvimento empresarial, Cadeia de suprimentos e práticas de marketing; Iniciativas comunitárias e defesa; Medição e relatórios.

Como resultado dos avanços na agenda de sustentabilidade e alinhadas ao planejamento estratégico da Companhia, pelo terceiro ano consecutivo, a TAESA passou a integrar as carteiras do Índice Carbono Eficiente (“*ICO2*”) demonstrando o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como está se preparando para uma economia de baixo carbono; e do índice *IGPTW* (“*IGPTW*”) que acompanha as empresas certificadas ou ranqueadas pelo *Great Place to Work*, ambas da B3 para o ano de 2024.

## Responsabilidade Corporativa

- Gestão de pessoas

A TAESA possui uma Política de Recursos Humanos aplicada a toda a empresa. O processo de desenvolvimento dos colaboradores deve ser compreendido como uma estratégia de negócios e como parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em torno desse tema tem como função estratégica assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios. Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados.

A Companhia assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o mercado e benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador. Atua como facilitadora do fluxo de informações, promovendo a comunicação objetiva e direta, de mão dupla, respeitosa e transparente.

Atração e Retenção de Talentos - As pessoas são elementos impulsionadores da organização, indispensáveis à sua constante renovação em um ambiente de mudanças e desafios. A Taesa adota a prática do Recrutamento Interno, que visa disponibilizar as oportunidades aos seus colaboradores antes de buscar novos profissionais no mercado, o que promove reais oportunidades de crescimento e desenvolvimento, propicia expectativa de futuro profissional, retém seus talentos e valoriza seu capital humano.

Capacitação - A Política de treinamento e Desenvolvimento da Taesa tem por objetivo geral promover e prover ações e estratégias de aprendizagem, que possibilitem aos colaboradores a aquisição e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam

para o seu desenvolvimento profissional, refletindo a valoração do indivíduo e respondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários à estratégia e manutenção do negócio.

Remuneração - A política de remuneração tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização e desenvolvimento, visando ao equilíbrio interno e externo das suas estruturas de cargos e salários, bem como do seu pacote de benefícios. Os colaboradores possuem uma remuneração variável, observada e alinhada aos resultados das metas globais, por Diretoria e por Gerência, em conjunto com o atendimento das responsabilidades desenhadas para seus cargos.

Processos de comunicação - A Companhia acredita que a comunicação integrada é um importante pilar em sua estrutura. Com objetivo de fortalecer cada vez mais o vínculo entre seus colaboradores, busca manter atualizados os processos de comunicação, agregando tecnologia e inovação, através de mecanismos e canais de diálogo estruturados, que possibilitam o levantamento de necessidades e expectativas, além da troca de informações em todos os níveis, de forma transparente, eficaz, ágil e objetiva, alinhada com as melhores práticas e estratégias do negócio.

Saúde e Segurança do Trabalho - A Companhia nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, considera a Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde um valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura, a fim de contribuir para a segurança e saúde de seus empregados e subcontratados, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A Companhia adota os seguintes princípios de gestão de segurança, meio ambiente e saúde:

- Prevenção de riscos do trabalho;
- Proteção à saúde e ao meio ambiente;
- Atendimento aos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental;
- Cumprir com as obrigações da Companhia com segurança, continuidade e qualidade;
- Realizar ações respeitando o ambiente e o interesse das partes;
- Minimizar, na medida do possível, o impacto gerado pelas obras e para o convívio da linha de transmissão com o meio socioambiental na operação das linhas de transmissão.

### Responsabilidade Social

Em 2023 a Companhia através das concessões ATE III, Miracema e Janaúba, aportou R\$1.145 em projetos que contribuem para o desenvolvimento social e a valorização da cidadania:

- Lei de Incentivo à Cultura: "A Cidade da Gente" e "Enquanto a Linha Toca"
- Lei do Esporte - "Educ Esporte V Edição"
- FIA - "Geração Futuro" e "Virando o Jogo"
- Lei do Idoso - "Bem Viver Agreste"

### Governança Corporativa

A TAESA é uma Companhia listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), que confere às suas ações preferenciais o direito de venda por 100% do valor pago na transferência de controle (*Tag Along*) e está alinhada com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa do mercado.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, assessorado por 4 comitês não estatutários (Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos e Comitê de Operações e Negócios), Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária, assessorada por 4 comitês não estatutários (Comitê de Gente, Comitê de Negócios, Comitê de Inovação e Tecnologia e Comitê de Segurança e Meio Ambiente).

Conselho de Administração (CA) - Composto por 13 membros efetivos, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Em conformidade com o contrato de adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2, o CA deverá ter no mínimo 20% de conselheiros independentes, identificados como tal na ata que os eleger. Cabe à acionista ISA indicar 4 membros e à acionista CEMIG indicar 5 membros, os demais são eleitos em conformidade com o item 5.3 do Regulamento Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Além das competências descritas em lei e no Estatuto Social da Companhia, o CA é responsável: (i) pela orientação geral dos negócios, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções, por meio de comitês específicos, e (iii) por deliberar sobre a participação em concorrências públicas promovidas pela ANEEL ou por qualquer representante do Poder Concedente com competência para tal.

Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal é permanente e composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos, com igual número de suplentes. Suas responsabilidades consistem em fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos acionistas.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração - Os Comitês não têm função executiva e poder de decisão e são compostos por 6 membros, majoritariamente também membros do CA, para assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório da Companhia.

Comitês de Assessoramento à Diretoria - Os Comitês analisam com profundidade as matérias de sua especialidade e emitem sugestões e pareceres à Diretoria, visando assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório da Companhia.

Diretoria Executiva - A Diretoria Executiva é formada por 06 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Técnico, um Diretor Jurídico e Regulatório, um Diretor de Implantação e um Diretor de Negócios e Gestão de Participações, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração executiva diária dos negócios e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os itens destacados em Sustentabilidade, Inovação e Responsabilidade corporativa não fazem parte do escopo do auditor independente.

#### [Inovação por intermédio do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - P,D&I do segmento elétrico:](#)

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("P,D&I") da Taesa, regulado pela ANEEL, tem como objetivo desenvolver soluções que contribuam com o aprimoramento tecnológico nacional, por meio de relevantes ganhos técnico-científicos que, por sua vez, aperfeiçoam a segurança, qualidade e eficiência da prestação de serviço de transmissão de energia elétrica. O Programa fomenta a busca por inovação pelas empresas de energia elétrica e incentiva o contínuo levantamento de oportunidades frente aos desafios tecnológicos do setor.

Neste contexto, as empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual mínimo de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados.

A Companhia atua em consonância à regulamentação do Programa e em parceria com diversas instituições de base tecnológica realiza projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, publicando em seu *website* (<https://institucional.taesa.com.br/pesquisa-e-desenvolvimento/projetos/>) todos os projetos em realização bem como os concluídos. No ano de 2023, a TAESA executou 13 projetos e destes encerrou os descritos abaixo:

- PD-07130-0053/2018 - Teleproteção em IEC-61850 - Desenvolvido uma solução de comunicação de alto desempenho entre subestações baseadas na Norma IEC-61850, provendo redução no tempo de recuperação da rede de comunicação em caso de falha, baixa latência e segurança a partir de um controlador SDN de baixo custo. Com investimentos de até R\$4.393.
- PD-07130-0057/2019 - Ferramenta de Otimização multicritério para análise de investimentos em leilões de linhas de transmissão utilizando técnicas de inteligência artificial - Desenvolvido uma ferramenta computacional *open-source* que utiliza técnicas de inteligência artificial para a definição do melhor trajeto e menor custo de uma linha de transmissão, dentro de um parâmetro de qualidade definido pela empresa de energia elétrica. Assim permitindo a construção de infraestrutura de transmissão de energia elétrica dentro da melhor oferta para atendimento à população. Também é esperado impacto da ferramenta nas ofertas em futuros leilões, promovendo lances mais justos e impedindo a realização de projetos inexecutáveis que podem impactar negativamente o sistema interligado nacional e por consequência o consumidor de energia elétrica. Com investimentos de até R\$5.008.
- PD-07130-6060/2021 - Relé de Proteção com Monitoramento Ativo de Óleo e Gases e um Sistema Inteligente para Diagnóstico e Monitoramento de Transformadores e Reatores de Potência de Alta Tensão – Fase Lote Pioneiro - Evoluir na cadeia de inovação ANEEL e produzir o lote pioneiro do relé de gás inteligente, desenvolvido no âmbito do projeto PD-07130-0060/2019. Com investimentos de até R\$2.501.

A lista contendo todos os projetos em andamento, finalizados e aprovados pela ANEEL encontra-se disponível no site institucional da Companhia <https://institucional.taesa.com.br/pesquisa-e-desenvolvimento>

## **DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO**

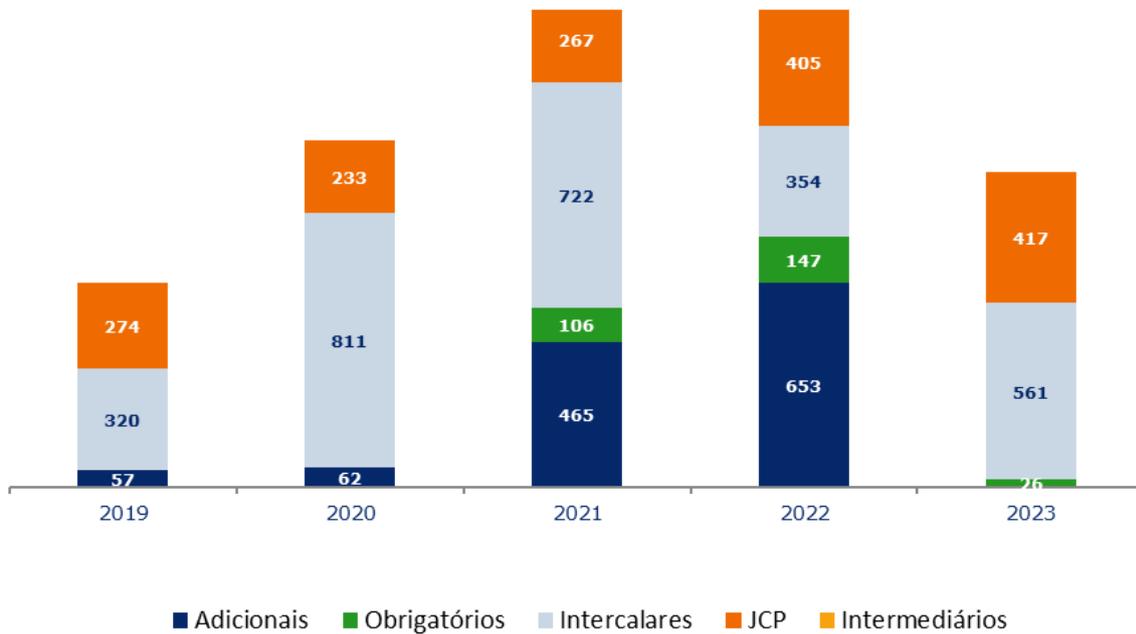
### Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos

De acordo com seu estatuto social, a Taesa deve distribuir um mínimo de 50% do seu Lucro Líquido, após a constituição da reserva de incentivo fiscal.

No exercício de 2023, foram aprovados pagamentos no montante de R\$1.004.043 a título de dividendos e JCP, sendo:

- R\$460.000 - dividendos intercalares de 2022;
- R\$ 26.048 – dividendos mínimos obrigatórios de 2022;
- R\$101.267 - dividendos intercalares de 2023; e
- R\$416.728 - JCP de 2023.

### Série histórica de dividendos e JCP pagos (R\$ MM)



### Dividendos e JCP Distribuídos - Payout



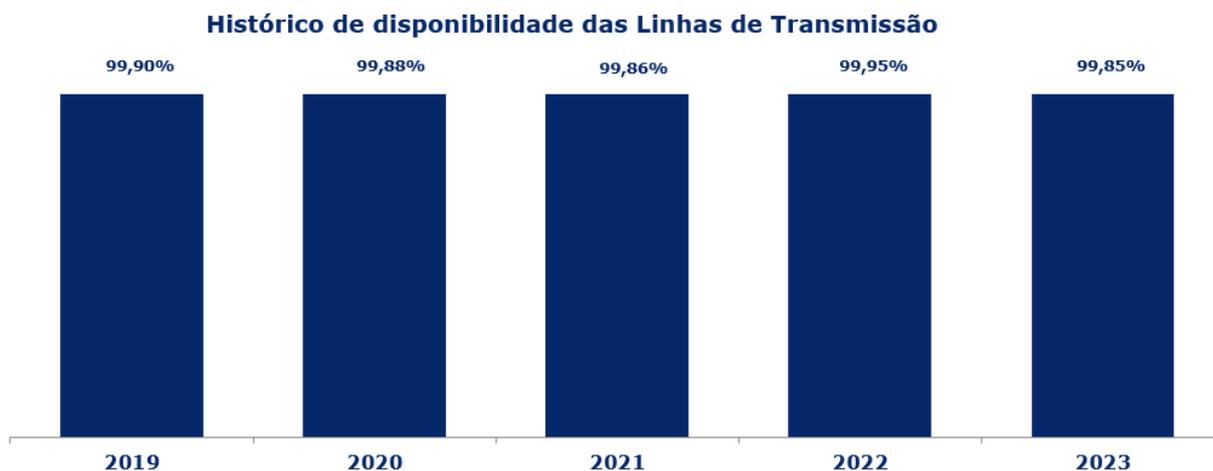
(\*) Para o cálculo do *Payout* os lucros líquidos foram ajustados excluindo os impactos do CPC 47. Os impactos foram de R\$232.904, R\$207.632, R\$408.098, R\$631.470 e R\$291.323 nos exercícios de 2023, 2022, 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Assim como os impactos do CPC 47 apurados no exercício de 2023, 2022, 2021, 2020 e 2019, a proposta da Administração é destinar os impactos apurados no exercício de 2023 para as Reservas de lucros a realizar e pagar dividendos aos acionistas em períodos futuros a fim de não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia. (\*\*\*) Para o cálculo do payout foram excluídos os valores de R\$1.352 para 2023 e R\$3.177 para 2022, referente a reversão de incentivo fiscal.

## Gestão técnica e a disponibilidade das linhas de transmissão

Manutenções especializadas em todos os ativos de transmissão, fazem da equipe técnica da Taesa um diferencial competitivo em seus processos operacionais, que tem investido de forma contínua na capacitação de suas equipes de manutenção e operação, bem como em metodologias para melhorar os resultados das intervenções nas instalações. Destacam-se, ainda, os serviços especiais em Linha Viva, que possibilitam uma efetiva intervenção nos equipamentos sem a necessidade de desligamentos de instalações, contribuindo para o aumento da disponibilidade das subestações e linhas de transmissão.

Os planos de manutenção em dia, cooperam para a disponibilidade operacional das linhas de transmissão nos patamares mais elevados de desempenho de forma consistente, contribuindo assim para maior confiabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional.

A Companhia demonstrou competência técnica e capacidade de manter a disponibilidade das linhas de transmissão em elevados patamares, atingindo o resultado de 99,85% de disponibilidade. Abaixo o histórico de disponibilidade das linhas de transmissão:



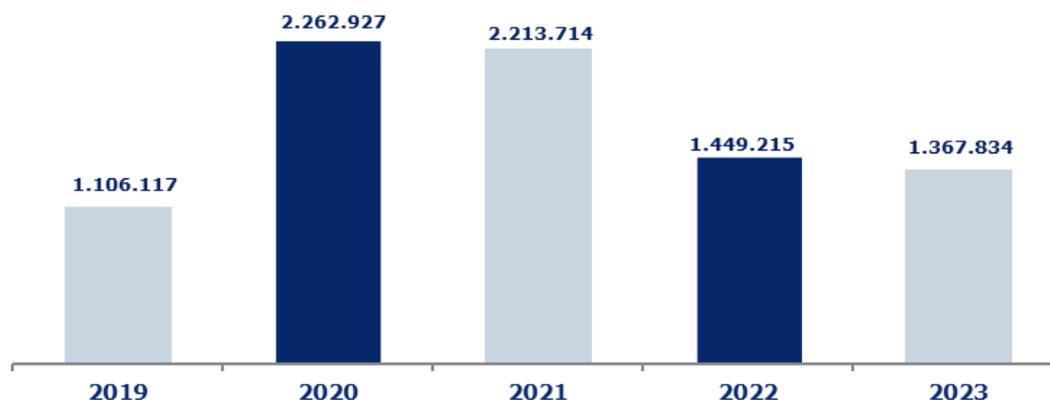
## Proteção natural contra a inflação

Como as receitas são ajustadas anualmente pelo IGP-M ou IPCA, o negócio da Taesa é naturalmente protegido contra a inflação. A RAP é anualmente ajustada a cada 1º de julho, pelo índice de inflação de 12 meses, de junho do ano anterior a maio do ano em referência.

Ciclo	IPCA	IGP-M
2019 / 2020	4,70%	7,60%
2020 / 2021	1,80%	6,50%
2021 / 2022	8,00%	37,00%
2022 / 2023	11,73%	10,72%
2023 / 2024	3,94%	-4,47%

## Lucro líquido consolidado

A Taesa mantém sua gestão com foco em maximizar os retornos aos acionistas.



Destacamos os principais fatores que influenciaram o lucro líquido do exercício de 2023 em comparação ao exercício de 2022:

- **Receitas**

Operação e manutenção – O crescimento de 6,79% em 2023 refere-se, basicamente, (i) ao reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067/22, que corrigiu as RAPs com um acumulado IGP-M: 10,72% e IPCA: 11,73% , (ii) ao reajuste inflacionário do ciclo 2023-2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.216/23, que corrigiu as RAPs com um acumulado IGP-M: -4,47% e IPCA: 3,94%, (iii) às operações da concessão Saíra e (iv) à entrada em operação de dois trechos da concessão Sant’Ana.

Remuneração do ativo de contrato de concessão – O crescimento 7,97% em 2023 deve-se, basicamente, às operações da concessão Saíra e de outros dois trechos da concessão Sant’Ana. Essa variação foi compensada pela amortização dos recebimentos e redução dos ativos pelo reajuste tarifário 2023-2024, onde apurou-se um índice deflacionário (IGP-M -4,47%).

Correção monetária do ativo de contrato de concessão – A redução de 63,29% em 2023 refere-se, basicamente, à redução dos índices macroeconômicos (IGP-M -3,46% x 5,89% e IPCA 4,68% x 5,90%). Essa variação foi compensada pelas operações da concessão Saíra e de dois trechos da concessão Sant’Ana.

Implementação de infraestrutura – O crescimento de 368% em 2023 refere-se aos maiores investimentos em 2023 nos empreendimentos em construção, refletindo na receita de infraestrutura os investimentos nos projetos Ananaí, Tangará, Saíra, Sant’Ana e Pitiguari, além dos investimentos nos reforços das concessões Novatrans, TSN e ATE III.

Parcela variável – A redução de 94,08% em 2023 refere-se, basicamente, às reversões dos eventos ocorridos em 2022 nas concessões Novatrans e ATE, que foram compensadas (i) pelos eventos de indisponibilidade da função de transmissão de um dos terminais da concessão ETEO e (ii) pelo desligamento automático da LT Nova Mutum, em função do abalroamento de máquina agrícola na torre de circuito na concessão Brasnorte.

Outras receitas operacionais – O aumento de 26,63% em 2023 refere-se, basicamente, aos Avisos de Créditos Complementares em 2023, compensados pelos descontos na RAP da concessão Sant’Ana referentes a pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto a ANEEL e uma vez sanadas passará a receber 100% de sua RAP.

- Deduções da receita bruta

O acréscimo de 31,48% em 2023 ocorreu em função do aumento da receita bruta, impactando os tributos sobre a receita.

- Custos e Despesas

Pessoal – O aumento de 14,69% em 2023 refere-se, basicamente, (i) ao reajuste salarial dos funcionários pelo acordo coletivo, e (ii) às novas contratações motivadas pelas entradas em operação dos novos projetos.

Material – O aumento de 210,11% em 2023 refere-se (i) aos maiores investimentos (Capex), principalmente nas concessões Ananaí, Tangará, Saíra e Pitiguari, além dos investimentos realizados nos reforços das concessões Novatrans e TSN, (ii) ao aumento nos custos de materiais nas concessões São Pedro, São João, ATE III e Saíra que foram compensados por recebimentos, via conta garantia, constituída na aquisição das empresas São Pedro e São João, na controladora.

Parte da variação foi compensada pela redução nos investimentos de O&M nas concessões TSN e Novatrans.

Serviços de terceiros - O aumento de 40,98% em 2023 refere-se, basicamente, (i) às despesas com consultoria técnica/administrativa, (ii) ao aumento dos custos com limpeza/conservação e limpeza da faixa de servidão nas concessões SJT, Sant’Ana e Saíra, (iii) aos custos de serviços de manutenção das concessões SJT e SPT que foram compensados por recebimentos, via conta garantia, constituída na aquisição das referidas empresas, na controladora, e (iv) ao aumento de custos com estudos ambientais na concessão SJT.

Outros custos e despesas – A redução de 74,62% em 2023 refere-se, basicamente, (i) ao recebimento de indenização referente às aquisições das empresas SPT e SJT, (ii) aos menores custos devido ao efeito líquido entre os períodos analisados para a provisão para contrato oneroso dos projetos Sant’Ana e Saíra, e (iii) a reversão de provisões para contingências fiscais na controladora.

- Resultado de Equivalência Patrimonial

A redução de 24,32% em 2023 refere-se, basicamente, (i) aos menores investimentos em função da entrada em operação da ESTE, Ivaí, Aimorés e Paraguaçu; (ii) à redução da receita de correção monetária, impactada pelos índices macroeconômicos, principalmente a deflação do IGP-M, com impacto significativo na TBE e ETAU; (iii) aos efeitos da revisão tarifária em Ivaí. Esses efeitos foram compensados pelo aproveitamento do benefício fiscal (SUDENE) nas empresas Aimorés e Paraguaçu, a partir de 2023.

- Resultado Financeiro

Receitas financeiras – A redução de 10,30% na receita financeira deve-se ao menor volume de caixa médio aplicado em 2023, sendo impactado, principalmente, por maiores pagamentos de juros e principal das dívidas, proventos, e maiores investimentos (Capex) nos projetos em construção.

Despesas financeiras - O aumento de 16,54% deve-se, principalmente, (i) ao aumento dos juros em função do aumento da dívida após captações de recursos através das 13ª e 14ª emissões de debêntures, em fevereiro e setembro de 2023, respectivamente; (ii) ao acréscimo da variação monetária devido ao maior volume de dívida, em razão da captação da 14ª emissão de debêntures, compensado pela redução do IPCA; (iii) pela atualização de provisões para contingências; (iv) às despesas bancárias e IOF; sendo compensada por (i) um decréscimo dos juros sobre depósitos judiciais; (ii) por maiores juros Selic em decorrência da atualização de créditos tributários; e (iii) a liquidação antecipada da dívida 4.131 e do instrumento financeiro correspondente a esta dívida em 2022.

- Impostos e contribuições sociais

A redução dos impostos e contribuições de 75,08% ocorreu em função (i) da mudança de regime tributário da controlada Miracema, (ii) do decréscimo da receita de correção monetária (IGP-M deflacionário -3,46%), (iii) aos pagamentos de JCP e (iv) obtenção de benefício fiscal pela controlada Miracema. Parte desses efeitos foram compensados pela provisão de impostos a pagar sobre a menos-valia em função da incorporação da controlada ATE III.

#### EBITDA ajustado x EBITDA padrão

	2023	2022	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	3.362.116	2.616.517	745.599	28,50%
<b>EBITDA</b>	<b>1.925.489</b>	<b>1.901.379</b>	<b>24.109</b>	<b>1,27%</b>
<b>Margem EBITDA – Ajustado <sup>1</sup></b>	<b>57,27%</b>	<b>72,67%</b>	<b>- 15,40 pp</b>	
<u>Reconciliação do EBITDA - ajustado</u>				
Lucro do exercício	1.367.834	1.449.215	(81.381)	-5,62%
<u>Equivalência Patrimonial</u>	(427.518)	(564.887)	137.370	-24,32%
Resultado financeiro	903.824	737.557	166.265	22,54%
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	63.425	254.516	(191.091)	-75,08%
Depreciação	17.924	24.978	(7.054)	-28,24%
<b>EBITDA - Ajustado</b>	<b>1.925.489</b>	<b>1.901.379</b>	<b>24.109</b>	<b>1,27%</b>

	2023	2022	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	3.362.116	2.616.517	745.599	28,50%
<b>EBITDA</b>	<b>2.353.007</b>	<b>2.466.266</b>	<b>(113.261)</b>	<b>-4,59%</b>
<b>Margem EBITDA – padrão<sup>1</sup></b>	<b>69,99%</b>	<b>94,26%</b>	<b>- 24,27 pp</b>	
<u>Reconciliação do EBITDA</u>				
Lucro do exercício	1.367.834	1.449.215	(81.381)	-5,62%
Resultado financeiro	903.824	737.557	166.265	22,54%
Imposto de renda e contribuição social	63.425	254.516	(191.091)	-75,08%
Depreciação	17.924	24.978	(7.054)	-28,24%
<b>EBITDA padrão</b>	<b>2.353.007</b>	<b>2.466.266</b>	<b>(113.261)</b>	<b>-4,59%</b>

<sup>1</sup> A margem EBITDA de 2023 foi impactado por maiores investimentos nos empreendimentos de Ananaí, Tangará, Saira (2ª fase) e reforços da Novatrans e TSN. Os investimentos são registrados no custo, enquanto a receita recebe os investimentos acrescidos de juros, margem e tributos. Dessa forma, enquanto o EBITDA é impactado com o efeito líquido do encontro de receita e custo de implementação de infraestrutura, a receita operacional líquida é impactada somente pela receita de implementação de infraestrutura.

EBITDA padrão - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA padrão não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA padrão apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Resolução CVM nº 156 de 24 de junho de 2022, estabelece a divulgação voluntária do cálculo do EBITDA padrão.

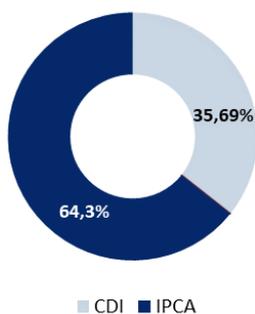
EBITDA ajustado - É o EBITDA padrão somado ao valor da equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o EBITDA ajustado é conservador em relação ao EBITDA padrão, pois não considera o resultado de equivalência patrimonial de suas investidas.

## Endividamento

	2023	2022
Circulante	1.153.762	634.734
Não circulante	8.681.614	7.560.266
Dívida bruta	9.835.376	8.195.000
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(1.317.655)	(1.093.471)
Dívida líquida	8.517.721	7.101.529
<b>Dívida líquida/EBITDA padrão</b>	<b>3,83</b>	<b>2,88</b>
<b>Dívida líquida/EBITDA ajustado</b>	<b>4,74</b>	<b>3,73</b>

Dívida Líquida - Não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e, também, não é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A Dívida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos e Debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa e os Títulos e Valores Mobiliários. A Dívida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

### Principais Indexadores da Dívida (%)



### Prazo da dívida (%)



### Dívida Bruta



### Dívida Líquida



## MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado da Companhia era de R\$13,2 bilhões (R\$11,9 bilhões em 31 de dezembro de 2022).

### Desempenho da Unit (TAEF11)



### Rating

Em 2023, a Companhia teve seus ratings afirmados em escala nacional pelas agências *Fitch Ratings* ("Fitch") e *Moody's Local Brasil* ("Moody's"), com alteração no rating para moeda local pela *Fitch*. Em 19 de julho de 2023, a *Moody's* afirmou novamente os *Ratings* em escala nacional em 'AAA.br' com alteração na perspectiva de estável para negativa. Em dezembro de 2023, a *Fitch* afirmou novamente os *Ratings* em escala nacional da Taesa, sem alteração da perspectiva, que continua em estável e rebaixou o *rating* global para moeda local de BBB- para BB+ com perspectiva estável. As agências *Moody's* e *Fitch* monitoram o risco de crédito da Taesa, mantendo atribuição da maior nota na classificação de rating na Escala Nacional à Companhia, refletindo uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa comprovado por sólidos indicadores de crédito e liquidez.

<b>Fitch</b>	<b>Rating</b>	<b>Perspectiva</b>
Rating para moeda local	BB+	Estável
Rating para moeda estrangeira	BB	Estável
Rating em escala nacional	AAA(bra)	Estável
<b>Moody's</b>	<b>Rating</b>	<b>Perspectiva</b>
Ratings Escala Nacional Brasileira	AAA.br	Negativa

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A *Deloitte Touche Tohmatsu* Auditores Independentes LTDA presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia e suas controladas desde abril de 2022. A Companhia contratou a *Deloitte* para prestação de serviços de auditoria independente por três anos consecutivos, reajustado pelo IPCA. Adicionalmente, a *Deloitte* foi contratada para emissão de carta conforto referente a 14ª emissão de debêntures e emissões de laudos de

avaliação do patrimônio líquido a valor contábil (incorporação das controladas ATE III, Sant'Ana e Saíra). O montante referente aos serviços de auditoria independente, emissão de carta conforto em conexão com 14ª emissão de debentures da Companhia e emissões de laudos para fins de incorporação, no exercício de 2023 foi de R\$3.476.

As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

### **CVM - B3**

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

<b>Balanco Social Anual - 2023 e 2022 - Informações Consolidadas</b>						
<b>Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.</b>						
<b>1 - Base de Cálculo</b>	<b>2023</b>			<b>2022</b>		
Receita líquida (RL)	3.362.116			2.616.517		
Resultado operacional (RO)	1.907.564			1.876.401		
Folha de pagamento bruta (FPB)	241.129			210.244		
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	10.226	4,24%	0,30%	8.328	3,96%	0,32%
Encargos sociais compulsórios	47.538	19,71%	1,41%	41.695	19,83%	1,59%
Previdência privada	4.113	1,71%	0,12%	3.702	1,76%	0,14%
Saúde	13.520	5,61%	0,40%	12.611	6,00%	0,48%
Segurança e saúde no trabalho	461	0,19%	0,01%	404	0,19%	0,02%
Educação	109	0,05%	0,00%	101	0,05%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.244	0,93%	0,07%	1.313	0,62%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	1.052	0,44%	0,03%	936	0,45%	0,04%
Auxílio cuidados especiais	93	0,04%	0,00%	27	0,01%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	38.707	16,05%	1,15%	32.649	15,53%	1,25%
Outros	544	0,23%	0,02%	16	0,01%	0,00%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>118.607</b>	<b>49,19%</b>	<b>3,53%</b>	<b>101.782</b>	<b>48,64%</b>	<b>3,91%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Cultura	572	0,03%	0,02%	810	0,04%	0,03%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	114	0,01%	0,00%
Esporte	191	0,01%	0,01%	203	0,01%	0,01%
Outros	382	0,02%	0,01%	405	0,02%	0,02%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>1.145</b>	<b>0,06%</b>	<b>0,03%</b>	<b>1.532</b>	<b>0,08%</b>	<b>0,06%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	435.796	22,85%	12,96%	435.712	23,22%	16,65%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>436.941</b>	<b>22,91%</b>	<b>13,00%</b>	<b>437.244</b>	<b>23,30%</b>	<b>16,71%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	1.734	0,09%	0,05%	2.222	0,12%	0,08%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>1.734</b>	<b>0,09%</b>	<b>0,05%</b>	<b>2.222</b>	<b>0,12%</b>	<b>0,08%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%			
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2023</b>			<b>2022</b>		
Nº de empregados(as) ao final do período	851			732		
Nº de admissões durante o período	182			96		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	279			1.564		
Nº de estagiários(as)	59			37		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	199			161		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	172			143		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,55%			22,97%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	387			327		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	28,89%			28,38%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	34			22		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>	<b>2023</b>			<b>2022</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9510%			9747%		
Número total de acidentes de trabalho *	1			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( x ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( x ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( x ) todos(as) + Cipa	( x ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( x ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( x ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	( x ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	( x ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2023: 3.059.004</b>			<b>Em 2022: 3.070.848</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	14,25% governo / 37,15 % acionistas / 34,38% terceiros / 6,65% empregados / 7,57% retidos			17,62% governo / 40,53 % acionistas / 6,66% retidos / 29,39% terceiros / 5,80% empregados		

\* O número de acidentes leva em consideração apenas as ocorrências envolvendo colaboradores próprios. Acidente sem lesão grave. O Balanco social não faz parte do escopo do auditor independente.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## *Concessão do serviço público - ativo contratual*

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços de transmissão de energia elétrica, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, bem como das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia, análise retrospectiva dos gastos incorridos em cada projeto em relação aos montantes inicialmente orçados, com a correspondente análise e discussão sobre a natureza das variações e discrepâncias, e obtenção de evidências corroborativas de tais variações; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual, suas respectivas receitas e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

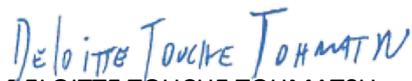
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

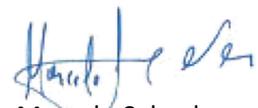
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

  
Marcelo Salvador  
Contador  
CRC nº MG 089422/O-0

**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos</b>					
<i>Ativos circulantes</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.306.121	1.083.174	1.143.367	759.628
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	282.010	202.942	221.191	131.587
Ativo de contrato de concessão	7	1.469.741	1.373.209	996.485	828.059
Impostos e contribuições sociais correntes	8	295.557	244.886	268.090	224.266
Dividendos a receber	12	81.810	128.081	207.358	227.643
Outras contas a receber		67.998	57.376	55.267	41.258
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>3.503.237</b>	<b>3.089.668</b>	<b>2.891.758</b>	<b>2.212.441</b>
<i>Ativos não circulantes</i>					
Títulos e valores mobiliários	5	11.534	10.297	6.233	5.508
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	44.832	32.606	37.040	27.181
Ativo de contrato de concessão	7	11.844.837	10.119.266	6.213.715	4.521.653
Outras contas a receber		28.720	47.833	24.539	24.754
Depósitos judiciais		125.876	56.301	51.257	41.405
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	1.149	-	1.149
Investimentos	11	3.491.441	3.611.309	7.506.246	7.848.205
Direito de uso		2.252	4.788	2.173	4.184
Imobilizado		229.990	198.924	228.513	197.522
Intangível		165.937	136.940	165.922	136.920
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>15.945.419</b>	<b>14.219.413</b>	<b>14.235.638</b>	<b>12.808.481</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>19.448.656</b>	<b>17.309.081</b>	<b>17.127.396</b>	<b>15.020.922</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

(Continua)

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivos</b>					
<i>Passivos circulantes</i>					
Fornecedores		170.505	133.728	113.493	72.161
Empréstimos e financiamentos	13.1	11.578	11.970	6.197	6.446
Debêntures	13.2	1.142.184	622.764	1.122.333	607.452
Passivo de arrendamento		1.602	3.187	1.542	2.472
Impostos e contribuições sociais correntes	8	49.200	38.967	32.512	18.027
Taxas regulamentares		51.079	62.068	45.248	52.800
Dividendos e JCP a pagar	12	228.083	26.105	228.083	26.105
Instrumentos financeiros derivativos		160	-	160	-
Outras contas a pagar		95.883	122.728	87.556	70.741
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>1.750.274</b>	<b>1.021.517</b>	<b>1.637.124</b>	<b>856.204</b>
<i>Passivos não circulantes</i>					
Empréstimos e financiamentos	13.1	391.387	420.289	346.697	372.293
Debêntures	13.2	8.154.649	7.094.889	7.124.873	6.100.129
Instrumentos financeiros derivativos	18	135.579	46.237	135.579	46.237
Passivo de arrendamento		1.240	3.089	1.209	3.014
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	1.377.223	1.385.697	744.399	769.022
Tributos diferidos	10	747.522	666.225	358.902	260.866
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	14	138.333	59.429	50.585	35.261
Outras contas a pagar		73.139	41.233	48.718	7.420
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>11.019.072</b>	<b>9.717.088</b>	<b>8.810.962</b>	<b>7.594.242</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>12.769.346</b>	<b>10.738.605</b>	<b>10.448.086</b>	<b>8.450.446</b>
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social		3.067.535	3.067.535	3.067.535	3.067.535
Custo com emissão de ações		(25.500)	(25.500)	(25.500)	(25.500)
Reserva de capital		598.736	598.736	598.736	598.736
Reserva de lucros		2.690.847	2.459.295	2.690.847	2.459.295
Dividendos adicionais propostos		390.283	460.000	390.283	460.000
Outros resultados abrangentes		(42.591)	10.410	(42.591)	10.410
<b>Total do patrimônio líquido</b>	15	<b>6.679.310</b>	<b>6.570.476</b>	<b>6.679.310</b>	<b>6.570.476</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>19.448.656</b>	<b>17.309.081</b>	<b>17.127.396</b>	<b>15.020.922</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		2.230.765	1.568.637	774.595	1.012.968
Remuneração do ativo contrato de concessão		1.131.351	1.047.880	570.124	608.415
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>20</b>	<b>3.362.116</b>	<b>2.616.517</b>	<b>1.344.719</b>	<b>1.621.383</b>
<i>Custos operacionais</i>					
Pessoal		(99.054)	(88.478)	(52.525)	(58.210)
Material		(1.049.660)	(338.483)	(123.795)	(92.297)
Serviços de terceiros		(76.899)	(51.222)	(35.512)	(34.875)
Depreciação e amortização		(6.060)	(10.660)	(5.576)	(8.878)
Outros custos operacionais		(9.047)	(9.605)	(3.453)	(6.739)
	<b>21</b>	<b>(1.240.720)</b>	<b>(498.448)</b>	<b>(220.861)</b>	<b>(200.999)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>2.121.396</b>	<b>2.118.069</b>	<b>1.123.858</b>	<b>1.420.384</b>
<i>Despesas gerais e administrativas</i>					
Pessoal e administradores		(142.075)	(121.767)	(124.216)	(111.803)
Serviços de terceiros		(49.450)	(38.402)	(43.857)	(32.513)
Depreciação e amortização		(11.864)	(14.318)	(11.843)	(14.308)
Outras despesas operacionais		(10.439)	(67.181)	25.588	(13.350)
	<b>21</b>	<b>(213.828)</b>	<b>(241.668)</b>	<b>(154.328)</b>	<b>(171.974)</b>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições</b>		<b>1.907.568</b>	<b>1.876.401</b>	<b>969.530</b>	<b>1.248.410</b>
Resultado de equivalência patrimonial	11	427.513	564.887	1.180.561	924.708
Receitas financeiras		148.008	164.995	99.842	130.627
Despesas financeiras		(1.051.830)	(902.552)	(935.726)	(774.045)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>22</b>	<b>(903.822)</b>	<b>(737.557)</b>	<b>(835.884)</b>	<b>(643.418)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>		<b>1.431.259</b>	<b>1.703.731</b>	<b>1.314.207</b>	<b>1.529.700</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(44.595)	(39.480)	(2.844)	(12.401)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(18.830)	(215.036)	56.471	(68.084)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>16</b>	<b>(63.425)</b>	<b>(254.516)</b>	<b>53.627</b>	<b>(80.485)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.367.834</b>	<b>1.449.215</b>	<b>1.367.834</b>	<b>1.449.215</b>
<b>Lucro por ação</b>					
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	19	1,32350	1,40224	1,32350	1,40224
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	19	1,32350	1,40224	1,32350	1,40224

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.367.834</b>	<b>1.449.215</b>	<b>1.367.834</b>	<b>1.449.215</b>
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	18	(53.295)	(12.053)	(53.295)	(12.053)
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>1.314.539</b>	<b>1.437.162</b>	<b>1.314.539</b>	<b>1.437.162</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido (controladora e consolidado)  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social			Reserva de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
		Capital social	Custos com emissões de ações	Reserva de capital, Transações de capital	Legal	Incentivo fiscal	Reserva especial	Reserva de lucros a realizar				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>3.067.535</b>	<b>(25.500)</b>	<b>598.736</b>	<b>433.057</b>	<b>330.799</b>	<b>1.604.384</b>	-	<b>653.282</b>	-	<b>22.463</b>	<b>6.684.756</b>
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	-	-	(653.282)	-	-	-	(653.282)
Dividendos intermediários pagos		-	-	-	-	-	(113.400)	-	-	-	-	(113.400)
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	-	-	(353.959)	-	-	(353.959)
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	-	-	-	-	(404.753)	-	-	(404.753)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.053)	-	(12.053)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.449.215	-	-	1.449.215
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	(3.177)	-	-	-	3.177	-	-
Reserva especial		-	-	-	-	-	207.632	-	-	(207.632)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes		-	-	-	-	-	-	-	-	(26.048)	-	(26.048)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	460.000	(460.000)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>3.067.535</b>	<b>(25.500)</b>	<b>598.736</b>	<b>433.057</b>	<b>327.622</b>	<b>1.698.616</b>	-	<b>460.000</b>	-	<b>10.410</b>	<b>6.570.476</b>
Transferência entre reservas		-	-	-	-	-	(1.698.616)	1.698.616	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	-	-	(460.000)	-	-	-	(460.000)
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	-	-	(329.271)	-	-	(329.271)
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	-	-	-	-	(416.728)	-	-	(416.728)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.001)	-	(53.001)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.367.834	-	-	1.367.834
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	(1.352)	-	-	-	1.352	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	-	-	232.904	-	(232.904)	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	390.283	(390.283)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	15	<b>3.067.535</b>	<b>(25.500)</b>	<b>598.736</b>	<b>433.057</b>	<b>326.270</b>	-	<b>1.931.520</b>	<b>390.283</b>	-	<b>(42.591)</b>	<b>6.679.310</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício		1.367.834	1.449.215	1.367.834	1.449.215
Ajustes para:					-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(427.513)	(564.887)	(1.180.561)	(924.708)
Depreciação e amortização		15.248	15.341	15.200	15.332
Depreciação do direito de uso		2.676	9.637	2.219	7.854
Provisão (reversão) para causas fiscais, trabalhistas e cíveis, líquidas	14	3.905	11.424	(3.666)	9.486
Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	13.1 e 22	1.258	(24.177)	(2.610)	(29.262)
Juros e variação monetária sobre debêntures	13.2 e 22	1.006.064	852.479	903.808	742.786
Perda com instrumentos financeiros derivativos	18 e 22	3.140	49.069	2.410	49.070
Juros sobre passivo de arrendamento		335	943	317	841
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	44.595	39.480	2.844	12.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	18.830	215.036	(56.471)	68.084
Tributos diferidos	20	81.297	28.016	(14.460)	(8.394)
Custo de implementação de infraestrutura	20 e 21	949.593	232.068	76.861	2.111
Remuneração do ativo de contrato de concessão	7 e 20	(1.131.351)	(1.047.880)	(570.124)	(608.415)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	7 e 20	(207.585)	(565.457)	151.450	(289.581)
Receita de implementação de infraestrutura	7 e 20	(1.223.674)	(261.469)	(113.540)	(4.951)
Receita de aplicação financeira		(1.252)	(1.153)	(725)	(602)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(6.697)	(6.287)	(5.986)	(7.541)
Despesa de atualização monetária de contingências	14	16.298	6.609	12.235	3.496
Provisão para contrato oneroso	7	23.177	47.864	-	-
(Reversão) provisão para parcela variável	6	(23.828)	26.587	(24.709)	26.590
		<b>512.350</b>	<b>512.458</b>	<b>562.326</b>	<b>513.812</b>
Variações nos ativos e passivos:					
Redução nos saldos do contas a receber de concessionárias e permissionárias, e do ativo de contrato de concessão		610.795	1.471.947	842.063	912.964
Aumento no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(8.043)	(66.052)	(2.188)	(54.882)
Redução no saldo de outros créditos		9.719	1.897	10.455	9.579
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		(926.777)	(229.203)	(81.495)	26.350
Redução (aumento) no saldo de taxas regulamentares		(10.989)	10.389	(12.412)	8.592
Aumento (redução) no saldo de outras contas a pagar		52.684	(9.104)	28.417	(9.808)
Dividendos recebidos de controladas	12	-	-	428.083	286.943
Dividendos recebidos de controladas em conjunto e coligadas	12	593.653	395.883	593.652	395.883
		<b>321.042</b>	<b>1.575.757</b>	<b>1.806.575</b>	<b>1.575.621</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>833.392</b>	<b>2.088.215</b>	<b>2.368.901</b>	<b>2.089.433</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(76.990)	(77.344)	(35.402)	(56.461)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>756.402</b>	<b>2.010.871</b>	<b>2.333.499</b>	<b>2.032.972</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Redução no saldo de títulos e valores mobiliários		15	804	-	-
Caixa líquido incorporado		-	-	90.755	-
Adições no imobilizado e intangível		(75.312)	(178.512)	(73.834)	(178.367)
Aumento de capital nas controladas	11	-	-	(1.579.731)	(244.700)
Aumento de capital nas controladas em conjunto	11	-	(133.500)	-	(133.500)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>(75.297)</b>	<b>(311.208)</b>	<b>(1.562.810)</b>	<b>(556.567)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captação de empréstimos e financiamentos		-	362.600	-	362.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	13.1	(5.500)	(523.146)	(1.957)	(517.157)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	13.1	(25.052)	(12.763)	(21.278)	(7.163)
Emissão debêntures, líquido de custos de transação	13.2	1.755.679	1.999.496	1.755.679	1.999.496
Pagamento de debêntures - principal	13.2	(533.767)	(797.242)	(521.291)	(767.011)
Pagamento de debêntures - juros	13.2	(648.796)	(496.430)	(598.571)	(435.363)
Pagamento de passivo de arrendamento		(3.909)	(12.789)	(3.260)	(10.911)
Pagamento de dividendos e JCP	12	(1.004.020)	(1.672.384)	(1.004.021)	(1.672.384)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	18	7.207	151.345	7.749	151.345
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(458.158)</b>	<b>(1.001.313)</b>	<b>(386.950)</b>	<b>(896.548)</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>222.947</b>	<b>698.350</b>	<b>383.739</b>	<b>579.857</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	1.083.174	384.824	759.628	179.771
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	1.306.121	1.083.174	1.143.367	759.628
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>222.947</b>	<b>698.350</b>	<b>383.739</b>	<b>579.857</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do valor adicionado  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas</b>					
Remuneração do ativo de contrato de concessão	7 e 20	1.131.351	1.047.880	570.124	608.415
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	7 e 20	207.585	565.457	(151.450)	289.581
Operação e manutenção	20	1.077.062	1.008.548	924.093	898.641
Implementação de infraestrutura	7 e 20	1.223.674	261.469	113.540	4.951
Parcela variável	20	(3.562)	(60.156)	6.105	(58.524)
Outras receitas	20	58.513	46.210	42.907	31.624
		<u>3.694.623</u>	<u>2.869.408</u>	<u>1.505.319</u>	<u>1.774.688</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b> (Incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	21	(1.176.009)	(428.107)	(203.164)	(159.685)
Despesas gerais, administrativas e outros		(17.207)	(75.357)	23.752	(19.182)
		<u>(1.193.216)</u>	<u>(503.464)</u>	<u>(179.412)</u>	<u>(178.867)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>2.501.407</b>	<b>2.365.944</b>	<b>1.325.907</b>	<b>1.595.821</b>
Depreciação e amortização		(17.924)	(24.978)	(17.425)	(23.186)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<b>2.483.483</b>	<b>2.340.966</b>	<b>1.308.482</b>	<b>1.572.635</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	11	427.513	564.887	1.180.561	924.708
Receitas financeiras	22	148.008	164.995	99.842	130.627
		<u>575.521</u>	<u>729.882</u>	<u>1.280.403</u>	<u>1.055.335</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>3.059.004</b>	<b>3.070.848</b>	<b>2.588.885</b>	<b>2.627.970</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>					
Remuneração direta	21	122.522	107.983	75.708	79.175
Benefícios	21	71.069	60.087	60.842	53.240
FGTS		9.953	9.960	8.461	8.886
		<u>203.544</u>	<u>178.030</u>	<u>145.011</u>	<u>141.301</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais (incluem as taxas regulamentares da ANEEL)		433.851	539.845	138.735	262.517
Estaduais		213	346	103	122
Municipais		1.732	860	1.476	770
		<u>435.796</u>	<u>541.051</u>	<u>140.314</u>	<u>263.409</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>					
Encargos de dívidas e variação monetária e cambial, líquidos	22	1.007.322	828.301	901.198	713.524
Instrumentos financeiros derivativos	22	3.140	49.070	2.410	49.070
Arrendamentos	22	335	943	317	841
Outras	22	41.033	24.238	31.801	10.610
		<u>1.051.830</u>	<u>902.552</u>	<u>935.726</u>	<u>774.045</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Dividendos intercalares pagos	12	329.271	353.959	329.271	353.959
Juros sobre capital próprio pagos	12	416.728	404.753	416.728	404.753
Dividendos obrigatórios	12	-	26.048	-	26.048
Reserva de lucros a realizar	12	232.904	-	232.904	-
Dividendos adicionais propostos	12	390.283	460.000	390.283	460.000
Reserva especial	12	-	207.632	-	207.632
Reserva de incentivo fiscal	12	(1.352)	(3.177)	(1.352)	(3.177)
		<u>1.367.834</u>	<u>1.449.215</u>	<u>1.367.834</u>	<u>1.449.215</u>
<b>Valor adicionado total distribuído</b>		<b>3.059.004</b>	<b>3.070.848</b>	<b>2.588.885</b>	<b>2.627.970</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2.480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento e construção das instalações relativas ao projeto; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico;
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para obtenção do objeto social;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

#### Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: SGT, MAR, MIR, JAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG e TNG.

Controladas em conjunto: ETAU, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí.

Coligadas: (a) com participação direta: EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta: STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE; e (c) com participação direta e indireta: EBTE, ERTE, EDTE, Transleste, Transirapé e Transudeste. As coligadas são denominadas, em conjunto, "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (SGT, MAR, MIR, JAN, ETAU, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, TNG, Aimorés e Paraguaçu), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (Ivaí, ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE e ESTE), Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé) e Bahia (EDTE).

A principal atividade das empresas em que a Companhia tem participação é a transmissão de energia elétrica. Elas são responsáveis pela implementação, operação e manutenção das instalações da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) durante um período de 30 anos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**)	Início Término	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica		Km (a) (não auditado)	SE (b)
	Contrato de concessão				Prazo (anos)	Próxima		
<b>Taesa</b>								
Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 (*) 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	BA e GO	5 (c)	01/07/2024	1.139	8
Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 (*) 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	DF, GO, MA e TO	5 (c)	01/07/2024	1.278	6
Munirah Transmissora de Energia S.A. ("MUN")	06/06/2006 (*) 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	BA	5 (c)	01/07/2024	106	2
Goiânia Transmissora de Energia S.A. ("GTE")	30/11/2007 (*) 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB e PE	5 (c)	01/07/2024	52	3
Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("PAT")	30/11/2007 (*) 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	RN	5 (c)	01/07/2024	146	4
Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	30/05/2008 (*) 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	SP	5 (c)	01/07/2024	505	3
Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE") (d)	30/11/2011 (*) 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	RJ	5 (c)	01/07/2024	392	5
ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 (*) 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	PR e SP	5 (c)	01/07/2024	370	3
ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 (*) 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	BA, PI e TO	5 (c)	01/07/2024	942	4
Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 (*) 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB, PE e AL	5 (c)	01/07/2024	383	4
ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III") (n)	30/11/2011 (*) 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	PA e TO	5	01/07/2024	454	4
Sant'Ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SAN") (e) (n)	11/01/2019 (**) 012/2019	22/03/2019 22/03/2049	100%	RS	5	01/07/2024	606	6
Sáira Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SIT") (f) (n)	21/02/2022 (**) 05/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	SC e RS	5	01/07/2028	743	4
<b>Controladas</b>								
São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	12/06/2012 (**) 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	MG	5	01/07/2028	n/a	1
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (g)	18/12/2013 (**) 011/2014	02/05/2014 02/10/2046	100%	MG	5	01/07/2024	82	2
Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MIR")	26/04/2016 (**) 017/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	TO	5	01/07/2026	90	3
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN")	09/11/2016 (**) 015/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	MG e BA	5	01/07/2027	545	3
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	07/12/2007 (**) 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	100%	MT	5	01/07/2028	402	4
São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT")	14/02/2020 (*) 008/2013	01/08/2013 01/08/2043	100%	PI	5	01/07/2024	413	2
São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT")	14/02/2020 (*) 015/2013	09/10/2013 09/10/2043	100%	BA e PI	5	01/07/2024	494	6
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT")	13/03/2020 (*) 030/2017	11/08/2017 11/08/2047	100%	RN	5	01/07/2028	28	2
		31/03/2022	100%		5	01/07/2027	363	4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta									
Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("ANT") (h)	12/05/2021 (**) 001/2022	31/03/2052			SP e PR				
Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("PTG") (i)	21/02/2022 (**) 015/2022	30/09/2022 30/09/2052	100%	SC	5	01/07/2027	93	3	
Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("TNG") (f)	12/05/2021 (**) 03/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	MA e PR	5	01/07/2028	279	4	
<b>Controladas em conjunto</b>									
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 (* 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	75,62%	RS e SC	5 (c)	01/07/2024	188	4	
Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (j)	18/11/2016 (**) 004/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	MG	5	01/07/2027	208	2	
Interligação Elétrica Paraguai S.A. ("Paraguai") (k)	18/11/2016 (**) 003/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	MG e BA	5	01/07/2027	338	2	
Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Ivaí") (l)	17/05/2017 (**) 022/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	PR	5	01/07/2028	600	5	
<b>Coligadas</b>									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 (* 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA e MA	5 (c)	01/07/2024	927	5	
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 (* 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA	5 (c)	01/07/2024	328	2	
Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 (* 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	SC	5 (c)	01/07/2024	253	2	
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 (* 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA e MA	5 (c)	01/07/2024	459	3	
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 (* 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA	5 (c)	01/07/2024	155	3	
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 (* 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2024	230	4	
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 (* 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2024	40	2	
EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 (* 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	MT	5	01/07/2024	782	7	
ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 (* 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	MG	5	01/07/2025	n/a	1	
ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 (* 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	SC	5	01/07/2027	n/a	2	
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE") (m)	11/11/2016 (* 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	MG e ES	5	01/07/2027	237	2	
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE")	26/03/2018 (* 015/2016	01/12/2016 01/12/2046	49,99%	BA	5	01/07/2027	165	3	
Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 (* 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2024	139	2	
Companhia Transsudeste de Transmissão S.A. ("Transsudeste")	17/10/2013 (* 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2024	140	2	
Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 (* 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2024	61	2	
<b>Total geral</b>								<b>15.155</b>	<b>110</b>

(a) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para as concessões já em operação. (b) O valor total

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

referente às subestações não corresponde a soma das subestações representadas na tabela, pois foram desconsideradas subestações repetidas.

(c) A revisão tarifária refere-se apenas às receitas oriundas de processos de autorização (reforços e melhorias).

(d) Adequações e modificações no trecho de 4 km, referente a um seccionamento de linha, objeto do Contrato de Concessão de SAN, que é de propriedade da STE.

(e) O empreendimento SAN entrou em operação comercial, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

(f) Empreendimentos Tangará e Saíra - Em 16 de dezembro de 2022, a Taesa arrematou os lotes 3 e 5 do leilão de transmissão 002/2022-ANEEL, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

(g) De acordo com o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2014, assinado em 2 de fevereiro de 2022, o término da concessão da MAR foi estendido em 883 dias.

(h) Empreendimento Ananaí - Em 17 de dezembro de 2021, a Taesa arrematou o lote 01 do leilão de transmissão 002/2021-ANEEL.

(i) Empreendimento Pitiguari - Em 30 de junho, de 2022, a Taesa arrematou o lote 10 do leilão de transmissão 001/2022-ANEEL.

(j) Em 06 de maio de 2022, o empreendimento Aimorés entrou em operação comercial.

(k) Em 27 de julho de 2022, o empreendimento Paraguaçu entrou em operação comercial.

(l) Empreendimento concluído, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

(m) O ONS autorizou a concessão ESTE a receber receita a partir de 09 de fevereiro de 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

(n) Empresa incorporada em 29 de dezembro de 2023.

### Incorporação de controladas

Através da Resolução Autorizativa nº 15.017, de 12 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para realização de transferência de titularidade, mediante incorporação, das concessionárias ATE III, SAN e SIT pela Taesa.

Em 29 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu as incorporações das controladas ATE III, SAN e SIT, com objetivo de otimização de seus processos, dos procedimentos administrativos e operacionais, bem como a simplificação de estrutura societária que acarretará na redução de despesas operacionais e administrativas.

A seguir os saldos patrimoniais incorporados à Taesa:

<b>Balanco Patrimonial em 29 de dezembro de 2023</b>			
	<b>ATE III</b>	<b>SAN</b>	<b>SIT</b>
<b>Ativo</b>			
Circulante	85.887	114.088	150.868
Não circulante	420.773	704.313	899.421
<b>Total do Ativo</b>	<b>506.660</b>	<b>818.401</b>	<b>1.050.289</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante	19.225	44.129	17.754
Não circulante	101.778	78.138	13.525
Patrimônio líquido	385.657	696.134	1.019.010
<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>506.660</b>	<b>818.401</b>	<b>1.050.289</b>

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referidas como Controladora e Consolidado, respectivamente, foram elaboradas seguindo as práticas contábeis brasileiras e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) do International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis brasileiras incluem as normas da legislação societária do Brasil, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2024.

## **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

## **2.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. Os principais assuntos que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar, operar e manter as infraestruturas de transmissão).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída à obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativas sobre investimentos e recebimentos.

A margem de lucro da atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é calculada com base no preço individual de venda do serviço. Este cálculo considera as informações

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

disponíveis sobre os custos e receitas que a Companhia espera com a prestação do serviço. Isso se aplica nos casos em que a Companhia tem o direito exclusivo de remuneração pela atividade de operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão, exceto para as concessões que foram adquiridas em fase de operação, onde considerou-se a taxa de desconto utilizada na época da aquisição.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos de recebíveis revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão (IPCA ou IGP-M).

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e a recuperar – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Arrendamentos - A Companhia tendo como base a norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) aplica o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento, para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo "direito de uso".

f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

g) Contratos onerosos - As obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

## **2.5. Informações por segmento**

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

## **2.6. Sazonalidade**

O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações.

## **3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

### **3.1. Bases de consolidação e investimento em controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Taesa e de suas controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 11. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, as informações financeiras das controladas são consolidadas linha a linha, enquanto as informações financeiras das controladas em conjunto e das coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

### **3.2. Investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto ("joint ventures")**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

essas políticas. Uma "joint venture" é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou "joint ventures" são incorporados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, onde um investimento em uma coligada ou "joint venture" é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou "joint venture".

Na aquisição do investimento em uma coligada ou "joint venture", qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício em que o investimento é adquirido.

As exigências do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento do Grupo em uma coligada ou "joint venture". Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 01 (R1) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

### **3.3. Moeda estrangeira**

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

### **3.4. Reconhecimento da receita**

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e variam entre 4,71% e 10,22% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos em cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

### **3.5. Instrumentos financeiros**

#### **a) Ativos financeiros**

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e (iii) ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: A Companhia passou a utilizar instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de impacto das mudanças nas taxas de juros sobre os fluxos de caixas e os designou em estruturas de hedge accounting. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, a Companhia classificou os instrumentos como Hedge de Fluxo de Caixa.

No início de uma relação de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge na qual pretende aplicar a contabilidade de hedge, bem como o objetivo da Companhia e estratégia de gestão de risco para o hedge. Essa documentação inclui: identificação do instrumento de hedge, identificação dos itens de hedge ou transações sendo coberta, a natureza dos riscos a serem cobertos e dos riscos excluídos, e análise da eficácia do hedge demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de hedge, que o efeito do risco de crédito não influencia as alterações do valor justo decorrentes da relação de hedge e como é determinado o índice de hedge para avaliar a eficácia prospectivamente incluindo possíveis fontes de inefetividade, que pode ser tanto qualitativa (desde que os termos do item protegido sejam idênticos aos do instrumento de hedge – valor nominal, vencimentos, indexadores) como quantitativa.

A contabilidade do hedge de fluxo de caixa é reconhecida da seguinte forma:

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e, caso a proteção deixe de atender ao índice de hedge, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar (“reequilibrar”) o índice de hedge para atender os critérios de qualificação. Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de hedge (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de hedge) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com as transações objeto de hedge ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de hedge somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).

Se a ocorrência da transação prevista não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

A Companhia utiliza contratos de swap para oferecer alinhamento no fluxo de caixa relacionadas às suas transações com debêntures e a concessão de ativos.

### **3.6. Imobilizado (não vinculados à infraestrutura da concessão)**

a) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

b) Depreciação - Itens do ativo imobilizado são depreciados, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas de depreciação utilizadas para os itens de imobilizado são as seguintes: máquinas e equipamentos - 12%, edificações, obras civis e benfeitorias - 4%, móveis e utensílios - 6,25% e veículos 14,29%. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social.

### **3.7. Intangível (não vinculados à infraestrutura da concessão)**

a) Reconhecimento e mensuração - Os ativos intangíveis compreendem: (i) Intangível de concessão referente ao ágio apurado nas combinações de negócios, líquido do valor alocado ao ativo de contrato de concessão, e o registro dos impostos diferidos, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, (ii) Softwares - mensurados pelo custo total de aquisição, menos despesas de amortização, e (iii) Marcas e patentes - registradas pelo custo de aquisição.

b) Amortização - Calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A taxa média ponderada de amortização utilizada para os itens de intangível com vida útil definida é a seguinte: softwares - 20% e intangíveis de concessão - 2%. Marcas e patentes possuem vida útil indefinida e, portanto, não sofrem amortização.

### **3.8. Redução ao valor recuperável ("impairment")**

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável.

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo Taesa sobre condições de que o Grupo Taesa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### **3.9. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **3.10 Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais, caso não sejam resgatáveis ou resgatáveis somente à escolha da Companhia, são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### **3.11 Subvenção e assistência governamentais**

Visam compensar as despesas incorridas e são reconhecidas no resultado em uma base sistemática, no mesmo período em que as despesas relacionadas são incorridas. O reconhecimento contábil dessa redução ou isenção tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido, quando realizada a destinação do resultado do exercício.

### **3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e depósitos judiciais. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, variações cambiais líquidas dos passivos em moeda estrangeira e resultado nos instrumentos de "hedge" e variações monetárias de Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

### **3.13 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

### **3.14 Arrendamentos**

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### **a) Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

#### **b) Passivos de arrendamento**

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos subjacentes de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos subjacentes de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### **3.15 Lucro por ação**

Os lucros por ação, básico e diluído, são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

### **3.16 Plano de previdência privada (contribuição definida)**

Os pagamentos ao plano de previdência privada são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados, ou seja, quando a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz presta serviços de gestão do Plano de Benefícios Previdenciários.

### **3.17 Demonstrações do valor adicionado ("DVA")**

Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico NBC TG09 - Demonstração do Valor Adicionado.

### **3.18 Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")**

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais.

### **3.19 Normas e interpretações novas e revisadas**

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição da alteração
CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Julgamentos de Materialidade	As entidades devem divulgar informações materiais da política contábil.
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

As normas listadas na tabela acima não impactaram essa Demonstração Financeira.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:

Norma	Descrição da alteração
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	Emissão de orientações adicionais sobre a mensuração subsequente para transações de Sale and Leaseback; onde especifica que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo, que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda e retroarrendamento.
IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de forfait (risco sacado, confirming ou securitização de contas a pagar); as alterações visam atender melhor às necessidades dos investidores, aumentando a transparência das operações e seus impactos nos passivos e fluxos de caixa da empresa.

A Companhia não espera que as adoções das normas listadas acima resultem em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	1.307	1.035	791	578
Aplicações financeiras	1.304.814	1.082.139	1.142.576	759.050
	<b>1.306.121</b>	<b>1.083.174</b>	<b>1.143.367</b>	<b>759.628</b>

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CDB e Operações Compromissadas	101,41% do CDI	101,38% do CDI	101,52% do CDI	101,43% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fundo de investimentos e depósitos vinculados	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo BNB conta reserva FI (a)	5.301	4.789	-	-
Conta reserva (b)	6.233	5.508	6.233	5.508
<b>Ativo não circulante</b>	<b>11.534</b>	<b>10.297</b>	<b>6.233</b>	<b>5.508</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Fundo BNB conta reserva FI - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BNB, que tem como característica aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB.

(b) Conta Reserva - Depósitos mantidos junto ao Banco do Nordeste advindos de benefício fiscal. O reinvestimento é um produto operado pelo referido banco destinado às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, localizadas na área de atuação da Sudene (região nordeste, norte do Espírito Santo e norte de Minas Gerais).

Remuneração média	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo BNB conta reserva FI	92,71% do CDI	92,41% do CDI	-	-
Conta Reserva	95,50% do CDI	95,50% do CDI	95,50% do CDI	95,50% do CDI

## 6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	339.774	272.308	270.352	191.915
Parcela variável (i)	(12.932)	(36.760)	(12.121)	(33.147)
	<b>326.842</b>	<b>235.548</b>	<b>258.231</b>	<b>158.768</b>
<b>Circulante</b>	<b>282.010</b>	<b>202.942</b>	<b>221.191</b>	<b>131.587</b>
<b>Não circulante (ii)</b>	<b>44.832</b>	<b>32.606</b>	<b>37.040</b>	<b>27.181</b>

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios de 2023 e 2022, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo regulamento da ANEEL, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) O saldo refere-se aos usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial, aos Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de CUST. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Movimentação da parcela variável	31/12/2022	Adição <sup>1</sup>	Reversão <sup>1</sup>	Incorporação <sup>2</sup>	31/12/2023
Consolidado	<b>(36.760)</b>	(32.725)	56.553	-	<b>(12.932)</b>
Controladora	<b>(33.147)</b>	(23.005)	47.714	(3.683)	<b>(12.121)</b>

<sup>1</sup>Valor provisionado da parcela variável no período, líquido dos valores descontados, conforme AVC.

<sup>2</sup>Empresas incorporadas em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

Saldo de clientes por vencimento	Valores Correntes					31/12/2023	31/12/2022
	Corrente a Vencer	Corrente Vencida					
		Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Consolidado	252.487	38.713	11.401	4.197	32.976	339.774	272.308
Controladora	199.375	29.557	9.005	2.888	29.527	270.352	191.915

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária

- Principais características dos contratos de concessão:

**RAP** - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, Gtesa, Patesa, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTE, Lumitrans, Transudeste, Transleste, Transirapé e NTE) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, SAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, SIT, TNG, Paraguaçu, Aimorés, STC, EBTE, ETSE, ESDE, ESTE, Ivaí, EDTE e SAN).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. No 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura da transmissora (TSN, NVT, GTESA, NTE, STE, PATESA, MUNIRAH, ETEO, ATE, ATE II, ATE III, ETEP, EATE, ERTE, ENTE, ETAU, STC, ECTE, LUMITRANS, TRANSLESTE, TRANSUDESTE e TRANSIRAPÉ) terá redução de 50% estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

No caso das concessões detidas pelas empresas BRAS, SGT, MAR, MIR, JAN, SAN, SPT, SJT, LNT, ANT, PTG, TNG, Paraguaçu, Aimorés, Ivaí, ETSE, EBTE, ESDE, ESTE e EDTE, bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Para concessão SIT, considerando se tratar de um empreendimento que envolveu a aquisição de ativos em operação comercial e, por conseguinte, a implementação de novos ativos e revitalizações nas Conversoras Garabi I e II, o recebimento da RAP foi dividido em formato de quadrantes ao longo dos 30 (trinta) anos de vigência do contrato de concessão (1º ao 5º ano 72,24% da RAP, 6º ao 15º ano 100% da RAP e 16º ao 30º ano 53,61% da RAP).

Parcela variável - As receitas de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estarão sujeitas a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso específico da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente determinado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual contábil do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

• Estrutura de formação da RAP - As concessões das linhas de transmissão de energia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

A tabela abaixo, detalha os valores das RAPs, incluindo as dos empreendimentos em construção. Os valores informados para as concessões TNG e SIT não se encontram na Resolução Homologatória 3.216/2023 e foram calculados conforme metodologia definida nos contratos de concessão.

Concessão	Ciclo 2023-2024			Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022		
	Resolução 3.216 de 04/07/2023			Resolução 3.067 de 12/07/2022			Resolução 2.959 de 05/10/2021		
	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024			Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
TSN (vi)	484.062	(485)	483.577	506.697	(5.618)	501.079	457.100	(4.399)	452.701
GTE	8.519	(185)	8.334	8.918	(268)	8.650	8.054	(268)	7.786
MUN	31.609	(486)	31.123	33.087	(1.032)	32.055	29.883	(1.091)	28.792
PAT	26.371	1.467	27.838	26.748	(679)	26.069	23.851	(650)	23.201
ETEO	152.742	(3.218)	149.524	159.885	(4.997)	154.888	144.400	(4.837)	139.563
NVT (ii) e (iii)	511.481	(11.548)	499.933	535.401	(16.732)	518.669	483.263	(16.925)	466.338
STE	73.623	(1.307)	72.316	77.165	(1.775)	75.390	69.531	(1.770)	67.761
NTE	133.625	(2.288)	131.337	139.874	(3.545)	136.329	126.085	(4.032)	122.053
ATE	129.218	(3.910)	125.308	135.261	(3.473)	131.788	122.078	(4.703)	117.375
ATE II	202.320	(5.546)	196.774	211.782	(10.559)	201.223	273.639	(15.172)	258.467
ATE III (ii)	86.182	(3.958)	82.224	144.196	(4.898)	139.298	138.241	(4.523)	133.718
SAN (v) e (vi)	77.899	(2.579)	75.320	74.446	(327)	74.119	67.080	-	67.080
SIT (viii)	158.223	20.135	178.358	152.232	-	152.232	-	-	-
SGT	6.924	(2)	6.922	6.662	(4)	6.658	5.963	(338)	5.625
BRAS (ii) e (iii)	35.611	(749)	34.862	34.262	(1.014)	33.248	30.788	321	31.109
MAR	20.618	(695)	19.923	19.837	(711)	19.126	17.754	(444)	17.310
MIR (ii) e (iii)	86.547	(1.749)	84.798	83.270	(2.987)	80.283	74.527	(1.822)	72.705
SPT (ii)	67.277	(2.271)	65.006	64.729	(1.684)	63.045	52.887	108	52.995
SJT (ii)	62.538	(1.401)	61.137	60.170	(882)	59.288	53.853	(5.189)	48.664
LNT	16.130	(624)	15.506	15.519	(574)	14.945	13.890	(350)	13.540
JAN (iv)	242.968	(8.152)	234.816	233.767	(6.678)	227.089	213.631	-	213.631
ANT (vii)	150.851	-	150.851	145.139	-	145.139	-	-	-
TNG (vii)	94.980	-	94.980	91.380	-	91.380	-	-	-
PTG (vii)	20.610	-	20.610	18.787	-	18.787	-	-	-
	<b>2.880.928</b>	<b>(29.551)</b>	<b>2.851.377</b>	<b>2.979.214</b>	<b>(68.437)</b>	<b>2.910.777</b>	<b>2.406.498</b>	<b>(66.084)</b>	<b>2.340.414</b>

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.  
(ii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões ATE III, MIR, BRA, NVT, SJT e SPT foram alterados pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou os recursos administrativos interpostos pela Companhia em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças foram recebidas no ciclo 2021-2022. (iii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões BRA, MIR e NVT foram ajustados de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que retificou os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020. (iv) A JAN entrou em operação comercial em 1º de setembro de 2021. (v) A SAN entrou em operação comercial, conforme detalhado na nota explicativa 24. (vi) A Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022, foi alterada pelo Despacho nº 848, de março de 2023, que julgou os recursos administrativos apresentados pelas transmissoras. Como resultado, as concessões TSN e SAN

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

tiveram as RAPs do ciclo 2022/2023 revisadas nos termos do referido despacho. (vii) Empreendimentos em construção, conforme detalhado na nota explicativa 24. (viii) Empreendimento em operação comercial, com projeto de revitalização em andamento, conforme detalhado na nota explicativa 24.

## 7. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Mutações do ativo de contrato de concessão									
Concessão	31/12/2022	Adição	Contrato oneroso	Aquisição	Incorporação	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2023
TSN	802.010	24.984	-	-	-	76.943	(18.634)	(119.917)	765.386
MUN	62.501	1.091	-	-	-	5.980	(1.485)	(7.545)	60.542
GTE	31.034	574	-	-	-	3.153	(925)	(5.106)	28.730
PAT	130.332	957	-	-	-	9.540	(3.606)	(16.836)	120.387
ETEO	441.299	1.411	-	-	-	41.529	(12.960)	(81.284)	389.995
NVT	1.636.172	68.243	-	-	-	220.834	(47.532)	(325.128)	1.552.589
NTE	410.827	2.523	-	-	-	55.444	(12.022)	(75.592)	381.180
STE	343.230	4	-	-	-	32.773	(10.206)	(51.321)	314.480
ATE	637.164	2.740	-	-	-	56.244	(18.939)	(85.377)	591.832
ATE II	855.143	11.013	-	-	-	67.684	(25.141)	(101.753)	806.946
ATE III <sup>4</sup>	-	-	-	-	448.536	-	-	-	448.536
SAN <sup>1 4 5</sup>	-	-	-	-	770.884	-	-	-	770.884
SIT <sup>2 3 4</sup>	-	-	-	-	978.713	-	-	-	978.713
<b>Total Controladora</b>	<b>5.349.712</b>	<b>113.540</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.198.133</b>	<b>570.124</b>	<b>(151.450)</b>	<b>(869.859)</b>	<b>7.210.200</b>
Circulante	<b>828.059</b>								<b>996.485</b>
Não circulante	<b>4.521.653</b>								<b>6.213.715</b>
MAR	255.689	-	-	-	-	14.706	11.110	(19.100)	262.405
ATE III <sup>4</sup>	466.345	6.747	-	-	(448.536)	29.877	22.454	(76.887)	-
SGT	72.630	-	-	-	-	3.817	3.214	(5.903)	73.758
MIR	679.090	-	-	-	-	62.042	32.544	(70.102)	703.574
JAN	2.253.255	-	-	-	-	214.741	100.988	(237.677)	2.331.307
BRAS	228.589	-	-	-	-	24.916	9.772	(29.981)	233.296
SAN <sup>1 4 5</sup>	612.874	149.513	(61.032)	-	(770.884)	51.800	74.452	(56.723)	-
SJT	656.280	-	-	-	-	40.332	28.384	(54.387)	670.609
SPT	619.722	145	-	-	-	40.779	26.549	(52.602)	634.593
LNT	139.043	-	-	-	-	12.612	8.780	(14.176)	146.259
ANT	153.415	745.526	-	-	-	-	-	-	898.941
PTG	5.831	35.381	-	-	-	-	-	-	41.212
SIT <sup>2 3 4</sup>	-	64.398	(1.215)	870.624	(978.713)	65.605	40.788	(61.487)	-
TNG <sup>2</sup>	-	108.424	-	-	-	-	-	-	108.424
<b>Total Consolidado</b>	<b>11.492.475</b>	<b>1.223.674</b>	<b>(62.247)</b>	<b>870.624</b>	<b>-</b>	<b>1.131.351</b>	<b>207.585</b>	<b>(1.548.884)</b>	<b>13.314.578</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.373.209</b>								<b>1.469.741</b>
<b>Não circulante</b>	<b>10.119.266</b>								<b>11.844.837</b>

<sup>1</sup> Ao longo da execução do empreendimento da SAN, foram identificadas novas necessidades de implantação que serão discutidas junto ao órgão regulador a posteriori. <sup>2</sup> Lotes arrematados no leilão de dezembro de 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 24. <sup>3</sup> Parte dos ativos da concessão Saira estão em operação e parte trata-se de revitalização. A parcela onerosa está concentrada na revitalização, porém a concessão, analisada como um todo, não representa um contrato oneroso. <sup>4</sup> Incorporação das controladas ATE III, SAN e SIT em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1. <sup>5</sup> O empreendimento foi 100% concluído, conforme nota explicativa nº 24.

Mutações do ativo de contrato de concessão							
Concessão	31/12/2021	Adição (baixa <sup>1</sup> )	Contrato oneroso	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos e outros	31/12/2022
TSN	822.776	(25.008)	-	81.332	39.417	(116.507)	802.010
MUN	58.048	2.890	-	6.230	2.678	(7.345)	62.501
GTE	30.879	-	-	3.392	1.731	(4.968)	31.034
PAT	131.559	(98)	-	10.210	5.119	(16.458)	130.332
ETEO	449.143	-	-	45.847	25.425	(79.116)	441.299
NVT	1.638.588	(14.427)	-	236.065	92.236	(316.290)	1.636.172
NTE	403.351	(67)	-	58.675	22.327	(73.459)	410.827
STE	340.136	(695)	-	34.908	18.760	(49.879)	343.230
ATE	626.427	31	-	59.564	34.203	(83.061)	637.164
ATE II	875.512	118	-	72.192	47.685	(140.364)	855.143
<b>Total Controladora</b>	<b>5.376.419</b>	<b>(37.256)</b>	<b>-</b>	<b>608.415</b>	<b>289.581</b>	<b>(887.447)</b>	<b>5.349.712</b>
Circulante	<b>804.492</b>						<b>828.059</b>
Não circulante	<b>4.571.927</b>						<b>4.521.653</b>
MAR	219.797	-	-	16.187	38.538	(18.833)	255.689
ATE III	519.944	(20)	-	33.134	21.434	(108.147)	466.345
SGT	70.374	-	-	3.747	3.994	(5.485)	72.630
MIR	620.316	-	-	51.190	71.629	(64.045)	679.090
JAN	2.189.033	-	-	209.555	77.771	(223.104)	2.253.255
BRAS	234.084	-	-	25.836	(1.666)	(29.665)	228.589
SAN <sup>2</sup>	518.901	94.919	(2.067)	9.163	2.011	(10.053)	612.874
SJT	642.596	-	-	39.411	24.811	(50.538)	656.280
SPT	594.265	2.352	-	39.045	32.034	(47.974)	619.722
LNT	134.689	-	-	12.197	5.320	(13.163)	139.043
ANT	-	153.415	-	-	-	-	153.415

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Mutação do ativo de contrato de concessão							
Concessão	31/12/2021	Adição (baixa <sup>1</sup> )	Contrato oneroso	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos e outros	31/12/2022
PTG	-	5.831	-	-	-	-	5.831
<b>Total Consolidado</b>	<b>11.120.418</b>	<b>219.241</b>	<b>(2.067)</b>	<b>1.047.880</b>	<b>565.457</b>	<b>(1.458.454)</b>	<b>11.492.475</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.320.728</b>						<b>1.373.209</b>
<b>Não circulante</b>	<b>9.799.690</b>						<b>10.119.266</b>

<sup>1</sup>Referem-se às baixas de reforços sem RAP correspondente, devido às obras terem sido reclassificadas pelo ONS como melhorias de pequeno porte. <sup>2</sup>Ao longo da execução do empreendimento da SAN, foram identificadas novas necessidades de implantação que serão discutidas junto ao órgão regulador a posteriori.

As principais adições estão relacionadas a aquisição, aos reforços e às novas construções de subestações e linhas de transmissão:

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI <sup>1</sup>
<b>Aquisição e novas Construções</b>						
TNG Encruzo Novo – Santa Luzia III Açailândia – Dom Eliseu II Secc. da LT 500 kV – LT Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III SE 500/230/69 kV – Açailândia SE 500/230/138 kV – Santa Luzia III SE 230/69 kV – Dom Eliseu II SE Encruzo Novo – Compensador Síncrono, Banco de Capacitor “Shunt” e Banco de Reatores de Barra	Suprimento às regiões de Açailândia, Buriticupu, Vitorino Freire (MA), Dom Eliseu (PA) e a região Noroeste do estado do Maranhão.	Contrato de Concessão ANEEL 003/2023	R\$94.980 <sup>2</sup>	R\$1.117.077	Março de 2028	ADE da RFB nº 192/2023 <sup>4</sup>
SIT Instalações de Garabi I e II – Revitalização do Sistema de Comando, Controle e de Teleproteção das Conversoras Operação das Instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão	Continuidade da prestação do serviço público de transmissão pela vida útil remanescente da interligação internacional com a Argentina	Contrato de Concessão ANEEL 005/2023	R\$158.230 <sup>2</sup>	R\$1.175.720 <sup>3</sup>	Março de 2028	Em transferência <sup>4</sup>
PTG Abdon Batista – Barra Grande Abdon Batista – Videira	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato de Concessão ANEEL 015/2022	R\$20.610	R\$243.153	Março de 2027	ADE da RFB nº 10/2023 <sup>4</sup>
ANT Ponta Grossa – Assis Bateias – Curitiba Leste	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 001/2022	R\$150.851	R\$1.750.054	Março de 2027	ADE da RFB nº 102/2022 <sup>4</sup>
SAN Livramento 3 – Alegrete 2 Livramento 3 – Cerro Chato Livramento 3 – Santa Maria 3 Livramento 3 – Maçambará 3 Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo C1/C2 SE Livramento 3 e compensador síncrono SE Maçambará 3	Implantação das linhas de transmissão, construção de subestações associadas.	Contrato Concessão ANEEL 012/2019	R\$77.899	R\$610.364	Dezembro de 2023 <sup>5</sup>	ADE da RFB nº 89/2019 <sup>4</sup>
<b>Reforços</b>						
TSN Bom Jesus da Lapa II	Reforço do 3ºATR de Bom Jesus da Lapa II	REA Nº 12.267/2022	R\$10.598	R\$70.761	Janeiro de 2025	ADE da RFB nº 143/20224
NVT SE Imperatriz e SE Colinas	Substituição do Banco de Capacitores na subestação Imperatriz e substituição do Banco de Capacitores na subestação Colinas	Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.823/2022	R\$28.163	R\$189.298	Maior de 2025	ADE da RFB nº 59/2023 <sup>4</sup>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI <sup>1</sup>
NVT SE Colinas	Substituição do Banco de Capacitores na subestação Colinas	Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.850/2022	R\$10.880	R\$73.265	Abril de 2025	ADE da RFP nº 60/2023 <sup>4</sup>
SPT Secc. da LT 230 kV – Rio Grande II – Barreiras II na SE Barreiras	Instalação de seccionamento e módulos na subestação Barreiras	Resolução Autorizativa ANEEL nº 15.027/2024	R\$5.447	R\$40.889	Novembro de 2025	-
ATE SE Assis	Instalação de Banco de Autotransformador	Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.819/2023	R\$11.803	R\$80.860	Fevereiro de 2026	-

<sup>1</sup>Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. <sup>2</sup>A atualização da RAP foi realizada pela metodologia definida no contrato de concessão. <sup>3</sup>Inclui a indenização paga à antiga concessionária e o investimento na revitalização. <sup>4</sup>Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil, em processo de transferência por conta da incorporação. <sup>5</sup>O empreendimento entrou em operação comercial, conforme nota explicativa nº24. <sup>6</sup>Resolução Autorizativa nº 15.027/2024 substituiu a Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.524/2023.

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	284.067	229.012	259.257	213.387
PIS e COFINS a compensar	691	660	559	507
Impostos e contribuições retidos	4.307	8.721	3.027	6.962
Outros	6.492	6.493	5.247	3.410
<b>Ativo circulante</b>	<b>295.557</b>	<b>244.886</b>	<b>268.090</b>	<b>224.266</b>
IRPJ e CSLL correntes	18.117	11.313	10.681	-
PIS e COFINS	12.590	11.772	9.037	7.262
INSS e FGTS	2.701	5.700	2.416	4.458
ICMS	6.434	1.754	2.227	583
ISS	3.021	3.731	2.637	2.380
IRRF	5.785	3.901	5.121	3.020
Outros	552	796	393	324
<b>Passivo circulante</b>	<b>49.200</b>	<b>38.967</b>	<b>32.512</b>	<b>18.027</b>

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão compensados na apuração da carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os créditos fiscais referentes ao aproveitamento econômico do ágio de incorporação foram contabilizados de acordo as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, substituídas pela Resolução CVM nº 78/22 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA (Controladora)	393.379	(1.137.777)	(744.398)	361.965	(1.130.987)	(769.022)
JAN	62.339	(454.369)	(392.030)	68.396	(405.060)	(336.664)
ATE III	-	-	-	4.094	(61.967)	(57.873)
BRAS	-	(19.932)	(19.932)	-	(19.787)	(19.787)
SGT	-	(2.272)	(2.272)	-	(2.237)	(2.237)
SAN	-	-	-	-	(18.877)	(18.877)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
MIR	1.986	(135.495)	(133.509)	-	(124.876)	(124.876)
MAR	-	(8.082)	(8.082)	-	(7.875)	(7.875)
SPT	-	(19.546)	(19.546)	-	(19.087)	(19.087)
SJT	-	(20.655)	(20.655)	-	(20.213)	(20.213)
LNT	-	(4.505)	(4.505)	-	(4.281)	(4.281)
ANT	-	(27.687)	(27.687)	-	(4.725)	(4.725)
PTG	-	(1.269)	(1.269)	-	(180)	(180)
TNG	-	(3.338)	(3.338)	-	-	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>457.704</b>	<b>(1.834.927)</b>	<b>(1.377.223)</b>	<b>434.455</b>	<b>(1.820.152)</b>	<b>(1.385.697)</b>
	<b>457.704</b>	<b>(1.834.927)</b>	<b>(1.377.223)</b>	<b>434.455</b>	<b>(1.820.152)</b>	<b>(1.385.697)</b>

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Crédito fiscal incorporado - ágio (i)	230.680	251.034	230.680	251.034
Diferenças temporárias (ii)	78.794	96.541	64.122	79.429
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	148.230	86.880	98.577	31.502
<b>Ativo não circulante</b>	<b>457.704</b>	<b>434.455</b>	<b>393.379</b>	<b>361.965</b>
Diferenças temporárias (ii)	(1.834.927)	(1.820.152)	(1.137.777)	(1.130.987)
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(1.834.927)</b>	<b>(1.820.152)</b>	<b>(1.137.777)</b>	<b>(1.130.987)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>(1.377.223)</b>	<b>(1.385.697)</b>	<b>(744.398)</b>	<b>(769.022)</b>

(i) Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(ii) As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas optantes pelo lucro real e são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo 31/12/2023	IRPJ e CSLL	
		31/12/2023	31/12/2022
<b>Consolidado</b>			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	98.250	33.405	21.505
Provisão para participação nos lucros	23.652	8.042	8.441
Provisão para fornecedores	52.991	18.017	25.093
Provisão para parcela variável	11.676	3.970	12.271
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	54.645	18.579	14.830
Tributos com exigibilidade suspensa	14	5	6.418
Instrumentos Financeiros - derivativos	(7.398)	(2.515)	7.084
Ajuste ao valor de mercado - dívida	21.623	7.352	899
Variação cambial - regime de caixa	(23.709)	(8.061)	-
<b>Total do ativo</b>		<b>78.794</b>	<b>96.541</b>
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(71.849)	(24.429)	(24.539)
Hedge de fluxo de caixa	64.532	21.941	(5.363)
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(5.389.527)	(1.832.439)	(1.790.250)
<b>Total do passivo</b>		<b>(1.834.927)</b>	<b>(1.820.152)</b>
<b>Controladora</b>			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	89.928	30.576	17.935
Provisão para participação nos lucros	23.085	7.849	8.114
Provisão para fornecedores	29.336	9.974	15.720
Provisão para parcela variável	11.121	3.781	11.270
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	44.606	15.166	11.989
Instrumentos Financeiros - derivativos	(7.398)	(2.515)	6.418
Ajuste ao valor de mercado - dívida	21.623	7.352	7.084
Variação cambial - regime de caixa	(23.709)	(8.061)	899
<b>Total do ativo</b>		<b>64.122</b>	<b>79.429</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Base de cálculo 31/12/2023	IRPJ e CSLL	
		31/12/2023	31/12/2022
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(67.870)	(23.076)	(23.148)
Hedge de fluxo de caixa	64.532	21.941	(5.363)
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(3.343.064)	(1.136.642)	(1.102.476)
<b>Total do passivo</b>		<b>(1.137.777)</b>	<b>(1.130.987)</b>

A seguir a expectativa da Companhia para realização dos ativos diferidos:

	Crédito fiscal incorporado - ágio	Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		Total	
		Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
2024	24.722	44.887	34.098	23.038	16.065	92.647	74.885
2025	24.913	30.938	28.192	24.121	17.200	79.972	70.305
2026	26.555	6.193	5.055	25.482	17.483	58.230	49.093
2027 - 2029	89.995	(3.224)	(3.223)	31.455	22.105	118.226	108.877
2030 - 2032	46.101	-	-	36.131	25.724	82.232	71.825
2033 - 2035	12.273	-	-	8.003	-	20.276	12.273
2036 - 2038	6.121	-	-	-	-	6.121	6.121
<b>Total</b>	<b>230.680</b>	<b>78.794</b>	<b>64.122</b>	<b>148.230</b>	<b>98.577</b>	<b>457.704</b>	<b>393.379</b>

As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente registradas e divulgadas. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável.

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS diferidos - passivo (i)	<b>747.522</b>	<b>666.225</b>	<b>358.902</b>	<b>260.866</b>

(i) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas da Companhia e suas controladas, na aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão.

## 11. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	Consolidado		Controladora	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Controladas</b>						
ATE III <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	484.172
SGT	10.457.000	100,00%	-	-	71.523	68.591
MAR	174.500.000	100,00%	-	-	237.617	230.969
MIR	277.940.000	100,00%	-	-	517.152	516.813
JAN	225.145.100	100,00%	-	-	718.717	751.583
SAN <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	549.889
BRAS	191.052.000	100,00%	-	-	193.865	190.435
SJT	434.523.157	100,00%	-	-	633.424	617.386
SPT	537.235.007	100,00%	-	-	595.219	590.113
LNT	41.116.290	100,00%	-	-	96.437	85.262
ANT	675.001.000	100,00%	-	-	797.449	142.249
PTG	36.700.000	100,00%	-	-	41.678	9.434
TNG	93.001.000	100,00%	-	-	111.724	-
					<b>4.014.805</b>	<b>4.236.896</b>
<b>Controladas em conjunto</b>						
ETAU	34.895.364	75,62%	139.326	139.151	139.326	139.151
Aimorés	395.400.000	50,00%	349.204	364.023	349.204	364.023

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	Consolidado		Controladora	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Paraguaçu	620.000.000	50,00%	560.096	551.304	560.096	551.304
Ivaí	315.000.000	50,00%	506.045	431.559	506.045	431.559
			<b>1.554.671</b>	<b>1.486.037</b>	<b>1.554.671</b>	<b>1.486.037</b>
<b>Coligadas diretas<sup>2</sup></b>						
EATE	180.000.010	49,98%	765.216	909.786	765.216	909.786
EBTE	263.058.339	49,00%	181.942	170.927	181.942	170.927
ECTE	42.095.000	19,09%	77.821	74.912	77.821	74.912
ENTE	100.840.000	49,99%	449.929	491.554	449.929	491.554
ETEP	45.000.010	49,98%	140.485	138.250	140.485	138.250
ERTE	84.133.970	21,95%	49.899	56.696	49.899	56.696
EDTE	1.218.126	24,95%	56.420	57.185	56.420	57.185
Transudeste	30.000.000	49,00%	62.214	65.987	62.214	65.987
Transleste	49.569.000	49,00%	87.882	93.471	87.882	93.471
Transirapé	22.340.490	49,00%	64.962	66.504	64.962	66.504
			<b>1.936.770</b>	<b>2.125.272</b>	<b>1.936.770</b>	<b>2.125.272</b>
<b>Total do investimento</b>			<b>3.491.441</b>	<b>3.611.309</b>	<b>7.506.246</b>	<b>7.848.205</b>

<sup>1</sup>Incorporação das controladas ATE III, SAN e SIT em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

<sup>2</sup>Em 31 de dezembro de 2023, por meio de suas coligadas diretas, a Companhia possuía participações indiretas nas seguintes coligadas: (i) STC - 39,99%; (ii) ESDE - 49,98%; (iii) Lumitrans - 39,99%; (iv) ETSE - 19,09%; (v) EBTE - 25,49%; (vi) ERTE - 28,04%; (vii) ESTE - 49,98%; (viii) EDTE - 25,04%; e (ix) Transudeste, Transleste e Transirapé - 5%.

Mutação dos Investimentos	31/12/2022	Aumento/redução de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Incorporação	31/12/2023
<b>Controladas</b>						
ATE III <sup>1 2</sup>	484.172	(103.269)	(61.377)	66.131	(385.657)	-
SGT	68.591	-	(3.536)	6.468	-	71.523
MAR	230.969	-	(4.693)	11.341	-	237.617
MIR	516.813	-	(83.827)	84.166	-	517.152
JAN	751.583	-	(175.887)	143.021	-	718.717
SAN <sup>1</sup>	549.889	73.000	-	73.245	(696.134)	-
BRAS	190.435	-	(11.596)	15.026	-	193.865
SJT	617.386	-	(25.039)	41.077	-	633.424
SPT	590.113	-	(50.573)	55.679	-	595.219
LNT	85.262	-	(3.540)	14.715	-	96.437
ANT	142.249	569.000	(26.849)	113.049	-	797.449
PTG	9.434	28.000	(1.322)	5.566	-	41.678
TNG	-	93.000	(5.830)	24.554	-	111.724
SIT <sup>1</sup>	-	920.000	-	99.010	(1.019.010)	-
	<b>4.236.896</b>	<b>1.579.731</b>	<b>(454.069)</b>	<b>753.048</b>	<b>(2.100.801)</b>	<b>4.014.805</b>
<b>Controladas em conjunto</b>						
ETAU	139.151	-	(17.798)	17.973	-	139.326
Aimorés	364.023	-	(63.454)	48.635	-	349.204
Paraguaçu	551.304	-	(64.314)	73.106	-	560.096
Ivaí	431.559	-	(23.201)	97.687	-	506.045
	<b>1.486.037</b>	<b>-</b>	<b>(168.767)</b>	<b>237.401</b>	<b>-</b>	<b>1.554.671</b>
<b>Coligadas diretas</b>						
EATE	909.786	-	(238.896)	94.326	-	765.216
EBTE	170.927	-	(4.502)	15.517	-	181.942
ECTE	74.912	-	(3.013)	5.922	-	77.821
ENTE	491.554	-	(79.322)	37.697	-	449.929
ETEP	138.250	-	(8.688)	10.923	-	140.485
ERTE	56.696	-	(3.175)	(3.622)	-	49.899
EDTE	57.185	-	(13.898)	13.133	-	56.420
Transudeste	65.987	-	(7.158)	3.385	-	62.214
Transleste	93.471	-	(11.660)	6.071	-	87.882
Transirapé	66.504	-	(8.302)	6.760	-	64.962
	<b>2.125.272</b>	<b>-</b>	<b>(378.614)</b>	<b>190.112</b>	<b>-</b>	<b>1.936.770</b>
	<b>7.848.205</b>	<b>1.579.731</b>	<b>(1.001.450)</b>	<b>1.180.561</b>	<b>(2.100.801)</b>	<b>7.506.246</b>

<sup>1</sup>Incorporação das controladas ATE III, SAN e SIT em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

<sup>2</sup> Em 07 de fevereiro de 2023, a AGE da ATE III, deliberou sobre a redução do capital social no montante de R\$103.269, conforme autorizado pela ANEEL, nos termos do Despacho nº 284 de 1º de fevereiro de 2023.

Mutação dos Investimentos	31/12/2021	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2022
<b>Controladas</b>					
ATE III	452.695	-	(45.457)	76.934	484.172
SGT <sup>1</sup>	27.491	-	34.029	7.071	68.591
MAR	196.497	-	(13.752)	48.224	230.969
MIR	565.000	-	(30.862)	(17.325)	516.813
JAN <sup>2</sup>	390.972	32.000	215.570	113.041	751.583
SAN <sup>2</sup>	514.938	98.000	6.387	(69.436)	549.889
BRAS	185.652	-	(19.110)	23.893	190.435
SJT	604.027	-	(48.586)	61.945	617.386
SPT	565.040	-	(43.347)	68.420	590.113
LNT <sup>1</sup>	70.231	-	4.960	10.071	85.262
ANT	-	106.000	-	36.249	142.249
PTG	-	8.700	-	734	9.434
	<b>3.572.543</b>	<b>244.700</b>	<b>59.832</b>	<b>359.821</b>	<b>4.236.896</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação dos Investimentos	31/12/2021	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2022
<b>Controladas em conjunto</b>					
ETAU	128.271	-	(14.603)	25.483	139.151
Aimorés	302.195	10.500	(15.987)	67.315	364.023
Paraguaçu	455.433	33.000	(19.583)	82.454	551.304
Ivaí	321.267	90.000	-	20.292	431.559
	<b>1.207.166</b>	<b>133.500</b>	<b>(50.173)</b>	<b>195.544</b>	<b>1.486.037</b>
<b>Coligadas diretas</b>					
EATE	974.661	-	(249.247)	184.372	909.786
EBTE	176.000	-	(17.080)	12.007	170.927
ECTE	75.392	-	(18.974)	18.494	74.912
ENTE	520.025	-	(106.598)	78.127	491.554
ETEP	148.702	-	(34.886)	24.434	138.250
ERTE	57.662	-	(4.397)	3.431	56.696
EDTE	60.456	-	(14.668)	11.397	57.185
Transudeste	65.066	-	(7.223)	8.144	65.987
Transleste	86.681	-	(7.899)	14.689	93.471
Transirapé	64.867	-	(12.611)	14.248	66.504
	<b>2.229.512</b>	<b>-</b>	<b>(473.583)</b>	<b>369.343</b>	<b>2.125.272</b>
	<b>7.009.221</b>	<b>378.200</b>	<b>(463.924)</b>	<b>924.708</b>	<b>7.848.205</b>

<sup>1</sup> Reversão de dividendos aprovada na AGO de 11 de maio de 2022 da controlada.

<sup>2</sup> Reversão de dividendos aprovada na AGO de 29 de abril de 2022 da controlada.

As mutações dos dividendos a receber são apresentadas na nota explicativa nº 12 – Partes relacionadas.

A data-base das demonstrações financeiras das empresas investidas é 31 de dezembro de cada ano.

#### Demonstrações financeiras resumidas

A seguir encontram-se as demonstrações financeiras com base nas demonstrações financeiras individuais das controladas em conjunto e coligadas.

Balço patrimonial	31/12/2023			31/12/2022		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	212.529	359.220	571.749	270.103	164.191	434.294
Ativo de contrato de concessão (i)	581.944	729.922	1.311.866	242.261	744.756	987.017
Outros ativos circulantes	56.354	120.648	177.002	362.193	212.180	574.373
<b>Ativos circulantes</b>	<b>850.827</b>	<b>1.209.790</b>	<b>2.060.617</b>	<b>874.557</b>	<b>1.121.127</b>	<b>1.995.684</b>
Ativo de contrato de concessão (i)	6.308.892	4.294.804	10.603.696	5.813.922	4.628.530	10.442.452
Outros ativos não circulantes	122.694	1.662.368	1.785.062	24.044	1.615.060	1.639.104
<b>Ativos não circulantes</b>	<b>6.431.586</b>	<b>5.957.172</b>	<b>12.388.758</b>	<b>5.837.966</b>	<b>6.243.590</b>	<b>12.081.556</b>
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	91.100	568.897	659.997	91.811	144.655	236.466
Arrendamento mercantil	129	4.313	4.442	233	5.217	5.450
Outros passivos circulantes	447.891	256.065	703.956	230.498	422.906	653.404
<b>Passivos circulantes</b>	<b>539.120</b>	<b>829.275</b>	<b>1.368.395</b>	<b>322.542</b>	<b>572.778</b>	<b>895.320</b>
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	2.176.816	1.495.357	3.672.173	2.170.480	1.643.756	3.814.236
Arrendamento mercantil	542	18.266	18.808	944	21.213	22.157
Outros passivos não circulantes	1.604.763	1.410.972	3.015.735	1.404.241	1.400.440	2.804.681
<b>Passivos não circulantes</b>	<b>3.782.121</b>	<b>2.924.595</b>	<b>6.706.716</b>	<b>3.575.665</b>	<b>3.065.409</b>	<b>6.641.074</b>
<b>Patrimônio líquido individual</b>	<b>2.961.172</b>	<b>3.413.092</b>	<b>6.374.264</b>	<b>2.814.316</b>	<b>3.726.530</b>	<b>6.540.846</b>
<b>Patrimônio líquido individual - participação da Taesa</b>	<b>1.514.080</b>	<b>1.504.231</b>	<b>3.018.311</b>	<b>1.438.109</b>	<b>1.663.470</b>	<b>3.101.579</b>
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	40.591	432.539	473.130	47.928	461.802	509.730
<b>Investimento total da Taesa</b>	<b>1.554.671</b>	<b>1.936.770</b>	<b>3.491.441</b>	<b>1.486.037</b>	<b>2.125.272</b>	<b>3.611.309</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do resultado	31/12/2023			31/12/2022		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Receita operacional líquida	1.211.655	657.674	1.869.329	1.250.273	992.711	2.242.984
Custos e despesas	(389.636)	(122.948)	(512.584)	(465.483)	(126.730)	(592.213)
Receitas financeiras	42.731	29.815	72.546	23.213	24.135	47.348
Despesas financeiras	(224.025)	(236.577)	(460.602)	(241.107)	(236.485)	(477.592)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(181.294)</b>	<b>(206.762)</b>	<b>(388.056)</b>	<b>(217.894)</b>	<b>(212.350)</b>	<b>(430.244)</b>
Equivalência patrimonial	-	232.017	232.017	-	394.107	394.107
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(168.247)	(68.900)	(237.147)	(183.808)	(117.825)	(301.633)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>472.478</b>	<b>491.081</b>	<b>963.559</b>	<b>383.088</b>	<b>929.913</b>	<b>1.313.001</b>
<b>Resultado do exercício - participação da Taesa</b>	<b>244.852</b>	<b>219.367</b>	<b>464.219</b>	<b>202.620</b>	<b>414.274</b>	<b>616.894</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contato de concessão, líquido de impostos e outros	(7.451)	(29.255)	(36.706)	(7.076)	(44.931)	(52.007)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>237.401</b>	<b>190.112</b>	<b>427.513</b>	<b>195.544</b>	<b>369.343</b>	<b>564.887</b>

(i) Implementação de infraestrutura em andamento

Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI <sup>1</sup>
<b>Nova construção</b>						
Ivaí						
Guaira - Sarandi - CD, C1 e C2; LT Foz do Iguaçu - Guaira - CD, C1 e C2; Londrina - Sarandi, CD, C1 e C2; Sarandi - Paranavaí Norte, CD; Guaira; SE Sarandi; SE Paranavaí Norte	Implantação de linhas de transmissão e subestações e ampliação das subestações associadas.	Contrato Concessão 022/2017	R\$375.853	R\$1.936.474	Março/2024 <sup>2</sup>	Portaria MME nº 355/2017. ADE da RFB nº10/2018

<sup>1</sup>Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. <sup>2</sup>Obras relativas à implantação do empreendimento foram finalizadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
IVAÍ	Itaú	dez/43	(e)	IPC-A + 4,9982%	2.267.916	2.259.998
ETAU	BNDES Giro	ago/23	(c)	TLP + 2,78%	-	2.293
<b>Controladas em conjunto</b>					<b>2.267.916</b>	<b>2.262.291</b>
EATE	Bradesco	jun/23	(a)	112% do CDI	-	9.286
EATE	Bradesco	jul/24	(a)	108,6% do CDI	286.235	287.341
EATE	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	205.779	206.461
EATE	Itaú	mai/27	(a)	CDI + 1,8%	111.699	111.888
EATE	Votorantim	dez/28	(a)	CDI + 1,65%	309.298	-
ECTE	Bradesco	jul/24	(a)	108,6% do CDI	52.992	53.175
ECTE	Santander	jul/25	(a)	CDI + 2,9%	60.144	68.226
ECTE	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	51.413	51.568
ECTE	Itaú	mai/27	(a)	CDI + 1,8%	60.894	60.988
EDTE	Santander	dez/28	(d)	IPCA + 5,29%	402.623	393.142
ENTE	Bradesco	jul/24	(a)	108,6% do CDI	52.991	53.171
ENTE	Santander	jul/25	(a)	CDI + 2,9%	77.173	102.981
ENTE	Itaú	mai/27	(a)	CDI + 1,8%	30.412	30.450
ENTE	Votorantim	dez/28	(a)	CDI + 1,65%	49.817	-
ETEP	Bradesco	jun/23	(a)	112% do CDI	-	5.519
ETEP	Santander	jul/25	(a)	CDI + 2,9%	69.455	92.681
ETEP	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	51.414	51.568
ETEP	Itaú	mai/27	(a)	CDI + 1,8%	35.492	35.540
EBTE	Bradesco	jun/23	(a)	112% do CDI	-	11.020
EBTE	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	51.414	51.568
EBTE	Itaú	mai/27	(a)	CDI + 1,8%	45.653	45.719
TRANSELESTE	BDMG	fev/25	(f)	9,50%	2.887	5.361
TRANSELESTE	BNB	mar/25	(f)	9,50%	883	1.648
TRANSIRAPÉ	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	51.416	51.572
TRANSIRAPÉ	BDMG	abr/26	(b)	TJLP + 6,5%	1.364	1.929
TRANSIRAPÉ	BDMG	jan/24	(b)	3,50%	199	2.585
TRANSIRAPÉ	BDMG	out/29	(b)	TJLP + 3,5%	2.607	3.024
<b>Coligadas diretas e indiretas</b>					<b>2.064.254</b>	<b>1.788.411</b>
					<b>4.332.170</b>	<b>4.050.702</b>

(a) Sem garantias; (b) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia; (c) Fiança da Taesa em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado, no limite de 52,6%, do valor de R\$125, proporcional à sua participação acionária; (d) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da Taesa de 49,99% do montante total; (e) Fiança proporcional da CTEEP de 50% e da Taesa de 50% do montante total; (f) Penhor de ações pela Transminas Holding S.A., penhor de direitos emergentes do contrato de concessão e constituição de fundo de liquidez dos juros das parcelas vincendas no semestre acrescidas dos encargos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros), incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos.

<b>Dívida</b>	<b>Descrição da cláusula restritiva</b>	<b>Índice requerido</b>	<b>Exigibilidade de cumprimento</b>
1ª emissão de debêntures - Ivaí	Fluxo de Caixa Operacional/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,30	Anual
2ª emissão de debêntures - EDTE	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida	Igual ou menor que 3,75	Anual
1ª emissão de debêntures - ESTE	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida	Igual ou menor que 4,50	Anual
7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissões de debêntures - EATE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$1.945.425 para 7ª emissão, R\$1.961.315 para a 8ª emissão, R\$1.946.119 para as 9ª, 10ª e 11ª emissões	N/A	Semestral
5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures - ECTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$338.256 para a 5ª emissão e R\$338.302 para as 6ª e 7ª emissões	N/A	Semestral
4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures - ENTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$840.242 para as 4ª, 5ª e 6ª emissões	N/A	Semestral
4ª e 5ª emissões de debêntures - ETEP	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$285.116 para as 4ª e 5ª emissões	N/A	Semestral
2ª e 3ª emissões de debêntures - EBTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$225.416	N/A	Semestral
3ª emissão de debêntures - Transirapé	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$163.899	N/A	Semestral
Contrato BDMG-FINEM - Transirapé	Índice de capital próprio e índice de cobertura do serviço da dívida	ICP acima de 25% e o ICSD acima de 1,20x	Anual

Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis, e passivos contingentes

	<b>Provisão para riscos</b>		<b>Passivos contingentes</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Paraguaçu	3.409	2.626	22.791	1.938
Aimorés	1.877	1.732	11.270	231
ETAU	121	257	118	111
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>5.407</b>	<b>4.615</b>	<b>34.179</b>	<b>2.280</b>
EATE	226	234	5.771	5.100
EBTE	-	-	271	553
ENTE	600	600	222	196
Transleste	-	40	-	-
Transudeste	-	40	-	-
Transirapé	-	40	-	-
<b>Coligadas diretas</b>	<b>826</b>	<b>954</b>	<b>6.264</b>	<b>5.849</b>
	<b>6.233</b>	<b>5.569</b>	<b>40.443</b>	<b>8.129</b>

(iv) Receita Anual Permitida

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão	Ciclo 2023-2024 Resolução 3.216 de 04/07/2023 Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024			Ciclo 2022-2023 Resolução 3.067 de 12/07/2022 Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Ciclo 2021-2022 Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i) Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU (ii)	54.649	2.463	57.112	57.205	1.838	59.043	51.665	2.274	53.939
Aimorés (iii)	99.388	(3.492)	95.896	95.624	(123)	95.501	-	-	-
Paraguaçu (iv)	148.340	(14.815)	133.525	142.723	-	142.723	-	-	-
Ivaí (viii)	375.853	(13.242)	362.611	361.620	-	361.620	-	-	-
ENTE	195.118	(3.995)	191.123	204.243	(6.387)	197.856	184.456	(5.262)	179.194
EATE (v)	379.022	(7.483)	371.539	396.748	(11.503)	385.245	358.143	(11.526)	346.617
EBTE (vii)	63.000	(604)	62.396	59.063	(3.313)	55.750	54.250	(1.229)	53.021
ECTE	82.385	(1.645)	80.740	86.238	(2.628)	83.610	77.886	(2.587)	75.299
ETEP	85.221	(1.501)	83.720	89.207	(2.267)	86.940	80.563	(2.620)	77.943
ERTE	44.425	(17.471)	26.954	46.503	(18.685)	27.818	41.999	(17.292)	24.707
STC	36.318	(929)	35.389	43.268	(1.605)	41.663	52.396	(1.265)	51.131
Lumitrans	23.094	(663)	22.431	30.338	(1.521)	28.817	43.634	(1.487)	42.147
ESTE (vi)	140.527	(3.756)	136.771	17.520	(312)	17.208	15.680	(220)	15.460
ESDE	18.209	(465)	17.744	32.982	201	33.183	25.408	(214)	25.194
ETSE (vii)	34.491	222	34.713	135.205	(1.110)	134.095	-	-	-
EDTE (v)	86.938	(2.895)	84.043	83.645	(2.534)	81.111	76.120	(2.579)	73.541
Transirapé (vii)	42.670	2.003	44.673	44.665	1.564	46.229	54.365	(3.090)	51.275
Transleste	35.351	(878)	34.473	37.004	(1.280)	35.724	33.421	(1.626)	31.795
Transudeste	21.911	(444)	21.467	22.936	(1.167)	21.769	34.154	(1.387)	32.767
<b>TOTAL</b>	<b>1.966.910</b>	<b>(69.590)</b>	<b>1.897.320</b>	<b>1.986.737</b>	<b>(50.832)</b>	<b>1.935.905</b>	<b>1.184.140</b>	<b>(50.110)</b>	<b>1.134.030</b>

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021. (ii) O valor da RAP do ciclo 2020-2021 da concessão ETAU foi alterada pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou o recurso administrativo interposto pela concessionária em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças foram recebidas no ciclo 2021-2022. (iii) A concessão Aimorés entrou em operação comercial em 06 de maio de 2022. (iv) A concessão Paraguaçu entrou em operação comercial em 27 de julho de 2022. (v) Os valores RAP das concessões EATE e EDTE do ciclo 2020-2021, foram ajustadas de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que retificou os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020. (vi) O ONS autorizou a concessão ESTE a receber receita a partir de 09 de fevereiro de 2022. (vii) A Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022, foi alterada pelo Despacho nº 848, de março de 2023, que julgou os recursos administrativos apresentados pelas transmissoras. Como o resultado, as concessões EBTE, ETSE e TRANSIRAPÉ tiveram suas PAs ajustadas. (viii) O empreendimento Ivaí foi totalmente concluído, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

## 12. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

### a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
<b>Transações entre a TAESA e controladas em conjunto</b>					
1	OCR x Outras receitas - O&M - ETAU (RS)	R\$19 Valor mensal	23/12/2021 a 23/12/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial.
2	OCR x Outras receitas - O&M - ETAU (SC)	R\$14 Valor mensal	01/12/2021 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial.
3	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - ETAU	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso o valor do rateio supere o montante anual de R\$ 2.386, a contratante poderá requerer a revisão.  Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021. Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização por meio de termo aditivo.
4	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - Aimorés	N/A	10/02/2022 a 10/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
5	OCR x Outras receitas - O&M - Aimorés	R\$24 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
6	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - Paraguaçu	N/A	10/02/2022 a 10/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização por meio de termo aditivo.  Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021.
7	OCR x Outras receitas - O&M - Paraguaçu	R\$24 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
8	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Paraguaçu	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.
<b>Transações entre a TAESA e suas coligadas</b>					
9	OCR x disponibilidades - Contrato de compartilhamento de infraestrutura (CCI) - EDTE	R\$229 Valor total	27/12/2018 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. / Juros de mora 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA.	Não Aplicável.
<b>Transações entre o Grupo TAESA e Cemig</b>					
10	CRCP x Outras receitas - Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) - CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão	Juros efetivos de mora de 12% a.a. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, conforme atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.
11	CRCP x receitas - Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica ("CPST") - Grupo Taesa x CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão.	Correção anual pelo IPCA ou IGP-M, conforme atualização da RAP.	Não Aplicável.

Não existe inadimplência nos saldos em aberto que necessite a constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

REF	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Ativo		Receita	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Transações com controladas em conjunto</b>					
1	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (RS)	21	21	252	147
2	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (SC)	31	16	188	188
3	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x ETAU	165	160	2.505	1.747
4	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Aimorés	270	121	2.066	1.024
5	Serviços de O&M - Taesa x Aimorés	27	27	325	392
6	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Paraguaçu	474	198	3.549	1.013
7	Serviços de O&M - Taesa x Paraguaçu	-	27	329	325
8	Reembolso de despesas Taesa x Paraguaçu	-	25	-	-
<b>Transações com coligadas</b>					
9	CCI - Taesa x EDTE	8	7	93	88
<b>Transações entre as controladas e empresas ligadas</b>					
10	CCT - SGT X CEMIG D	-	99	1.119	830
11	CPST - BRAS X CEMIG	-	154	1.541	1.376
11	CPST - ATE III X CEMIG	-	696	6.523	6.425
11	CPST - SGT X CEMIG	-	469	5.244	3.743
11	CPST - MAR X CEMIG	-	91	1.061	786
11	CPST - MIR X CEMIG	-	330	4.113	2.940
11	CPST - JAN X CEMIG	370	1.454	13.294	10.297

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Ativo		Receita	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
11	CPST - SAN X CEMIG	-	223	2.933	506
11	CPST - SJT X CEMIG	-	281	3.237	2.312
11	CPST - SPT X CEMIG	-	249	2.903	2.224
11	CPST - LNT X CEMIG	-	46	536	402
11	CPST - SIT X CEMIG	-	-	3.466	-
	<b>Transações entre a Taesa e Cemig</b>				
11	CPST - TAESA X CEMIG	286	8.065	91.157	71.888
		<b>1.652</b>	<b>12.759</b>	<b>146.434</b>	<b>108.653</b>

b) Passivos, custos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<b>Transações entre a Taesa e empresas ligadas</b>					
1	OCP x Obrigações - Reembolso de despesas - ETAU	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
2	OCP x Prestação de serviços - Ativas Data Center	R\$35 valor mensal.	29/09/2020 a 29/09/2023	Juros de 1% ao mês e multa de 2%. / Atualização anual pelo IPCA.	<p>Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.</p> <p>A CEMIG informou publicamente que concluiu, em 28/12/2022, a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Ativas Data Center S.A. ("Ativas").</p>
3	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Não aplicável.	<p>Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais. A partir de 1º de abril de 2022 definiu-se a taxa de administração de 0,30% (trinta centésimos por cento). Não há atualização monetária. Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.</p>
4	OCP x Serviços prestados - CCI - TAESA (ETEO) - CTEEP	Valor total do contrato R\$2 valor mensal.	20/07/2001 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de 12% a.a. / Multa de 2% Atualização pelo IGP-M.	<p>Em 20/08/2021 foi firmado termo aditivo que descontinua a cobrança por parte da CTEEP.</p>
5	OCP x Serviços prestados - CCI - TAESA (ATE) - CTEEP	Valor total do contrato R\$10 valor mensal	22/07/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a./Multa de 2% Atualização pelo IGP-M.	<p>Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.</p> <p>Em 20/08/2021 foi firmado termo aditivo que descontinua a cobrança por parte da CTEEP.</p>
<b>Transações entre as controladas da TAESA e empresas ligadas</b>					
6	OCP x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão.	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%. / Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.
7	OCP x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$49 Valor mensal	10/07/2019 a 10/07/2024	Juros efetivos de mora de 1% a.m	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
				e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA.	critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.
8	OCP x Serviços prestados - CCI - MAR x CEMIG GT	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.	Atualização anual pelo IPCA.	Não houve.
9	OCP x Serviços prestados - O&M - MAR x CEMIG GT	R\$48 Valor mensal	03/03/2020 à 02/03/2025	Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 180 dias; em decorrência do descumprimento das condições avançadas; e na ocorrência de caso fortuito ou força maior.
10	OCP x Serviços Prestados - CCI - ANT X CTEEP	R\$8 valor mensal a partir do início da operação	01/11/2022 até a extinção da concessão de uma das partes	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.

**Transações entre a TAESA e Cemig**

11	OCP x Investimento - aquisição Transmineiras - Valor Adicional - CEMIG	Parcela única de R\$11.786	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais.	Varição acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento.	Conforme instrumento da reestruturação societária, poderá ser devido à CEMIG o valor máximo de R\$11.786. Valor corrigido R\$19.900.
----	--	----------------------------	--	--	--

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Passivo		Custo/Despesa	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Transações entre a Taesa e controladas em conjunto</b>					
1	Reembolso de despesas Taesa x ETAU	-	2	-	-
<b>Transações entre a Taesa e empresas ligadas</b>					
2	Data Center - Taesa x Ativas	-	53	-	304
3	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	1.105	1.056
3	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	3.008	2.646
<b>Transações entre as controladas e empresas ligadas</b>					
6	CCI - SGT x CEMIG GT	5	5	59	56
7	O&M - SGT x CEMIG GT	64	-	753	702
8	CCI - MARIANA x CEMIG GT	19	19	232	240
9	O&M - MARIANA x CEMIG GT	-	-	769	668
<b>Transações entre TAESA e Cemig</b>					
11	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - TAESA x CEMIG	19.901	12.883	7.018	-
		<b>19.989</b>	<b>12.962</b>	<b>12.944</b>	<b>5.672</b>

**II- Dividendos e JCP a pagar e a receber**

Dividendos a receber	31/12/2022	Adição (a)	Recebimento	31/12/2023
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	326	17.798	(18.124)	-
AIMORÉS	15.987	63.454	(69.799)	9.642
PARAGUAÇU	19.583	64.314	(69.500)	14.397
IVAÍ	-	23.201	-	23.201
EATE	49.817	238.896	(270.212)	18.501
EBTE	4.110	4.502	(4.600)	4.012
ECTE	5.105	3.013	(6.188)	1.930
ENTE	16.620	79.322	(95.942)	-
ERTE	1.215	3.175	(4.390)	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dividendos a receber	31/12/2022	Adição (a)	Recebimento	31/12/2023
ETEP	4.145	8.688	(10.396)	2.437
EDTE	2.194	13.898	(12.850)	3.242
TRANSELESTE	3.601	11.660	(13.034)	2.227
TRANSIRAPÉ	3.300	8.302	(10.779)	823
TRANSUDESTE	2.078	7.158	(7.838)	1.398
<b>Consolidado</b>	<b>128.081</b>	<b>547.381</b>	<b>(593.652)</b>	<b>81.810</b>
<i>Controladas</i>				
ATE III	-	61.377	(61.377)	-
BRAS	19.111	11.596	(16.692)	14.015
SGT	1.678	3.536	(3.678)	1.536
MAR	11.453	4.693	(13.453)	2.693
MIR	-	83.827	(68.386)	15.441
JAN	25.787	175.887	(170.100)	31.574
SJT	22.790	25.039	(38.200)	9.629
SPT	16.343	50.573	(53.797)	13.119
LNT	2.400	3.540	(2.400)	3.540
ANT	-	26.849	-	26.849
PTG	-	1.322	-	1.322
TNG	-	5.830	-	5.830
<b>Controladora</b>	<b>227.643</b>	<b>1.001.450</b>	<b>(1.021.735)</b>	<b>207.358</b>

Dividendos a receber	31/12/2021	Adição (reversão) (a)	Recebimento	31/12/2022
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	206	14.603	(14.483)	326
AIMORÉS	-	15.987	-	15.987
PARAGUAÇU	-	19.583	-	19.583
EATE	-	249.247	(199.430)	49.817
EBTE	-	17.080	(12.970)	4.110
ECTE	-	18.974	(13.869)	5.105
ENTE	2	106.598	(89.980)	16.620
ERTE	-	4.397	(3.182)	1.215
ETEP	-	34.886	(30.741)	4.145
EDTE	-	14.668	(12.474)	2.194
TRANSELESTE	-	7.899	(4.298)	3.601
TRANSIRAPÉ	-	12.611	(9.311)	3.300
TRANSUDESTE	-	7.223	(5.145)	2.078
<b>Consolidado</b>	<b>208</b>	<b>523.756</b>	<b>(395.883)</b>	<b>128.081</b>
<i>Controladas</i>				
ATE III	-	45.457	(45.457)	-
BRAS	2.147	19.110	(2.146)	19.111
SGT (b)	37.421	(34.029)	(1.714)	1.678
MAR	11.400	13.752	(13.699)	11.453
MIR	21.161	30.862	(52.023)	-
JAN (c)	357.375	(215.570)	(116.018)	25.787
SAN (c)	6.387	(6.387)	-	-
SJT	3.086	48.586	(28.882)	22.790
SPT	-	43.347	(27.004)	16.343
LNT (b)	7.360	(4.960)	-	2.400
<b>Controladora</b>	<b>446.545</b>	<b>463.924</b>	<b>(682.826)</b>	<b>227.643</b>

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados e intercalares. (b) Reversão de dividendos aprovada na AGO de 11 de maio de 2022 da controlada. (c) Reversão de dividendos aprovada na AGO de 29 de abril de 2022 da controlada.

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2022			Adição (a)		Pagamento		31/12/2023		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Total
<i>Consolidado e Controladora</i>										
ISA	3.876	-	3.876	117.436	62.006	(87.387)	(62.006)	33.925	-	33.925
Cemig	5.646	-	5.646	171.079	90.328	(127.304)	(90.328)	49.421	-	49.421
Não Controladores	16.565	18	16.583	500.755	264.394	(372.609)	(264.386)	144.711	26	144.737
	<b>26.087</b>	<b>18</b>	<b>26.105</b>	<b>789.270</b>	<b>416.728</b>	<b>(587.300)</b>	<b>(416.720)</b>	<b>228.057</b>	<b>26</b>	<b>228.083</b>

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2021			Adição (a)		Pagamento		31/12/2022		
	Divi-dendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Divi-dendos	JCP	Total
<i>Consolidado e Controladora</i>										
ISA	21.874	-	21.874	170.618	60.224	(188.616)	(60.224)	3.876	-	3.876
Cemig	31.866	-	31.866	248.551	87.732	(274.771)	(87.732)	5.646	-	5.646
Não Controladores	93.293	15	93.308	727.519	256.797	(804.247)	(256.794)	16.565	18	16.583
	<b>147.033</b>	<b>15</b>	<b>147.048</b>	<b>1.146.688</b>	<b>404.753</b>	<b>(1.267.634)</b>	<b>(404.750)</b>	<b>26.087</b>	<b>18</b>	<b>26.105</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados, intercalares, intermediários e aos juros sobre capital próprio. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte.

Aprovação de dividendos e JCP	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
Dividendos intercalares	2023	27/12/2023	CA	16/01/2024	228.003	0,66184	0,66184
Dividendos intercalares	2023	08/11/2023	CA	15/12/2023	4.075	0,00394	0,00394
Dividendos intercalares	2023	02/08/2023	CA	29/08/2023	97.192	0,09404	0,09404
Dividendos intercalares	2022	05/01/2023	CA	23/01/2023	460.000	0,44509	0,44509
					<b>789.270</b>		
Juros sobre capital próprio	2023	08/11/2023	CA	15/12/2023	200.480	0,19398	0,19398
Juros sobre capital próprio	2023	02/08/2023	CA	29/08/2023	216.248	0,20924	0,20924
					<b>416.728</b>		
Dividendos obrigatórios remanescentes	2022	27/04/2023	AGO	29/08/2023	26.048	0,02520	0,02520
					<b>26.048</b>		
Dividendos intermediários	2017	09/11/2022	CA	05/12/2022	113.400	0,10972	0,10972
Dividendos intercalares	2022	09/11/2022	CA	05/12/2022	45.159	0,04370	0,04370
Dividendos intercalares	2022	10/08/2022	CA	26/08/2022	308.799	0,29879	0,29879
Dividendos adicionais propostos	2021	28/04/2022	AGO	31/05/2022	653.282	0,63211	0,63211
					<b>1.120.640</b>		
Juros sobre capital próprio	2022	09/11/2022	CA	05/12/2022	206.819	0,20012	0,20012
Juros sobre capital próprio	2022	10/08/2022	CA	26/08/2022	197.934	0,19152	0,19152
					<b>404.753</b>		
Dividendos obrigatórios remanescentes	2021	28/04/2022	AGO	31/05/2022	147.011	0,14225	0,14225
					<b>147.011</b>		

Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio pagos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**III - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal - Classificadas no Resultado – despesa de pessoal**

Proporção da remuneração total	31/12/2023		31/12/2022	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária (*)	68%	32%	58%	42%

(\*) Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação), benefícios pós-emprego (plano de saúde e plano odontológico). Composição de remuneração variável: participação nos lucros e resultados, cessação do cargo e indenizações.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Média de membros remunerados durante o período (*)	10,42	11,17	5	5	4,92	4,92
<b>Remuneração fixa (**)</b>	<b>2.893</b>	<b>2.880</b>	<b>9.078</b>	<b>8.460</b>	<b>786</b>	<b>745</b>
Salário ou pró-labore	2.572	2.525	6.780	6.252	655	621
Benefícios diretos e indiretos	-	-	942	958	-	-
Encargos	321	355	1.356	1.250	131	124
Remuneração variável	-	-	<b>4.249</b>	<b>6.083</b>	-	-
Participação nos resultados	-	-	4.249	6.083	-	-
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>2.893</b>	<b>2.880</b>	<b>13.327</b>	<b>14.543</b>	<b>786</b>	<b>745</b>

(\*) Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares. A média dos membros remunerados foi calculada mensalmente, excluindo os membros que abdicaram da remuneração. (\*\*) O custo da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Número de membros efetivos	10,42	11,17	5	5	4,92	4,92
Número de membros suplentes	-	-	-	-	-	-
Maior remuneração individual no período (mensal)	25	23	319	364	14	13
Menor remuneração individual no período (mensal)	20	18	186	203	12	9
Remuneração individual média no período (mensal) (*)	24	23	222	242	14	12

(\*) O valor foi calculado pela média dos membros remunerados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

#### 13.1. Empréstimos e financiamentos

Financiador	Con- ces- são	Captação				Encargos financeiros anuais	31/12/2023				31/12/2022			
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado recebido	Vencimen- to final		Custo a apro- priar	Princi- pal	Juros	Total	Custo a apro- priar	Principal	Juros	Total
Moeda estrangeira-US\$ <sup>(1)</sup>														
Citibank - set/22	Taesa	22/09/2022	Lei 4.131/62	362.600	26/09/2025	Sofr + 0,44% a.a.	-	346.697	6.161	352.858	-	372.257	4.486	376.743
Moeda nacional-R\$ <sup>(2)</sup>														
BNDES FINAME	TSN	13/06/2013	CCB- subcrédito A	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.	-	-	-	-	-	1.904	2	1.906
BNDES FINAME	Patesa	14/10/2014	CCB- subcrédito A	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.	-	36	-	36	-	90	-	90
<b>Controladora</b>							-	<b>346.733</b>	<b>6.161</b>	<b>352.894</b>	-	<b>374.251</b>	<b>4.488</b>	<b>378.739</b>
<b>Circulante</b>										<b>6.197</b>				<b>6.446</b>
<b>Não circulante</b>										<b>346.697</b>				<b>372.293</b>
BNB - FNE	LNT	27/04/2018	CCB-FNE	62.749	15/05/2038	Taxa de fundos constitucionais (TFC) a.m. pro-rata	(4.163)	52.157	2.077	50.071	(4.453)	55.701	2.272	53.520
<b>Consolidado</b>							<b>(4.163)</b>	<b>398.890</b>	<b>8.238</b>	<b>402.965</b>	<b>(4.453)</b>	<b>429.952</b>	<b>6.760</b>	<b>432.259</b>
<b>Circulante</b>										<b>11.578</b>				<b>11.970</b>
<b>Não circulante</b>										<b>391.387</b>				<b>420.289</b>

<sup>1</sup> Empréstimo mensurado ao valor justo. <sup>2</sup> Empréstimos mensurados ao custo amortizado.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>432.259</b>	<b>629.745</b>	<b>378.739</b>	<b>569.721</b>
(+) Nova Captação	-	362.600	-	362.600
(+) Juros e variação cambial	472	(26.794)	(3.397)	(31.879)
(-) Ajuste ao valor justo	786	2.617	787	2.617
(-) Amortização de principal	(5.500)	(523.146)	(1.957)	(517.157)
(-) Juros pagos	(25.052)	(12.763)	(21.278)	(7.163)
<b>Saldo final</b>	<b>402.965</b>	<b>432.259</b>	<b>352.894</b>	<b>378.739</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Indexador	Parcelas vencíveis por indexador						Total
	Circulante	Não circulante				Subtotal	
		2025	2026	2027	Após 2027		
Taxa fixa	36	-	-	-	-	-	36
Sofr + Dólar	6.161	346.697	-	-	-	346.697	352.858
IPCA	5.671	3.632	3.632	3.632	37.667	48.563	54.234
(-) Custo a amortizar	(290)	(277)	(277)	(277)	(3.042)	(3.873)	(4.163)
	<b>11.578</b>	<b>350.052</b>	<b>3.355</b>	<b>3.355</b>	<b>34.625</b>	<b>391.387</b>	<b>402.965</b>

Liquidação e nova contratação de empréstimo com o Citibank - Em 22 de setembro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente o Credit Agreement, assinado em 7 de abril de 2014, e aditado em 11 de maio de 2018, 7 de abril de 2017 e em 29 de março de 2016, com o Citibank, N.A., com a taxa de juros Libor 3 meses + 0,34% a.a., vencimento em 10 de maio de 2023. Nesta mesma data, a Companhia contratou um novo Credit Agreement com vencimento em 26 de setembro de 2025, com taxa de juros Sofr + 0,44% a.a e um novo swap cambial junto ao Citibank, conforme a seguir:

Citibank - Loan 4.131	Dívida Citibank - 22/09/2022	"Swap" cambial Citibank - 22/09/2022
Montante	USD 70.000	R\$362.000 <sup>2</sup>
Vencimento	26/09/2025	26/09/2025
Custo da Dívida	(Sofr + Spread: 0,44% a.a.)	Ponta ativa Companhia: (Sofr + Spread: 0,44% a.a.) * 1,17647 <sup>1</sup>
Juros	Semestral	Ponta passiva Citibank: CDI + 0,65% a.a.
Amortização <sup>3</sup>	Bullet	Semestral Bullet

<sup>1</sup> O fator 1,17647 representa o "gross up" do IR devido nos pagamentos de amortização e juros.

<sup>2</sup> Valores convertidos para real (R\$) com base na paridade inicial da operação R\$/US\$: 5,18.

<sup>3</sup> Regime de amortização "Bullet" - É o regime no qual se amortiza o saldo total de principal na data de vencimento do empréstimo.

Com essa liquidação e a nova contratação de empréstimo, a Companhia alongou o prazo médio da sua dívida ao mesmo tempo em que manteve o custo equivalente de 106% a.a. do CDI, com a taxa contratada de CDI + 0,65% a.a.

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros) durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2023, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à dívida com Citibank, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 18.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**13.2. Debêntures**

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão Vencimento	31/12/2023				31/12/2022			
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Moeda nacional-R\$												
Itaú BBA - 3ª Emissão 3ª Série (*) - Taesa	702.000	Juros em 15/10 de cada ano e amortização em 4 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/10/2021.	IPCA + 5,10%	15/10/2012 15/10/2024	(159)	335.465	3.394	<b>338.700</b>	(371)	640.776	6.610	<b>647.015</b>
Itaú BBA/BB/Santander - 4ª Emissão 1ª Série - Taesa	255.000	Juros em 15/09 de cada ano e amortização em 2 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/09/2023.	IPCA + 4,41%	15/09/2017 15/09/2024	(131)	176.991	2.195	<b>179.055</b>	(674)	338.402	4.315	<b>342.043</b>
BB/Safra/Bradesco - 5ª Emissão Série única - Taesa	525.772	Juros em 15/07 de cada ano e amortização em 2 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/07/2024.	IPCA + 5,9526%	15/07/2018 15/07/2025	(1.616)	702.959	18.796	<b>720.139</b>	(3.981)	672.019	18.286	<b>686.324</b>
Santander-ABC-BB - 6ª Emissão 1ª Série - Taesa	850.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização única em 15/05/2026.	108% do CDI (**)	15/05/2019 15/05/2026	(7.597)	850.000	12.458	<b>854.861</b>	(8.356)	850.000	15.047	<b>856.691</b>
Santander/ABC/BB - 6ª Emissão 2ª Série - Taesa	210.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/05/2023.	IPCA + 5,50%	15/05/2019 15/05/2044	(7.597)	270.893	1.790	<b>265.086</b>	(8.355)	259.999	1.829	<b>253.473</b>
BTG/Santander/XP Investimentos - 7ª Emissão Série única - Taesa	508.960	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/09/2025.	IPCA + 4,50%	15/09/2019 15/09/2044	(22.939)	656.385	131.717	<b>765.163</b>	(24.977)	627.471	93.849	<b>696.343</b>
Santander - 8ª Emissão Série única - Taesa	300.000	Juros em 15/06 e 15/12 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/12/2022.	IPCA +4,7742%	15/12/2019 15/12/2039	(14.878)	394.100	730	<b>379.952</b>	(16.325)	387.515	861	<b>372.051</b>
Santander - 10ª Emissão 1ª Série - Taesa	650.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização única em 15/05/2028.	CDI + 1,70%	15/05/2021 15/05/2028	(3.963)	650.000	10.140	<b>656.177</b>	(4.435)	650.000	12.064	<b>657.629</b>
Santander - 10ª Emissão 2ª Série - Taesa	100.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º venc. em 15/05/2034.	IPCA + 4,7605%	15/05/2021 15/05/2036	(3.963)	118.491	680	<b>115.208</b>	(4.435)	113.158	691	<b>109.414</b>
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB - 11ª emissão 1ª Série - Taesa	150.000	Juros em 15/07 e 15/01 de cada ano e amortização nos 2º e 3º anos, sendo o 1º venc. em 15/01/2024.	CDI +1,18%	15/01/2022 15/01/2025	(626)	150.000	9.180	<b>158.554</b>	(1.022)	150.000	9.923	<b>158.901</b>
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB - 11ª emissão 2ª Série - Taesa	650.000	Juros em 15/07 e 15/01 de cada ano e amortização nos 3º, 4º e 5º anos, sendo o 1º venc. em 15/01/2025.	CDI + 1,36%	15/01/2022 15/01/2027	(626)	650.000	40.333	<b>689.707</b>	(1.022)	650.000	43.566	<b>692.544</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão Vencimento	31/12/2023				31/12/2022			
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 1ª Série - Taesa	630.783	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização em 15/04/2029.	IPCA + 5,60%	15/04/2022 15/01/2029	(13.511)	667.999	7.407	<b>661.895</b>	(14.947)	638.572	7.222	<b>630.847</b>
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 2ª Série - Taesa	300.410	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização nos 8º, 9º e 10º anos, sendo o 1º venc. em 15/04/2030.	IPCA + 5,75%	15/04/2022 15/01/2032	(13.511)	318.134	3.620	<b>308.243</b>	(14.947)	304.119	3.529	<b>292.701</b>
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 3ª Série - Taesa	318.807	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º venc. em 15/04/2030.	IPCA + 5,85%	15/04/2022 15/01/2037	(13.511)	337.616	3.907	<b>328.012</b>	(14.947)	322.743	3.809	<b>311.605</b>
Santander-Itaú-XP - BB 13ª emissão - Taesa	1.000.000	Juros em 17/08 e 17/02 de cada ano e amortização bullet em 17/02/2025.	CDI + 1,50%	17/02/2023 17/02/2025	(2.913)	1.000.000	49.133	<b>1.046.220</b>	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP - Safra 14ª emissão 1ª Série - Taesa	327.835	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização em 15/09/2033.	IPCA + 5,8741%	15/09/2023 15/09/2033	(12.751)	330.493	4.750	<b>322.492</b>	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP - Safra 14ª emissão 2ª Série - Taesa	86.261	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização em 15/09/2035.	IPCA + 6,0653%	15/09/2023 15/09/2035	(12.751)	86.960	1.290	<b>75.499</b>	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP -Safra 14ª emissão 3ª Série - Taesa	385.904	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º vencido. Em 15/09/2036.	IPCA + 6,2709%	15/09/2023 15/09/2038	(12.751)	389.033	5.961	<b>382.243</b>	-	-	-	-
<b>Controladora</b>					<b>(145.794)</b>	<b>8.085.519</b>	<b>307.481</b>	<b>8.247.206</b>	<b>(118.794)</b>	<b>6.604.774</b>	<b>221.601</b>	<b>6.707.581</b>
<b>Circulante</b>								<b>1.122.333</b>				<b>607.452</b>
<b>Não circulante</b>								<b>7.124.873</b>				<b>6.100.129</b>
Moeda nacional-R\$												
BTG-Santander-XP - 1ª Emissão 1ª Série - JAN	224.000	Juros e amortização em 15/01 e 15/07 de cada ano com juros a partir de 15/12/2022	IPCA + 4,5%	15/01/2019 15/07/2033	(6.517)	249.835	5.069	<b>248.387</b>	(7.942)	251.089	5.183	<b>248.330</b>
Itaú - BTG - 2ª Emissão Série única - JAN	575.000	Juros e amortização em 15/06 e 15/12 de cada ano, com pagamento de juros a partir de 15/12/22 e amortização a partir de 15/12/25.	IPCA + 4,8295%	15/12/2019 15/12/2044	(27.843)	827.532	1.551	<b>801.240</b>	(30.316)	790.282	1.776	<b>761.742</b>
<b>Consolidado</b>					<b>(180.154)</b>	<b>9.162.886</b>	<b>314.101</b>	<b>9.296.833</b>	<b>(157.052)</b>	<b>7.646.145</b>	<b>228.560</b>	<b>7.717.653</b>
<b>Circulante</b>								<b>1.142.184</b>				<b>622.764</b>
<b>Não circulante</b>								<b>8.154.649</b>				<b>7.094.889</b>

(\*) Instrumentos negociados no mercado secundário, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações e estão apresentados na nota explicativa nº 18.

(\*\*) Os derivativos contratados como instrumentos de proteção no montante de R\$400.00 referente à 1ª série da 6ª emissão de debêntures, foram swap que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA mais taxas prefixadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Movimentação das debêntures	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>7.717.653</b>	<b>6.159.351</b>	<b>6.707.581</b>	<b>5.167.673</b>
(+) Novas emissões	1.800.000	2.050.000	1.800.000	2.050.000
(+) Juros e variação monetária incorridos	984.843	834.782	886.488	729.130
(-) Pagamento de principal	(533.767)	(797.242)	(521.291)	(767.011)
(-) Pagamento de juros	(648.796)	(496.430)	(598.571)	(435.363)
(-) Custo de transação (novas emissões)	(44.321)	(50.504)	(44.321)	(50.504)
(+) Amortização do custo de emissão	21.221	17.696	17.320	13.656
<b>Saldo final</b>	<b>9.296.833</b>	<b>7.717.653</b>	<b>8.247.206</b>	<b>6.707.581</b>

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Subtotal	Total
		2025	2026	2027	Após 2027			
CDI	196.245	1.291.666	1.066.667	216.667	250.000	2.825.000	3.021.245	
IPCA	965.771	541.118	78.258	82.246	4.788.349	5.489.971	6.455.742	
(-) Custos de emissão a amortizar	(19.832)	(19.841)	(16.418)	(15.746)	(108.317)	(160.322)	(180.154)	
	<b>1.142.184</b>	<b>1.812.943</b>	<b>1.128.507</b>	<b>283.167</b>	<b>4.930.032</b>	<b>8.154.649</b>	<b>9.296.833</b>	

As debêntures são simples, não conversíveis em ações.

Os contratos das 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures da Taesa e da 1ª emissão de debêntures de Janaúba, possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros). A 2ª emissão de debêntures de Janaúba, possui cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado.

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
2ª emissão - JAN	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida <sup>1</sup>	Igual ou maior que 1,2	Anual

<sup>1</sup>Calculado com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas.

A 2ª Série das 6ª e a 8ª emissões de debêntures da Taesa, possuem a seguinte cláusula restritiva "covenants" não financeiras e de vencimento antecipado:

Constituição em favor dos debenturistas junto ao Banco Santander "Conta de Pagamento de Debêntures" onde deverá ser mantido um saldo mínimo correspondente, pelo menos, ao valor da próxima parcela do valor nominal atualizado acrescido do valor da próxima parcela da remuneração.

Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à 1ª série da 6ª emissão de debêntures, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 18.

#### **14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS**

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os processos judiciais e administrativos provisionados apresentados em 31 de dezembro de 2023 possuem depósitos judiciais no valor atualizado de R\$17.466 na controladora (R\$10.994 em 31 de dezembro de 2022) e R\$92.051 no consolidado (R\$25.877 em 31 de dezembro de 2022). Os saldos referem-se às ações cíveis, trabalhistas e tributárias envolvendo, respectivamente, discussões de servidão administrativa, terceirização, execuções fiscais e manifestações de inconformidade referentes às compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) não homologadas pela RFB.

Mutação das provisões	31/12/2022	Adições	Reversões (a)	Atualizações monetárias	Baixa	Servidões (b)	Incorporações (c)	31/12/2023
Trabalhistas	9.739	592	(139)	857	(1.742)	-	18	9.325
Tributárias	17.033	327	(7.418)	5.396	-	-	-	15.338
Cíveis	8.489	2.974	(2)	5.983	(1.079)	-	9.557	25.922
<b>Controladora</b>	<b>35.261</b>	<b>3.893</b>	<b>(7.559)</b>	<b>12.236</b>	<b>(2.821)</b>	-	<b>9.575</b>	<b>50.585</b>
Trabalhistas	20	45	-	12	-	-	(18)	59
Tributárias	2.896	1	-	16	-	-	-	2.913
Cíveis	21.252	7.570	(45)	3.933	(2.481)	64.104	(9.557)	84.776
<b>Consolidado</b>	<b>59.429</b>	<b>11.509</b>	<b>(7.604)</b>	<b>16.197</b>	<b>(5.302)</b>	<b>64.104</b>	-	<b>138.333</b>

Mutação das provisões	31/12/2021	Adições	Reversões (a)	Atualizações monetárias	Baixa	Servidões (b)	31/12/2022
Trabalhistas	2.227	7.535	(1)	730	(752)	-	9.739
Tributários	13.957	743	(60)	2.393	-	-	17.033
Cíveis	11.675	2.886	(133)	373	(6.315)	3	8.489
Outras	1.484	-	(1.484)	-	-	-	-
<b>Controladora</b>	<b>29.343</b>	<b>11.164</b>	<b>(1.678)</b>	<b>3.496</b>	<b>(7.067)</b>	<b>3</b>	<b>35.261</b>
Trabalhistas	1	34	-	2	(17)	-	20
Tributários	2.609	207	(21)	101	-	-	2.896
Cíveis	17.173	1.884	(166)	3.010	(924)	275	21.252
<b>Consolidado</b>	<b>49.126</b>	<b>13.289</b>	<b>(1.865)</b>	<b>6.609</b>	<b>(8.008)</b>	<b>278</b>	<b>59.429</b>

(a) As reversões ocorreram, basicamente, em razão do encerramento de diversos processos trabalhistas, tributários e cíveis, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da Companhia e suas controladas. (b) Refere-se às provisões para riscos cíveis referentes a zona de exclusão para passagem de redes de transmissão. (c) Incorporação das controladas ATE III, SAN e SIT em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

### Passivos contingentes

	31/12/2023				31/12/2022			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Taesa	13.140	1.252.574	254.805	1.520.519	10.540	1.113.784	198.814	1.323.138
ATE III <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	17.020	-	17.020
BRAS	1.482	8.070	-	9.552	-	12.958	-	12.958
MAR	262	184	134	580	250	88	131	469
JAN	774	3.973	1.434	6.181	714	3.546	364	4.624
SAN <sup>1</sup>	-	-	-	-	227	-	53	280
SPT	87	635	2.697	3.419	94	567	2.489	3.150
SGT	-	12	-	12	-	16	-	16
SJT	-	1.044	1.108	2.152	54	935	1.020	2.009
	<b>15.745</b>	<b>1.266.492</b>	<b>260.178</b>	<b>1.542.415</b>	<b>11.879</b>	<b>1.148.914</b>	<b>202.871</b>	<b>1.363.664</b>

<sup>1</sup> Incorporação das controladas ATE III, SAN e SIT em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários por meio de execuções fiscais e manifestações de inconformidade, e a riscos cíveis por meio de ações anulatórias e procedimentos de arbitragem. São elas:

**Taesa-TSN** - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS, IRPJ e CSLL, no montante atualizado de R\$31.283 em 31 de dezembro de 2023 (R\$41.624 em 31 de dezembro de 2022).

**Taesa-NVT** - Manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$7.137 em 31 de dezembro de 2023 (R\$6.867 em 31 de dezembro de 2022).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Taesa-ETEO - Processo referente a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") pela aquisição da ETEO, relativo ao auto de infração lavrado de 2014, referente aos anos-calendários 2009 e 2010, no valor atualizado de R\$128.042 em 31 de dezembro de 2023 (R\$113.506 em 31 de dezembro de 2022). O processo aguarda o julgamento do Recurso Voluntário interposto contra decisão desfavorável proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto.

Taesa-NTE - Manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$8.726 em 31 de dezembro de 2023 (R\$7.696 em 31 de dezembro de 2022).

Taesa-ATE - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$8.821 em 31 de dezembro de 2023 (R\$8.514 em 31 de dezembro de 2022), originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-STE - Manifestações de inconformidade referentes à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, CSRF e IRRF totalizando o valor atualizado de R\$9.431 em 31 de dezembro de 2023 (R\$7.735 em 31 de dezembro de 2022), relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE II - Manifestações de inconformidade relativas à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$2.006 em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.208 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$1.588 relativo a processo originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE III - Processos tributários originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor atualizado de R\$18.421 em 31 de dezembro de 2023 (R\$16.352 em 31 de dezembro de 2022).

BRAS - Execução fiscal relativa à discussão quanto a exigência de ICMS no Estado do Mato Grosso, totalizando o valor atualizado de R\$3.767 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.180 em 31 de dezembro de 2022).

Outros assuntos relevantes:

Ágio Atlântico/Alterosa - A Taesa recebeu carta da RFB que solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014/2015; 2016 e 2017/2018. A Companhia apresentou as informações requeridas pelo Auditor Tributário. A Taesa foi intimada dos Termos de Início de Procedimento Fiscal, referente ao IRPJ e CSLL não recolhidos no período de apuração de janeiro de 2014 a dezembro de 2015; de 2016; e dos anos de 2017/2018, ante a dedução da base de cálculo dos valores referentes ao ágio oriundo da operação de aquisição da TERNA por CEMIG e FIP. A Companhia recebeu os Termos de Encerramento relativo aos procedimentos fiscais em andamento, cujo resultado culminou na lavratura dos autos de infração no valor atualizado de R\$186.854 em 31 de dezembro de 2023 (R\$165.477 em 31 de dezembro de 2022) para os anos calendários 2014/2015; no valor atualizado de R\$114.053 em 31 de dezembro de 2023 (R\$102.999 em 31 de dezembro de 2022) para o ano calendário de 2016 e R\$169.527 em 31 de dezembro de 2023 (R\$151.981 em 31 de dezembro de 2022) para os anos calendários de 2017 e 2018. A Companhia apresentou impugnação contra os autos de infração referentes aos anos calendários 2014/2015 e 2016, as quais foram negadas pela Delegacia da Receita Federal. A Companhia apresentou Recurso Voluntário contra as decisões. A Companhia apresentou impugnação contra o auto de infração dos anos calendários 2017/2018. A Companhia foi intimada da decisão desfavorável emitida pela

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Delegacia da Receita Federal em 19/06/2023. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está preparando Recurso Voluntário para interposição em face da decisão de improcedência da Impugnação.

PIS/COFINS Anos calendários 2015 - Em 11 de novembro de 2019 a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$226.791 em 31 de dezembro de 2023 (R\$200.592 em 31 de dezembro de 2022), decorrente do encerramento do procedimento fiscal 07.1.85.00-2019-00012, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia onde, de acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e à COFINS. Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aguardava julgamento.

PIS/COFINS Anos calendários 2016 - Em 13 de novembro de 2019 a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$183.596 em 31 de dezembro de 2023 (R\$163.832 em 31 de dezembro de 2022) decorrente do encerramento do procedimento fiscal 07.1.85.00-2019-00078-7, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia. De acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e a COFINS. Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aguardava julgamento.

Arbitragem CMT - Taesa - A controvérsia gira em torno de Requerimentos de Instauração de Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC") registrados sobre os nºs 71/2017/SEC6 e 72/2017/SEC6, realizados pelo Consórcio Minas Transmissão e demais Consorciadas, alegando que teria havido "aceitação tácita" do MOU e da consequente cláusula compromissória nele inserida para contratação de seus serviços relativos aos Lotes 17 e 4, do Leilão ANEEL n.º 13/2015. Em 31 de dezembro de 2023 os valores das causas indicados são, respectivamente, R\$131.000 e R\$45.000. Recentemente, foi proferida Sentença parcial no procedimento n.º 71/2017/SEC6 reconhecendo a competência do Juízo arbitral, o que foi objeto da competente Ação Anulatória. Em 31 de dezembro de 2023, a Ação Anulatória foi julgada improcedente e aguarda julgamento de Recurso no Tribunal.

## **15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Para a integralização do capital social houve custos com emissão de ações no montante de R\$25.500.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

As ações preferenciais possuem as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária; e (iii) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Composição acionária em 31 de dezembro de 2023 e 2022								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEMIG <sup>1</sup>	218.370.005	36,97	5.646.184	1,28	224.016.189	21,68	215.546.907	58,36
ISA	153.775.790	26,03	-	-	153.775.790	14,88	153.775.790	41,64
Free Float	218.568.274	37,00	437.136.468	98,72	655.704.742	63,44	-	-
	<b>590.714.069</b>	<b>100,00</b>	<b>442.782.652</b>	<b>100,00</b>	<b>1.033.496.721</b>	<b>100,00</b>	<b>369.322.697</b>	<b>100,00</b>

<sup>1</sup>Existem 6 ações ordinárias e 2.823.092 Units que não pertencem ao bloco de controle. A Unit (TAEE11) é um certificado de depósito de ações, composto por 3 ações, sendo 1 (uma) ordinária (TAEE3) e 2 (duas) preferenciais (TAEE4).

b) Reserva legal - Constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e só poderá ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme §1 da referida lei.

c) Reserva de incentivo fiscal - Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal, concedidos pela SUDAM e SUDENE. O benefício fiscal foi nulo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício 2022, pois a Companhia apurou base de cálculo negativa. Adicionalmente, a Companhia reconheceu uma reversão no valor R\$1.352 no exercício de 2023, referente à exercícios anteriores. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

d) Reserva especial de ágio - Com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, substituída pela Resolução CVM nº 78/2022, em dezembro de 2009, foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O percentual anual de utilização do benefício fiscal foi definido pelo estudo da curva de amortização do ágio, baseado nos lucros projetados de cada concessão. O benefício fiscal utilizado pela Companhia até 31 de dezembro de 2023 foi de R\$363.827 (R\$343.472 até 31 de dezembro 2022).

e) Reserva de lucros a realizar - Com base no artigo 197º, da nº Lei 6.404/76, foi constituída pela parcela do lucro líquido advinda das margens de construção dos projetos em andamento, uma vez que tais receitas se converterão em caixa após a operacionalização dos projetos e ao longo do prazo de concessão.

f) Outros resultados abrangentes - As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu uma perda no montante de R\$80.304 (R\$53.001, líquido de impostos) e em 31 de dezembro de 2022, reconheceu uma perda no montante de R\$18.261 (R\$12.053 líquido de impostos).

g) Remuneração dos acionistas - O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

<b>Proposta de destinação do resultado do exercício</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022<sup>1</sup></b>
Lucro líquido do exercício	1.367.834	1.449.215
Reserva de incentivo fiscal	1.352	3.177
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>1.369.186</b>	<b>1.452.392</b>
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,66240 por ação ordinária e preferencial em 2023 e R\$0,70266 por ação ordinária e preferencial em 2022 - em R\$)	684.593	726.196
Dividendos intercalares pagos (R\$0,31860 por ação ordinária e preferencial em 2023 e R\$0,34249 por ação ordinária e preferencial em 2022 - em R\$) <sup>2</sup>	(329.271)	(353.959)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,40322 por ação ordinária e preferencial em 2023 e R\$0,39163 por ação ordinária e preferencial em 2022 - em R\$)	(416.728)	(404.753)
	(745.999)	(758.712)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	60.389	58.564
<b>Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>(685.610)</b>	<b>(700.148)</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,02520 por ação ordinária e preferencial em 2022)	-	(26.048)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,37763 por ação ordinária e preferencial em 2023 e R\$0,44509 por ação ordinária e preferencial em 2022 - em R\$)	(390.283)	(460.000)
Reserva especial	-	(207.632)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Proposta de destinação do resultado do exercício</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022<sup>1</sup></b>
Reserva de lucros a realizar	(232.904)	-
Resumo das destinações:		
Reservas	(231.552)	(204.455)
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$1,09945 por ação ordinária e preferencial em 2023 e R\$1,20442 por ação ordinária e preferencial em 2022 - em R\$)	(1.136.282)	(1.244.760)
	<b>(1.367.834)</b>	<b>(1.449.215)</b>

<sup>1</sup> Proposta ratificada pela AGO de 27 de abril de 2023. <sup>2</sup> Parte desse valor foi pago em 2024, conforme nota explicativa nº 25 Eventos subsequentes.

## 16. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
IRPJ e CSLL correntes	(44.595)	(39.480)	(2.844)	(12.401)
IRPJ e CSLL diferidos	(18.830)	(215.036)	56.471	(68.084)
	<b>(63.425)</b>	<b>(254.516)</b>	<b>53.627</b>	<b>(80.485)</b>

<b>Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real</b>	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Lucro antes dos impostos	1.431.259	1.703.731	1.314.207	1.529.700
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(486.628)	(579.269)	(446.830)	(520.098)
Equivalência patrimonial	145.356	192.061	401.391	314.400
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	40.895	14.338	(1.352)	(3.177)
Incentivo fiscal - IRPJ - Patrocínios Audiovisuais	1.145	-	-	-
Efeito tributário no processo de reestruturação	(37.957)	-	(37.957)	-
JCP pago	141.688	137.616	141.688	137.616
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	137.492	(33.185)	-	-
Outros	(5.416)	13.923	(3.313)	(9.226)
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(63.425)</b>	<b>(254.516)</b>	<b>53.627</b>	<b>(80.485)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>4%</b>	<b>15%</b>	<b>-4%</b>	<b>5%</b>

### Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e suas controladas BRAS e JAN possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e/ou pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

<b>Concessão</b>	<b>Órgão Autorizativo</b>	<b>Laudo constitutivo</b>	<b>Localidade intivada</b>	<b>Prazo</b>
<u>Controladora</u>				
TSN	SUDENE	274/2022	BA	31/12/2031
NVT	SUDAM	207/2014	TO e MA	31/12/2023 (*)
GTE	SUDENE	353/2022	PB e PE	31/12/2031
MUN	SUDENE	218/2022	BA	31/12/2031
ATE II	SUDENE	251/2022	PI, MA e BA	31/12/2031
	SUDAM	-	TO	(*)
PAT	SUDENE	327/2022	RN	31/12/2031
ATE III	SUDAM	222/2018	PA e TO	31/12/2027 (*)
<u>Controladas</u>				
BRAS	SUDAM	239/2018	MT	31/12/2027 (**)
MIR	SUDAM	141/2023	TO	31/12/2032
JAN	SUDENE	046/2022	MG	31/12/2031

(\*) Atualmente se encontra em processo de análise do projeto protocolado para habilitação e/ou renovação do laudo perante a SUDAM.  
(\*\*) Atualmente se encontra em processo de elaboração do projeto para solicitação da renovação perante a SUDAM.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de aproximadamente 56,26% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

## 17. COBERTURAS DE SEGUROS

A Taesa e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão dos projetos. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia e suas controladas mantêm seguros de seus edifícios, incluindo, conteúdo, máquinas e equipamentos, equipamentos eletrônicos, e equipamentos de telecomunicações, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de veículos.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco (*)	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Fator	20/09/23 a 19/09/24	20.000	-	-	72
Risco operacional	FAIRFAX	19/10/23 a 18/04/25	-	1.280.944	-	3.343
	Tokio Marine	31/07/23 a 30/07/24	-	80.921	-	168
Veículos (**)	Tokio Marine	06/03/24 a 05/03/25	-	-	100% Tabela FIPE	400
Responsabilidade civil de diretores e administradores	EZZE	19/09/23 a 18/09/24	60.000	-	-	74

(\*) Os valores de cobertura para danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais e danos morais variam de acordo com o item segurado. (\*\*) A apólice contempla todos os veículos operacionais e parte dos veículos administrativos.

### Seguro garantia de fiel cumprimento

As concessões ANT, PGT, TNG e SIT, possuem seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas nos contratos de concessões, exclusivamente no que se refere às construções das instalações descritas nos referidos contratos.

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor segurado
ANT	002/2021	Junto Seguros S.A.	05/01/2022 à 01/07/2027	87.503
PTG	001/2022	Junto Seguros S.A.	05/09/2022 a 28/07/2027	12.158
TNG	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	55.854
SIT	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	14.691

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 18.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos, aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração e revisada em 2022 e está baseada em padrões internacionalmente aceitos, como o modelo *Enterprise Risk Management* (COSO-ERM) e ISO 31.000.

O gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

### 18.2. Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, debêntures e passivo de arrendamento, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

### 18.3. Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado:				
- Títulos e valores mobiliários	11.534	10.297	6.233	5.508
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	1.304.814	1.082.139	1.142.576	759.050
Custo amortizado:				
- Caixa e Bancos	1.307	1.035	791	578
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	326.842	235.548	258.231	158.768
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	793	901	-	-
	<b>1.645.290</b>	<b>1.329.920</b>	<b>1.407.831</b>	<b>923.904</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado:				
- Empréstimos e financiamentos	352.858	376.743	352.858	376.743
- Instrumentos financeiros derivativos	21.367	(1.149)	21.367	(1.149)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:				
- Instrumentos financeiros derivativos	114.372	46.237	114.372	46.237
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:				
- Fornecedores	170.505	133.728	113.493	72.161
- Empréstimos e financiamentos	50.107	55.516	36	1.996
- Debêntures	9.296.833	7.717.653	8.247.206	6.707.581
- Passivo de arrendamento	2.842	6.276	2.751	5.486
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	66.829	19.855	45.722	3.825
	<b>10.075.713</b>	<b>8.354.859</b>	<b>8.897.805</b>	<b>7.212.880</b>

### 18.4. Risco de mercado

#### 18.4.1. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 3,59% (R\$352.858) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros e passivo de arrendamento) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros Sofr. A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

**18.4.2. Gestão do risco de taxa de juros**

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis CDI por taxa de juros variável IPCA, calculados com base no valor do principal nominal acordado entre as partes. Esses swaps pretendem alinhar o fluxo de caixa das obrigações da debênture com o fluxo de caixa das concessões, ambas objeto da relação de hedge. Em 31 de dezembro de 2023, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 67,67% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitos à inflação + taxa prefixada.

A dívida da Companhia está segregada por indexador nas notas explicativas nº 13.1 – Empréstimos e Financiamentos e nº 13.2 – Debêntures e as concessões estão segregadas nas notas explicativas nº 7.

**18.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de Hedge accounting**

Derivativos não designados como instrumentos de hedge

Empréstimo em moeda estrangeira

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de swaps na administração das suas exposições. Esses contratos de moeda a termo não são designados como hedges de fluxo de caixa, hedges de valor justo ou hedges de investimento líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda.

	"Swap" cambial Citibank – set/22	"Swap" cambial Citibank – Repactuação – mai/18
Valor de referência (nacional) em 31/12/2023	US\$ 70.000	-
Valor de referência (nacional) em 31/12/2022	US\$ 70.000	-
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(SOFR + Spread: 0,44%) - (1) 1,17647	(Libor 3 meses + Spread: 0,34%) - (1) 1,17647
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	CDI + 0,65% a.a.	106,0% CDI
Vencimento em	26/09/2025	10/05/2023
Ponta ativa em 31/12/2023	352.858	-
Ponta passiva 31/12/2023	(374.037)	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	"Swap" cambial Citibank – set/22	"Swap" cambial Citibank – Repactuação – mai/18
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2023 <sup>(2)</sup>	(21.179)	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2022 <sup>(2)</sup>	1.149	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2023	(21.179)	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2022	1.149	-
Valor justo em 31/12/2023	(21.179)	-
Valor justo em 31/12/2022	1.149	-
Ganhos (perdas) 01/01/2023 a 31/12/2023	51.011	-
Ganhos (perdas) 01/01/2022 a 31/12/2022	1.149	(86.489)

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora e do consolidado, decorrentes dos swaps.

As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

#### Aquisição de equipamentos no exterior

Com objetivo de proteção de caixa, a Companhia contratou para a concessão Saíra operações de Non-Deliverable Forwards (NDF), para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos realizados em moeda estrangeira (coroa sueca) com seus fornecedores, no montante de SEK269.606 com vencimentos entre 2023 e 2026.

#### Derivativos designados como instrumentos de hedge - Hedges de fluxo de caixa

##### Debêntures

A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 referente a parte da emissão de suas debêntures. Os derivativos contratados foram swaps que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA (taxa de atualização das concessões) mais taxas prefixadas.

O único instrumento protege ambos os riscos. Assim, o efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrado abaixo:

Classificação do hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes
						31/12/2023
<b>Hedge de fluxo de caixa</b>	<b>Debênture indexada a 108% do CDI Concessão de ativos indexada ao IPCA</b>	<b>Swaps</b>	50.000	IPCA + 3.94%	15/05/2026	9.879
			50.000	IPCA + 3.91%	15/05/2026	9.913
			100.000	IPCA + 4.00%	15/05/2026	19.743
			50.000	IPCA + 3.53%	15/05/2026	10.853
			50.000	IPCA + 3.66%	15/05/2026	10.166
			100.000	IPCA + 3.99%	15/05/2026	19.750
<b>Controladora e Consolidado</b>						<b>80.304</b>

#### Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos

Os efeitos dos instrumentos financeiros na demonstração do resultado são demonstrados abaixo:

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	Incorpo- ração	31/12/2023
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - set/22	(1.149)	51.798	(787)	-	(28.683)	-	21.179
Contrato de SWAP (Santander)	15.960	(18.234)	-	29.916	13.667	-	41.309
Contrato de SWAP (BR Partners)	18.426	(17.901)	-	29.656	13.502	-	43.683
Contrato de SWAP (Itaú)	5.970	(6.010)	-	9.879	4.521	-	14.360

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	Incorporação	31/12/2023
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	5.881	(6.456)	-	10.853	4.742	-	15.020
Contrato NDF Saíra (*)	-	-	-	-	-	188	188
<b>Controladora</b>	<b>45.088</b>	<b>3.197</b>	<b>(787)</b>	<b>80.304</b>	<b>7.749</b>	<b>188</b>	<b>135.739</b>
Contrato NDF Saíra (*)	-	730	-	-	(542)	(188)	-
<b>Consolidado</b>	<b>45.088</b>	<b>3.927</b>	<b>(787)</b>	<b>80.304</b>	<b>7.207</b>	<b>-</b>	<b>135.739</b>

(\*) Incorporação das controladas ATE III, SAN e SIT em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2022
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - set/22 <sup>1</sup>	-	5.870	(7.019)	-	-	(1.149)
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - mai/18 <sup>1</sup>	(207.267)	70.905	15.584	-	120.778	-
Contrato de SWAP (Santander) <sup>2</sup>	11.297	(13.609)	-	6.805	11.467	15.960
Contrato de SWAP (BR Partners) <sup>2</sup>	13.869	(13.286)	-	6.534	11.309	18.426
Contrato de SWAP (Itaú) <sup>2</sup>	4.482	(4.471)	-	2.170	3.789	5.970
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) <sup>2</sup>	4.031	(4.904)	-	2.752	4.002	5.881
<b>Controladora e Consolidado</b>	<b>(173.588)</b>	<b>40.505</b>	<b>8.565</b>	<b>18.261</b>	<b>151.345</b>	<b>45.088</b>

<sup>1</sup> Instrumento financeiro derivativo e empréstimo mensurados ao valor justo. <sup>2</sup> Instrumento financeiro mensurado ao valor justo e debênture ao custo amortizado.

## 18.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2023 anualizado
CDI (i)	9,00%	11,25%	13,50%	13,04%
IPCA (i)	3,80%	4,75%	5,70%	4,62%
Sofr (ii)	5,31%	6,64%	7,97%	5,40%
PTAX	4,93000	6,16250	7,39500	4,8413
Sek	0,4841	0,6051	0,7262	0,4826

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 23 de fevereiro de 2024.

(ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 23 de fevereiro de 2024.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/12/2023	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2023 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<b>Sem proteção</b>				
<i>Consolidado</i>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	1.316.348	(53.180)	(23.563)	6.055
<u>Passivos financeiros</u>				

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/12/2023	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2023 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	3.021.245	122.041	54.063	(13.915)
- IPCA	6.509.976	53.453	(8.391)	(70.236)
		<b>122.314</b>	<b>22.109</b>	<b>(78.096)</b>
<b>Sem proteção</b>				
<i>Controladora</i>				
<i>Ativos financeiros</i>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	1.148.809	(46.412)	(20.564)	5.285
<i>Passivos financeiros</i>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	3.021.245	122.041	54.063	(13.915)
- IPCA	5.371.756	44.107	(6.924)	(57.956)
		<b>119.736</b>	<b>26.575</b>	<b>(66.586)</b>
<b>Com proteção</b>				
<i>Controladora e Consolidado</i>				
<i>Passivos financeiros (dívida protegida)</i>				
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Sofr	352.858	318	(4.367)	(9.051)
- Dólar	352.858	(6.465)	(96.295)	(186.126)
<i>Derivativos</i>				
Ponta ativa - Sofr	(352.858)	(318)	4.367	9.051
Ponta ativa - Dólar	(352.858)	6.465	96.295	186.126
Ponta passiva - CDI	374.037	15.109	6.693	(1.723)
<b>Efeito líquido</b>		<b>15.109</b>	<b>6.693</b>	<b>(1.723)</b>
<i>Passivos financeiros</i>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	405.862	16.395	7.263	(1.869)
- IPCA	520.234	4.272	(671)	(5.613)
<i>Derivativos</i>				
Ponta ativa - CDI	(405.862)	(16.395)	(7.263)	1.869
Ponta passiva - IPCA	(520.234)	(4.272)	671	5.613
<b>Efeito líquido</b>		-	-	-
<b>Efeito líquido total Controladora</b>		<b>15.109</b>	<b>6.693</b>	<b>(1.723)</b>
<i>Consolidado</i>				
<i>Derivativos</i>				
NDF - Moeda Sek	188	-	(2)	(5)
<b>Efeito líquido total Consolidado</b>		<b>15.109</b>	<b>6.691</b>	<b>(1.728)</b>

### 18.7. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todas transmissoras; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

### **18.8. Gestão do risco de liquidez**

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas) notadamente relacionados a empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos derivativos, uma vez que os demais passivos financeiros não derivativos, como fornecedores e outros passivos financeiros, tem vencimento inferior a 12 meses, conforme apresentado no balanço patrimonial; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

<b>Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Pós-fixada	581	90.668	1.544.071	5.125.865	13.380.961	20.142.146
Prefixada	5	9	23	-	-	37
Instrumentos financeiros derivativos	160	22.648	65.512	659.657	-	747.977
<b>Consolidado</b>	<b>746</b>	<b>113.325</b>	<b>1.609.606</b>	<b>5.785.522</b>	<b>13.380.961</b>	<b>20.890.160</b>
Pós-fixada	-	89.270	1.468.658	4.763.951	10.568.662	16.890.541
Prefixada	5	9	23	-	-	37
Instrumentos financeiros derivativos	-	22.648	65.512	659.628	-	747.788
<b>Controladora</b>	<b>5</b>	<b>111.927</b>	<b>1.534.193</b>	<b>5.423.579</b>	<b>10.568.662</b>	<b>17.638.366</b>

### **18.9. Gestão dos riscos operacionais**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia e de suas controladas ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia ou de suas controladas poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia e suas controladas podem depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**18.10. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos**

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

**18.10.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		Hierarquia do valor justo
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Títulos e valores mobiliários	5	11.534	10.297	6.233	5.508	Nível 2
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	4	1.304.814	1.082.139	1.142.576	759.050	Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>		<b>1.316.348</b>	<b>1.092.436</b>	<b>1.148.809</b>	<b>764.558</b>	
Empréstimos e financiamentos	13.1	352.858	376.743	352.858	376.743	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	18.5	21.367	(1.149)	21.367	(1.149)	Nível 2
<b>Passivos financeiros</b>		<b>374.225</b>	<b>375.594</b>	<b>374.225</b>	<b>375.594</b>	

**18.10.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)**

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Consolidado</b>						
Debêntures - Passivos financeiros	13.2	9.296.833	9.164.328	7.717.653	7.514.929	Nível 2
<b>Controladora</b>						
Debêntures - Passivos financeiros	13.2	8.247.206	8.159.558	6.707.581	6.676.647	Nível 2

**Debêntures:** A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

**19. LUCRO POR AÇÃO**

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	1.367.834	1.449.215
Lucro líquido do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	781.811	828.326
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)	590.714	590.714
Lucro líquido do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	586.023	620.889
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) (*)	442.783	442.783

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) (**)	1,32350	1,40224
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) (**)	1,32350	1,40224

(\*) Quantidade em lotes de 1.000 ações. (\*\*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

## 20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração do ativo de contrato de concessão	1.131.351	1.047.880	570.124	608.415
Correção monetária do ativo de contrato de concessão (a)	207.585	565.457	(151.450)	289.581
Operação e manutenção	1.077.062	1.008.548	924.093	898.641
Implementação de infraestrutura (b)	1.223.674	261.469	113.540	4.951
Parcela variável (c)	(3.562)	(60.156)	6.105	(58.524)
Outras receitas	58.513	46.210	42.907	31.624
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.694.623</b>	<b>2.869.408</b>	<b>1.505.319</b>	<b>1.774.688</b>
PIS e COFINS correntes	(148.024)	(137.102)	(88.684)	(87.519)
PIS e COFINS diferidos	(81.297)	(28.016)	14.460	8.394
ISS	(467)	(446)	(467)	(446)
ICMS	-	(35)	-	(35)
Encargos setoriais (d)	(102.719)	(87.292)	(85.909)	(73.699)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(332.507)</b>	<b>(252.891)</b>	<b>(160.600)</b>	<b>(153.305)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.362.116</b>	<b>2.616.517</b>	<b>1.344.719</b>	<b>1.621.383</b>

(a) A correção monetária negativa refere-se, basicamente, ao IGP-M acumulado em 2023, conforme metodologia da ANEEL (deflação 3,46% para o acumulado de doze meses). (b) Inclui as receitas dos lotes arrematados no leilão de dezembro de 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 24. (c) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (d) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens médias das obrigações de performance	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Implementação de infraestrutura</b>				
- Receita	1.223.673	261.469	113.539	4.951
- Custos	(949.593)	(232.068)	(76.861)	(2.111)
<b>Margem (R\$)</b>	<b>274.080</b>	<b>29.401</b>	<b>36.678</b>	<b>2.840</b>
<b>Margem percebida (%) (*)</b>	<b>22,40%</b>	<b>11,24%</b>	<b>32,30%</b>	<b>57,36%</b>
<b>Operação e Manutenção – O&amp;M</b>				
- Receita	1.077.062	1.008.548	924.093	898.641
- Custos	(291.127)	(266.380)	(143.994)	(198.888)
<b>Margem (R\$)</b>	<b>785.935</b>	<b>742.168</b>	<b>780.099</b>	<b>699.753</b>
<b>Margem percebida (%) (**)</b>	<b>72,97%</b>	<b>73,59%</b>	<b>84,42%</b>	<b>77,87%</b>

(\*) As variações referem-se, basicamente, às margens apuradas para as concessões Tangará, Pitiguari e Sant'Ana, e para os reforços das concessões Novatrans e TSN, nos períodos comparados. (\*\*) A variação refere-se, basicamente, a operacionalização de dois trechos do projeto Sant'Ana, do início da operação da Saíra (1ª fase).

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	3.694.623	2.869.408	1.505.319	1.774.688
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(54.392)	(305.418)	145.859	(220.857)
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>3.640.231</b>	<b>2.563.990</b>	<b>1.651.178</b>	<b>1.553.831</b>

## 21. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
- Remuneração direta	(122.522)	(107.983)	(75.708)	(79.175)
- Benefícios	(71.069)	(60.087)	(60.842)	(53.240)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
- FGTS e INSS	(47.538)	(42.175)	(40.191)	(37.598)
<b>Pessoal</b>	<b>(241.129)</b>	<b>(210.245)</b>	<b>(176.741)</b>	<b>(170.013)</b>
- Custo de infraestrutura	(949.593)	(232.068)	(76.861)	(2.111)
- O&M	(80.809)	(99.651)	(40.202)	(84.645)
- Outros	(19.258)	(6.764)	(6.732)	(5.541)
<b>Materiais</b>	<b>(1.049.660)</b>	<b>(338.483)</b>	<b>(123.795)</b>	<b>(92.297)</b>
<b>Serviços de terceiros</b>	<b>(126.349)</b>	<b>(89.624)</b>	<b>(79.369)</b>	<b>(67.388)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(17.924)</b>	<b>(24.978)</b>	<b>(17.419)</b>	<b>(23.186)</b>
<b>Outros custos operacionais</b>	<b>(19.486)</b>	<b>(76.786)</b>	<b>22.135</b>	<b>(20.089)</b>
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(1.454.548)</b>	<b>(740.116)</b>	<b>(375.189)</b>	<b>(372.973)</b>

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos e despesas com serviços de terceiros: gastos com manutenção de sistemas, operação e manutenção, compartilhamento de instalações, vigilância, limpeza e conservação, softwares, transportes, manutenção de propriedades, energia elétrica e auditoria.

Custos com materiais: gastos relacionados à construção, operação e manutenção das linhas e subestações de transmissão.

Outras receitas, custos e despesas operacionais: indenizações referentes às aquisições das empresas SPT e SJT, provisão para riscos cíveis, combustível, gastos com aluguéis, seguros, despesas com taxas e contribuições, material de consumo.

## 22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos de aplicações financeiras	148.008	164.995	99.842	130.627
<b>Receitas financeiras</b>	<b>148.008</b>	<b>164.995</b>	<b>99.842</b>	<b>130.627</b>
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	(26.819)	(16.294)	(22.951)	(11.209)
- Variação cambial	26.348	43.088	26.348	43.088
- Ajuste ao valor justo	(787)	(2.617)	(787)	(2.617)
	<b>(1.258)</b>	<b>24.177</b>	<b>2.610</b>	<b>29.262</b>
Debêntures				
- Juros incorridos	(755.556)	(606.263)	(701.770)	(549.892)
- Variações monetárias	(250.508)	(246.215)	(202.038)	(192.894)
	<b>(1.006.064)</b>	<b>(852.478)</b>	<b>(903.808)</b>	<b>(742.786)</b>
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	23.151	2.584	23.151	2.584
- Variação cambial	(27.078)	(43.088)	(26.348)	(43.088)
- Ajuste ao valor justo	787	(8.566)	787	(8.566)
	<b>(3.140)</b>	<b>(49.070)</b>	<b>(2.410)</b>	<b>(49.070)</b>
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	<b>(1.010.462)</b>	<b>(877.371)</b>	<b>(903.608)</b>	<b>(762.594)</b>
Arrendamento Mercantil	(335)	(943)	(317)	(841)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(41.033)	(24.238)	(31.801)	(10.610)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(1.051.830)</b>	<b>(902.552)</b>	<b>(935.726)</b>	<b>(774.045)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	<b>(903.822)</b>	<b>(737.557)</b>	<b>(835.884)</b>	<b>(643.418)</b>

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros incorridos	(759.224)	(619.973)	(701.570)	(558.517)
Variação monetária	(250.508)	(246.215)	(202.038)	(192.894)
Variação cambial	(730)	-	-	-
Ajuste ao valor justo	-	(11.183)	-	(11.183)
	<b>(1.010.462)</b>	<b>(877.371)</b>	<b>(903.608)</b>	<b>(762.594)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### 23. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia e suas controladas ATE III, MIR, JAN, BRAS, SAN, SJT, SPT, LNT e ANT passaram a ser patrocinadoras. As aprovações na PREVIC foram publicadas em Diário Oficial nos dias 27 de março de 2012 (Taesa, ATE III, MIR e JAN), 02 de agosto de 2021 (BRAS SAN, SJT, SPT e LNT), 30 de agosto de 2022 (ANT), 31 de março 2023 e 26 de julho de 2023 (Tangará, Pitiguari) respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, 71,45% do quadro efetivo de empregados da Companhia e de suas controladas participavam do Plano Taesaprev (71,16% em 31 de dezembro de 2022).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 12.

### 24. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### Aspectos ambientais

As obrigações de execução de projetos de compensação ambiental estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas em operação						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
Taesa (NVT)	Samambaia/DF - Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	IBAMA	(a)
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	IBAMA	-
Taesa (MUN)	Camaçari II - Sapeaçu	002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	IMA	(b)
Taesa (GTE)	Goianinha - Mussurú SE Norfil	339/2003	26/06/2015	26/06/2025	IBAMA	-
		2671/2023	23/11/2023	23/11/2028	SUDEMA	-
Taesa (PAT)	Paraíso-Açu	130625/TEC/RLO-1289	05/06/2020	05/06/2026	IDEMA	(d)
Taesa (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	CETESB	(c)
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	-
	Xingó - Angelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	-
Taesa (ATE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	01/03/2022	IBAMA	(a)
Taesa (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	00714/2022	08/03/2022	08/03/2027	FEPAM	-
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	IBAMA	-
	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	IBAMA	(a)
ATE III	Marabá - Carajás	13722/2022	26/09/2022	25/09/2027	SEMAS/PA	-
	SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024		-
	SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024		-
MIR	Lajeado - Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029	NATURATINS	-
	SE Lajeado	4174/2019	08/08/2019	08/08/2024		-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Licenças expedidas a Companhia e suas controladas em operação</b>						
<b>Empresa</b>	<b>Trecho</b>	<b>Licença para Operação nº</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Órgão emissor</b>	
MAR	Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029		-
	Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028	COPAM	-
SPT	LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II- Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020	INEMA	(b)
	LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins – PI	382/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)
SJT	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	381/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)
LNT	LT Currais Novos II - Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA	(e)
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024		-
BRA	Brasnorte – Nova Mutum	324072/2021	14/04/2021	13/04/2026	SEMAT/MT	-
	Juba – Jauru	312086/2015	07/10/2021	06/10/2026	SEMAT/MT	-
SIT	Garabi - Itá I e II	1293/2015	06/04/2015	06/04/2025	IBAMA	-
JAN	LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031	IBAMA	-
SAN	LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	01976/2023	03/07/2023	28/04/2028	FEPAM	-
	LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	14134/2023	21/12/2023	12/01/2027	FEPAM	(g)
	SE Maçambará 3	0335/2022	28/09/2022	29/09/2027	FEPAM	-
	SE Livramento 3	954/2022	07/02/2022	07/02/2027	FEPAM	-

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);

(b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação;

(c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação;

(d) A antiga licença nº 2014-072326 TEC/LS 0062 referente ao Seccionamento Paraíso-Açu Lagoa Nova II, cuja validade era de 19/08/2020 foi unificada na recente renovação de licença da Paraíso-Açu;

(e) Renovação solicitada ao INEMA/RN. Válida até manifestação do órgão;

(f) Renovação solicitada à SEMAR/PI e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);

(g) Retificação do número da licença feita pelo órgão.

<b>Licenças expedidas às controladas em construção</b>						
<b>Empresa</b>	<b>Trecho</b>	<b>Licença prévia nº</b>	<b>Licença de instalação/Única nº</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Órgão emissor</b>
ANT	LT 525kV Bateias - Curitiba Leste	302297/23	-	07/08/2023	07/08/2028	SEDEST
	LT 500 kV Ponta Grossa - Assis	684/2023	-	18/09/2023	18/09/2028	IBAMA
PTG	LT 230 KV Abdon Batista - Videira C1 E C2 - CD; LT 230 KV Abdon Batista - Barra Grande C3 - CS	-	267/2024	31/01/2024	31/01/2030	IMA
TNG	LT 230 kV Encruzo Novo - Santa Luzia III	1215406/2023	-	30/11/2023	30/11/2025	SEMA-MA
	LT 230 kV Açailândia - Dom Eliseu II (+ SE Açailândia e SE Dom Eliseu II)	688/2023	-	27/12/2023	27/02/2027	IBAMA-MA
	SE Encruzo Novo	-	1002952/2024	08/01/2024	08/01/2028	SEMA-MA
	LT 500 kV Santa Luiz III - Açailândia/Miranda II (Seccionamento) SE Santa Luzia III	1018107/2024	-	01/02/2024	01/02/2026	SEMA-MA
			1019800/2024	05/02/2024	05/02/2026	SEMA-MA

**Empreendimento Ivaí** - Em 03 de março de 2024, as obras de implantação do empreendimento Ivaí foram finalizadas, sendo solicitado ao ONS a emissão do Termo de Liberação Definitivo - TLD.

**Empreendimento Sant'Ana** - O projeto entrou em operação comercial durante o exercício de 2023 e atualmente recebe 95,4% de sua RAP. Existem pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto ao órgão regulador e uma vez sanadas a Companhia passará a receber 100% de sua RAP.

**Inauguração do Centro de Operação do Sistema (COS)** - Em 24 de agosto de 2023, foi inaugurado o novo Centro de Operação do Sistema na sede da Companhia. O COS está preparado para aumentar a capacidade de atuação e sustentar o crescimento da Companhia no setor de transmissão, além de proporcionar maior confiabilidade e segurança operacional para o desenvolvimento do setor energético no Brasil.

**Termo de Liberação Definitivo ("TLD") da ESTE** - Em 13 de março de 2023, a Coligada Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. obteve do ONS o TLD autorizando o início da operação comercial definitiva das instalações de transmissão a partir de 3 de março de 2023. A Companhia ressalta que, conforme comunicado ao mercado publicado em 21 de fevereiro de 2022, a ESTE já havia obtido do ONS o Termo de Liberação de Receita ("TLR"), o qual autorizou o recebimento de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional ("SIN").

Empreendimento Tangará – Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia arrematou o Lote 3 do Leilão de Transmissão nº 002/2022-ANEEL, composto por 279 Km de linhas de transmissão de 230 e 500 kV, nos estados do Maranhão e Pará. O novo empreendimento chamado Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("TNG"), com RAP prevista de R\$94.980, CAPEX ANEEL de R\$1.117.077, prazo de concessão de 30 anos e prazo para construção ANEEL de 60 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão realizada em 30 de março de 2023.

Empreendimento Saíra – Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia arrematou o Lote 5 do Leilão de Transmissão nº 002/2022-ANEEL, que consiste em dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão existentes e revitalização dos sistemas de controle e de teleproteção das conversoras Garabi I e Garabi II, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O novo empreendimento, chamado Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SIT"), tem CAPEX ANEEL de R\$1.175.720, prazo de concessão de 30 anos e prazo ANEEL de 60 meses para revitalização, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão realizada em 30 de março de 2023.

Desde 31 de março de 2023 a Saíra passou a ter direito a uma RAP de R\$114.305, referente a parte que se encontra em operação, o que representa 72,24% do total da RAP que é de R\$158.223 para ciclo de 2023/2024. Os 27,76% remanescentes serão recebidos após a conclusão da revitalização.

Como parte do valor do investimento do lote 5, a Companhia realizou o pagamento da indenização de R\$870.624 à concessionária anterior, passando a realizar toda a operação e manutenção do lote 5. Como a indenização está atrelada à parte do empreendimento que já se encontra em operação, a Companhia tratou a transação como uma aquisição de ativo de contrato de concessão, registrando em seu ativo, exatamente, o valor desembolsado.

## **25. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Alteração na diretoria – Em 21 de fevereiro de 2024, o Sr. André Augusto Telles Moreira apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório da Companhia. O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Rinaldo Pecchio Junior, assumiu interinamente a função de Diretor Presidente enquanto a Companhia realiza o processo de sucessão.

Pagamento de dividendos intercalares – Em 16 de janeiro de 2024, a Companhia pagou o montante de R\$228.003 referentes a dividendos intercalares de 2023.

Pagamento de juros e principal da 1ª e juros da 2ª série da 11ª emissão de debêntures – Em 15 de janeiro de 2024, a Companhia pagou aos debenturistas o montante de R\$128.682, sendo R\$9.952 de juros e R\$75.000 de principal da 1ª série e R\$43.730 de juros da 2ª série.

Pagamento de juros e principal da 1ª emissão de debêntures da JAN – Em 15 de janeiro de 2024, a JAN pagou aos debenturistas o montante de R\$14.022, sendo R\$8.529 de juros e R\$5.493 de principal.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Aumento do capital social em controladas

	<b>Data do pagamento</b>	<b>Data da aprovação</b>	<b>Órgão aprovador</b>	<b>Montante</b>
Ananaí	05/01/2024	26/12/2023	AGE	146.000
Pitiguari	05/01/2024	26/12/2023	AGE	10.000
Tangará	05/01/2024	26/12/2023	AGE	10.000
Ananaí	08/02/2024	05/02/2024	AGE	60.000

\*\*\*\*\*

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Diretoria</b>	
<b>Diretores</b>	<b>Cargo</b>
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Presidente
Vago	Diretor Jurídico e Regulatório
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Financeiro e Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>Titulares</b>	
	Reynaldo Passanezi Filho (indicado pela CEMIG)
	José Reinaldo Magalhães (indicado pela CEMIG)
	Reinaldo Le Grazie (indicado pela CEMIG)
	Jaime Leôncio Singer (indicado pela CEMIG)
	Maurício Dall’Agnese (indicado pela CEMIG)
	Ana Milena López Rocha (indicado pela ISA)
	César Augusto Ramírez Rojas (indicado pela ISA)
	Gabriel Jaime Melguizo Posada (indicado pela ISA)
	Fernando Bunker Gentil (indicado pela ISA)
	Vago (membro independente)
	Mario Engler Pinto Junior (membro independente)
	Celso Maia de Barros (membro independente)
	Hermes Jorge Chipp (membro independente)

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Felipe José Fonseca Attiê (indicado pela CEMIG)	Eduardo José de Souza (indicado pela CEMIG)
Frederico Papatella Padovani (indicado pela CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (indicado pela CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (indicado pela ISA)	Luciana dos Santos Uchôa (indicado pela ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários preferencialistas)	Ana Patrícia Alves Costa Pacheco (acionistas minoritários preferencialistas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários ordinaristas)	Rosangela Torres (acionistas minoritários ordinaristas)

**Marcelo Meira Trunquim Fernandez**  
**Contador CRC RJ-087299/O-7**  
**CPF nº 009.111.247-80**

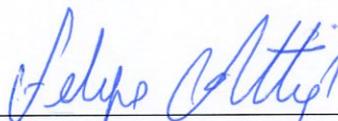
## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”) infra-assinados, reunidos na sede da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, considerando a declaração da Diretoria da Companhia datada de 06 de março de 2024, examinaram o relatório da administração e os demais documentos que compõem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do parecer dos auditores independentes emitido nesta data, bem como a proposta da administração para destinação do resultado do exercício social de 2023. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia e, considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da administração e de seus auditores independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos a serem encaminhados para Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais legislação pertinente.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2024.



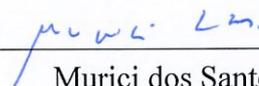
Manuel Domingues de Jesus e Pinho  
Membro titular



Felipe José Fonseca Attiê  
Membro titular



Frederico Papatella Padovani  
Membro titular



Murici dos Santos  
Membro titular



Marcello Joaquim Pacheco  
Membro titular



## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2024.

DocuSigned by:  
*RINALDO PECCHIO JUNIOR*  
FBE3E8EC800547D...

**Rinaldo Pecchio Junior**  
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de  
Relações com Investidores

DocuSigned by:  
*Fábio Antunes Fernandes*  
6880B047E63D4EC...

**Fábio Antunes Fernandes**  
Diretor de Negócios e Gestão de  
Participações

DocuSigned by:  
*Marco Antônio Resende Faria*  
E746DC2AD6484DA

**Marco Antonio Resende Faria**  
Diretor Técnico

DocuSigned by:  
*Luis Alessandro Alves*  
66F85840638B4D3

**Luis Alessandro Alves**  
Diretor de Implantação



## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2024.

DocuSigned by:  
*RINALDO PECCHIO JUNIOR*  
FBF3E8EC800547D...

Rinaldo Pecchio Junior  
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de  
Relações com Investidores

DocuSigned by:  
*Fábio Antunes Fernandes*  
6880B917E63D4EC...

Fábio Antunes Fernandes  
Diretor de Negócios e Gestão de  
Participações

DocuSigned by:  
*Marco Antônio Resende Faria*  
E746DC2AD6484DA...

Marco Antonio Resende Faria  
Diretor Técnico

DocuSigned by:  
*Luis Alessandro Alves*  
66E85840638B4D3...

Luis Alessandro Alves  
Diretor de Implantação